



SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PLANO DE MANEJO

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL

DELTA DO JACUÍ



Parte I

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE BIODIVERSIDADE
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

**Plano de Manejo da
Área de Proteção Ambiental Estadual
Delta do Jacuí**

PARTE I
Planejamento

Janeiro de 2017

José Ivo Sartori

Governador do Estado do Rio Grande do Sul

Ana Pellini

Secretária de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Liana Barbizan Tissiani

Diretora do Departamento de Biodiversidade

Andrise Taiquiara França de Lima

Chefe da Divisão de Unidades de Conservação

Julio Cesar Nunes Rolhano

Responsável pela Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí

Organização e consolidação da Parte I do Plano de Manejo

Paola Prates Stumpf – Técnica Ambiental DUC/DBIO

SUMÁRIO

1.	Histórico da APAEDJ.....	1
2.	Análise Estratégica da APAEDJ.....	7
2.1	Etapa 1: definição dos Objetivos Específicos da APAEDJ e valores de conservação.....	7
2.1.1	Áreas Úmidas e sua Conectividade.....	7
2.1.2	Cultura Regional.....	8
2.1.3	Qualidade de vida da população.....	9
2.2	Análise de ameaças.....	19
2.2.1	Análise das Ameaças aos Valores de Conservação da APAEDJ.....	19
2.2.2	Análise da gestão da APAEDJ.....	21
2.3	Etapa 3: Estabelecimento dos Desafios de Gestão da APAEDJ.....	22
3.	Planejamento da APAEDJ.....	23
3.1	Planejamento Estratégico da APAEDJ.....	23
3.1.1	Missão da APAEDJ.....	24
3.2	Planejamento Tático da APAEDJ.....	24
3.2.1	Visão de Futuro da APAEDJ.....	24
3.3	Objetivos do Plano de Manejo.....	25
4.	Zoneamento da APAEDJ.....	28
4.1	Zona 1.....	29
4.1.1	Descrição.....	29
4.1.2	Objetivos.....	29
4.1.3	Normas.....	30
4.2	Zona 2.....	32
4.2.1	Descrição.....	32
4.2.2	Objetivos.....	32
4.2.3	Normas.....	32
4.3	Zona 3.....	34
4.3.1	Descrição.....	34
4.3.2	Objetivos.....	34
4.3.3	Normas.....	34
4.4	Zona 4.....	36
4.4.1	Descrição.....	36
4.4.2	Objetivos.....	36
4.4.3	Normas.....	36
4.5	Zona 5 – Zona de Conservação da Vida Silvestre.....	36
4.5.1	Descrição.....	36
4.5.2	Objetivo.....	37
5.	Programas de Gestão.....	39
5.1	Programa de Integração com os Órgãos Responsáveis pela Gestão do Território.....	43
5.1.1	Linha de Ação : Integração da gestão da APAEDJ com os Planos Diretores.....	43
5.1.2	Linha de Ação : Inserção da APAEDJ junto ao licenciamento de atividades e empreendimentos utilizadores de recursos ambientais ou potencialmente poluidores.....	44
5.1.3	Linha de Ação : Melhoria da estrutura urbana dos núcleos de ocupação humana existentes na APAEDJ.....	46
5.1.4	Linha de Ação :Elaboração de protocolos para atuação conjunta.....	48
5.1.5	Linha de Ação : Situação Fundiária.....	49
5.2	Programa de Integração com a Sociedade.....	49
5.2.1	Linha de Ação : Atividades junto ao ensino formal.....	51
5.2.2	Linha de Ação : Atividades junto à comunidade.....	52

5.2.3	Linha de Ação : Valorização da cultura regional.....	53
5.3	Programa de Geração de Conhecimento.....	54
5.3.1	Linha de Ação : Levantamento de informações.....	54
5.4	Programa de Proteção.....	59
5.4.1	Linha de Ação : Sinalização da UC.....	59
5.4.2	Linha de Ação : Fiscalização e patrulhamento da UC.....	60
5.5	Programa de Fortalecimento da Gestão.....	61
5.5.1	Linha de Ação : Estrutura organizacional da APAEDJ.....	61
5.5.2	Linha de Ação : Pessoal.....	63
5.5.3	Linha de Ação : Estrutura física da APAEDJ.....	64
5.5.4	Linha de Ação : Inserção da APAEDJ nos fóruns que tratam do planejamento e gestão do território.....	65
5.5.5	Linha de Ação : Fortalecimento do Conselho Gestor.....	65
5.5.6	Linha de Ação : Seguimento e avaliação.....	66
6.	Adequação dos Limites da APAEDJ.....	69
7.	Referências Bibliográficas.....	70
8.	Anexos.....	71

Relação de Figuras

Figura 1: Zoneamento do Parque Estadual Delta do Jacuí proposto pelo PLANDEL, 1979.....	3
Figura 2: Zoneamento e áreas de ocupação humana no Parque Estadual Delta do Jacuí.....	4
Figura 3: Panorama do rio Jacuí e suas margens.....	8
Figura 4: Contraste da paisagem das ilhas com a paisagem urbana.....	9
Figura 5: Sede da Colônia de Pescadores Z-5.....	9
Figura 6: Detalhe da APAEDJ com a localização dos núcleos ocupação humana.....	11
Figura 7: Deposição de resíduos sólidos junto a moradias na Ilha do Pavão.....	11
Figura 8: Deposição de resíduos sólidos na margem de curso d'água, decorrente da atividade de catação e triagem na Ilha Grande dos Marinheiros.....	11
Figura 9: Esquema representando a estruturação dos Programas de Gestão.....	39
Figura 10: Organograma do PEDJ e APAEDJ.....	63
Figura 11: Áreas sugeridas para serem excluídas dos limites da APAEDJ.....	69

Relação de Mapas

Mapa 1: Zoneamento da APAEDJ.....	38
-----------------------------------	----

Relação de Quadros

Quadro 1: Núcleos de ocupação humana inseridos na APAEDJ por município.....	10
Quadro 2: Descrição dos núcleos de ocupação humana segundo as características de uso e ocupação.....	12
Quadro 3: Resultado da análise das ameaças ao valor de conservação “Áreas Úmidas e sua Conectividade”.....	20
Quadro 4: Resultado da análise das ameaças ao valor de conservação “Cultura Regional”.....	20
Quadro 5: Resultado da análise das ameaças ao valor de conservação “Qualidade de Vida da População”.....	21
Quadro 6: Desafios de gestão da APAEDJ.....	22
Quadro 7: Priorização dos desafios de Gestão da APAEDJ.....	23
Quadro 8: Objetivos do Plano de Manejo da APAEDJ.....	25
Quadro 9: Metas por objetivos do Plano de Manejo da APAEDJ.....	27
Quadro 10: Estrutura dos Programas de Gestão.....	40
Quadro 11: Ações dos Programas de Gestão por metas do Plano de Manejo.....	41
Quadro 12: Prioridade das ações por Programa de Gestão.....	67

APRESENTAÇÃO

O delta do Jacuí, formado pelo encontro dos rios Jacuí, Taquarí, Caí, Sinos, e Gravataí, localizado na região metropolitana de Porto Alegre, concentra uma grande extensão de áreas úmidas, as quais exercem um papel fundamental na manutenção da dinâmica hídrica, bem como na prestação de serviços ecossistêmicos, como regulação térmica e manutenção da qualidade da água, entre outros, além de abrigar espécies raras, endêmicas e ameaçadas da fauna e da flora. A importância dessa área é formalmente reconhecida desde 1953, por meio do Decreto Estadual nº 3.934/53, que declara de utilidade pública e interesse social uma área que englobava o bairro Arquipélago de Porto Alegre, e uma extensa região do município de Guaíba. Posteriormente, em 1976, foi criado o Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ), e, em 2005, a Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí (APAEDJ).

Unidades de Conservação da categoria Área de Proteção Ambiental tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação, e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. O Plano de Manejo é o instrumento oficial de planejamento que contém as diretrizes necessárias para orientar a gestão, de forma a levar a Unidade de Conservação a cumprir seus objetivos. Nesse aspecto, a homologação do Plano de Manejo da APAEDJ representa um marco na implementação da Unidade de Conservação, a qual passa para uma nova etapa na sua gestão.

Para a elaboração do Plano de Manejo da APAEDJ foi contratada consultoria, através de processo licitatório. O Plano de Manejo foi elaborado pela MRS Estudos Ambientais Ltda. Após a entrega do produto pela consultoria, a parte correspondente ao planejamento da Unidade de Conservação foi adaptada pela DUC/SEMA, visando à sua integração com o planejamento do PEDJ, em trabalho acompanhado por Câmara Temática específica do Conselho Deliberativo da APAEDJ. Considerando a complexidade do território no qual a APAEDJ está inserida, o Plano de Manejo buscou, ao máximo, a integração com os demais instrumentos de planejamento territorial. O Plano de Manejo foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da APAEDJ, em reunião realizada na data de 04 de novembro de 2016.

O Plano de Manejo da APAEDJ está dividido da seguinte forma:

- Parte I – Planejamento: contendo a análise estratégica da APAEDJ, zoneamento e programas de gestão;
- Parte II
 - *Encarte I*: contextualização da Unidade de Conservação
 - *Encarte II*: análise ambiental regional e da Unidade de Conservação

Por fim, salienta-se a APAEDJ é uma Unidade de Conservação da categoria Área de Proteção Ambiental, a qual está instituída sobreposta a Áreas de Preservação Permanente

(APPs), cujo comando protetivo admite intervenções somente a título de exceção, e a compatibilização de seus objetivos com o processo de uso e ocupação do solo depende de ações que são de competência de outros Entes, tanto da esfera estadual quanto da esfera municipal. Desse modo, a efetiva implantação da APAEDJ, e, conseqüentemente, a gestão eficiente do território não ocorrerá se não houver uma gestão transversal, integrada e cooperativa entre todos os envolvidos, respeitadas as competências de cada órgão.



1. HISTÓRICO DA APAEDJ

O processo histórico de criação e implementação da APAEDJ remete a um marco que foi a criação do Parque Estadual Delta do Jacuí, realizada pelo Decreto Estadual 24.385 de 1976, em função das articulações dos movimentos ambientalistas da época, particularmente da Organização Não Governamental gaúcha Amigos da Terra/Brasil (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) que frente ao processo de pressão populacional, e ao problema do lixo sobre as ilhas de Porto Alegre, exigiu sua preservação, manutenção da biodiversidade e da reserva de locais públicos verdes para lazer (HASSE; BONES, 2002, p.87- 88).

Entre 1976 e junho de 2001, o PEDJ esteve sob responsabilidade da Fundação Zoobotânica (FZB), na época pertencente à Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1979, ainda sob gestão da Fundação Zoobotânica, entrou em vigor o Plano Básico do Parque Estadual Delta do Jacuí - PLANDEL, conjuntamente com a ampliação da área de parque para os terrenos continentais de características semelhantes, ampliando territorialmente a área de preservação para além de Porto Alegre, incluindo os municípios de Eldorado do Sul, Triunfo, Canoas e Nova Santa Rita.

O PLANDEL, que teve a finalidade de organizar o processo de ocupação da área e uso do solo, foi publicado pela Secretaria de Planejamento Municipal de Porto Alegre. O Plano definiu o zoneamento do Parque buscando atingir o objetivo proposto de garantir a proteção ambiental, com base nas características e condições do meio que, por sua vez, retratavam o processo de ocupação do solo existente na época (Figura), para tanto foram delimitadas seis Zonas no Parque, a saber:

- Zona de Reserva Biológica (ZRB): destinada à proteção integral do meio ambiente, não sendo permitido qualquer uso público ou privado. Representa aproximadamente 18%, (3.114 ha), da área do Parque.
- Zona de Reserva Natural (ZRN): tem por finalidade preservar a flora, fauna e seu substrato, e conservação da paisagem. É permitida instalações de uso público e interesse social, ou manutenção transitória dos usos humanos existentes, que devem ser compatíveis com a preservação do ambiente natural. Como ZRN tem-se 11.384,90 ha, o que representa 66,02% da área do Parque.
- Zona de Parque Natural (ZPN): áreas em que se pretende resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, científicos e de lazer. Só se admite os usos previstos na legislação federal para Parques Naturais. Como ZPN tem-se 344,10 ha, o que representa 1,99% da área do Parque.
- Zona de Uso Restrito (ZUR): áreas que, por suas características naturais e pela tolerância do ecossistema às interferências humanas, admitem a liberação de funções, quer para atividades do próprio Parque como para determinados tipos de



ocupação particular. Como ZUR tem-se 544,15 ha, representa 3,15% da área do Parque.

- Zona de Ocupação Urbana (ZOU): áreas onde, já existentes estes usos, as condições permitem sua manutenção dentro de determinadas características, adaptadas às necessidades e limitações das ilhas e do Parque. Os serviços públicos devem se restringir apenas a essa Zona, no caso, uma parte da Ilha da Pintada e da estrada Martinho Poeta, em Eldorado do Sul. O Parque tem atualmente 81,75 ha caracterizados como zona de ocupação urbana (37,4 ha em Eldorado e 44,35 ha em Porto Alegre), representando 0,47 % da área do Parque.
- Zona Crítica: área onde a intervenção humana levou a condições que prejudicaram sua utilização. No caso, a parte norte da Ilha do Pavão, com 71,10 ha, representando 0,41 % da área do Parque.

Nas Figura e Figura apresenta-se a composição do Zoneamento segundo o Plano Básico Delta do Jacuí de 1976. Porém, com a não efetivação do PEDJ e a ocupação ilegal aumentando na área, a proposta de zoneamento contida no PLANDEL nunca foi efetivamente aplicada. Após a criação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) em 1999, a administração do Parque foi transferida para o órgão responsável pelo Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), o Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP), através da Divisão de Unidades de Conservação (DUC), da Secretaria do Meio Ambiente do Estado. Em 06 de junho de 2001 concretizou-se a transferência do Parque, da Fundação Zoobotânica para o Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP).

A partir desse contexto, desenvolveu-se uma nova proposta para a redefinição dos limites do Parque Estadual Delta do Jacuí. A área, sob a categoria de Parque, impediria a permanência das populações tradicionais já presentes no local (pescadores artesanais). Além disso, continuou, mesmo após a criação do Parque, a chegada de populações oriundas do interior do Estado, atraídas pelo processo de centralização e metropolização, que origina o surgimento de assentamentos precários. Portanto, em função do processo de ocupação e uso do solo na área, com a criação de novos parâmetros sobre a conservação ambiental, através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000, a categoria de Parque ficou incompatível com a ocupação humana da área em questão, sobretudo em locais pertencentes às ilhas de Porto Alegre e o Bairro Picada, em Eldorado do Sul.



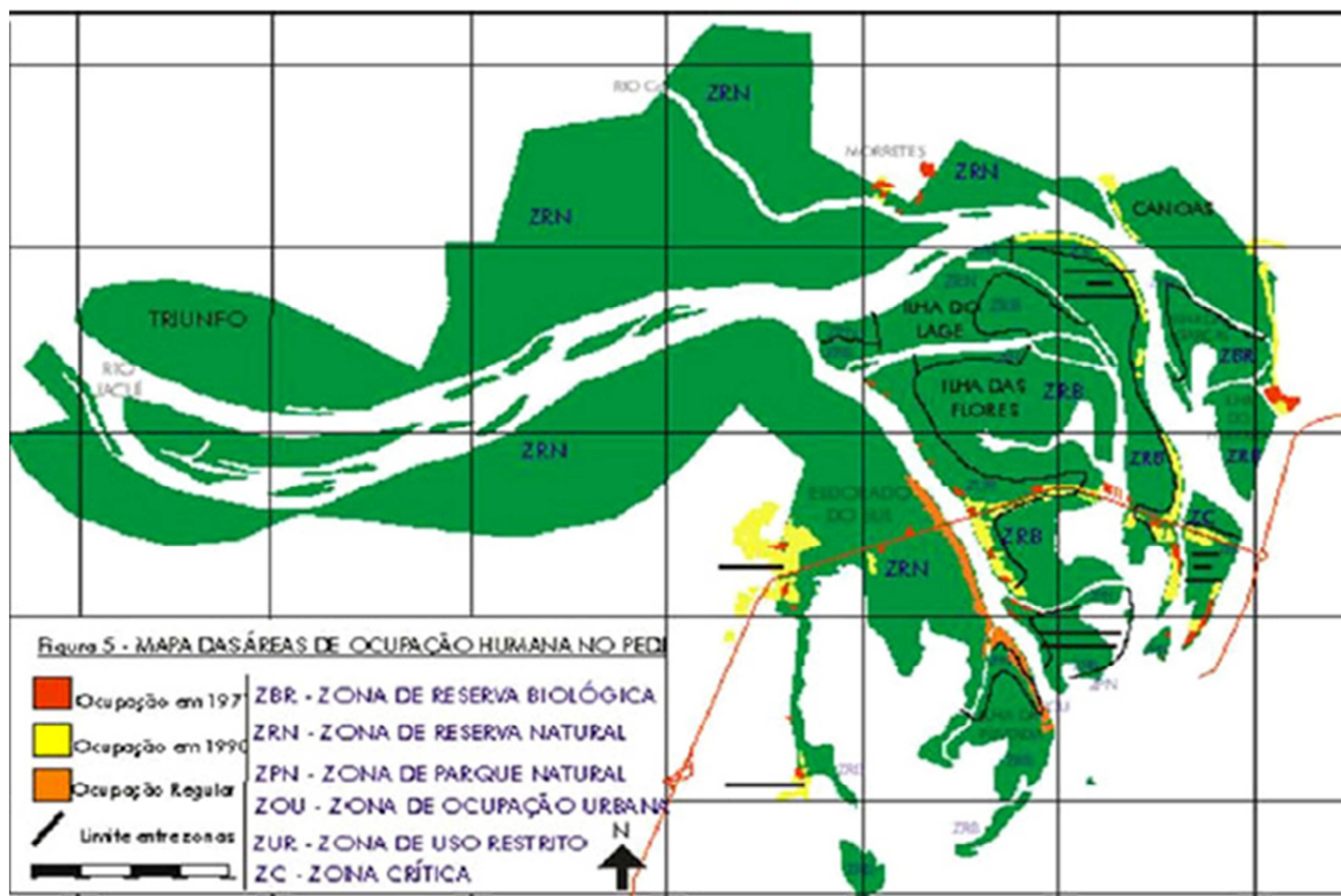


Figura 2: Zoneamento e áreas de ocupação humana no Parque Estadual Delta do Jacuí.

Fonte: Plano Básico Delta do Jacuí, 1976.



Desse modo, em 2002, a Divisão de Unidades de Conservação (DUC) do DEFAP elaborou uma nova proposta de zoneamento para o PEDJ, buscando adequá-lo às normas da categoria de manejo Parque estabelecidas no SNUC. Este zoneamento também propunha alterações nos limites do PEDJ, com a desafetação de áreas já urbanizadas e/ou muito ocupadas, e a incorporação de áreas importantes para a conservação. As áreas desafetadas estariam localizadas em Porto Alegre, na ilha do Pavão, na ilha Grande dos Marinheiros, ilha das Flores e ilha da Pintada; em Eldorado do Sul, nos Bairros Picada e Sans Souci; em Canoas, na Praia de Paquetá e no leste do Dique. As áreas a serem incorporadas seriam a Fazenda São José, em Eldorado do Sul e uma área de 442,50 ha em Triunfo.

Esta proposta foi aprovada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), em dezembro de 2002, porém não foi encaminhada aos Poderes Executivo e Legislativo para ser transformada em lei, provavelmente por tratar-se de um período de transição no governo do Estado. Posteriormente, em fevereiro de 2004, o DEFAP propôs a transformação do Parque em uma APA, a qual continha em seu interior uma Reserva Biológica, em substituição ao PEDJ, o que criou insatisfação por parte dos ambientalistas e demais órgãos ambientais da administração estadual envolvidos na busca de soluções.

Em busca de uma solução para o assunto, em maio de 2004 foi instituído, pela SEMA, um grupo de trabalho integrado pela FZB, DEFAP e FEPAM. Este grupo de trabalho apresentou uma nova proposta, na qual a APA do Delta do Jacuí, como foi denominada, passaria a compor uma área de 26.269 ha, constituindo uma categoria de manejo do grupo de Uso Sustentável, com uma zona núcleo ou zona de preservação, formada pela Reserva Biológica dos Banhados do Delta, com 13.369 ha (categoria de Proteção Integral). A Reserva Biológica dos Banhados do Delta, corresponderia a 49,69% da área total da APA, e, sendo de domínio público, iria requerer desapropriações. Esta nova proposta também previa a desafetação das áreas urbanizadas, tanto na APA do Delta do Jacuí como na área da Reserva Biológica dos Banhados do Delta. As áreas urbanizadas, localizadas em várias ilhas e na parte continental somariam um território equivalente a 2,71% da área total da APA, e 5,46% da área de Reserva Biológica.

Esta proposta foi encaminhada ao CONSEMA em junho de 2004 para apreciação da Câmara Técnica Permanente de Biodiversidade e Política Florestal (CTPBPF). Outros segmentos da sociedade, como a Rede de ONGs da Mata Atlântica- RS, o Comitê Estadual da Reserva Biológica da Mata Atlântica, o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a Comissão de Representantes da Comunidade do Bairro Arquipélago, a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) e o Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) também encaminharam propostas ao CONSEMA.



Enquanto a CTPBPF apreciava as propostas, juntamente com representantes de moradores, de ONGs, do setor produtivo (IRGA, FARSUL) e Instituições Governamentais, foi editado o Decreto Estadual nº 43.367, de 28 de setembro de 2004, criando a Área de Proteção Ambiental Estadual do Delta do Jacuí (com área total de 17.245 ha), revogando os Decretos que criaram o Parque Estadual do Delta do Jacuí. Em seu Artigo 3º indicava que a Zona de Proteção Integral da APA Delta do Jacuí seria constituída pela Reserva Biológica dos Banhados do Delta, porém, sem definir os seus limites. Em seu Artigo 4º, estabelecia que, no prazo de um ano, a SEMA iria elaborar uma proposta de Plano de Manejo para a APA, incluindo a delimitação geográfica da Reserva Biológica.

Esta ação do governo desencadeou um movimento contrário por parte de vários segmentos da sociedade, especialmente de ONGs, que solicitaram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ao Ministério Público Estadual e suscitou discussões acirradas na Assembléia Legislativa, na imprensa e no próprio CONSEMA. Vários segmentos salientaram a ilegalidade deste ato diante da Lei Federal do SNUC, que em seu Artigo 22, § 7º estabelece que “a desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica”. Desta forma, o CONSEMA determinou que a CTPBPF continuasse sua avaliação e apresentasse uma proposta para solucionar a questão do PEDJ. Em dezembro de 2004, a CTPBPF encaminhou seu parecer à plenária do CONSEMA, que o aprovou integralmente em uma reunião extraordinária. Esta proposta foi encaminhada à Casa Civil para elaboração de Projeto de Lei a ser encaminhado à Assembleia Legislativa, com o comprometimento pessoal do Governador de revogar o Decreto nº 43.367/04.

O parecer do CONSEMA propôs a criação da APA do Delta do Jacuí, com uma área aproximada de 22.700 ha e a criação de Unidade de Proteção Integral, mantendo a categoria de Parque Estadual, inserida na APA, ambas com limites definidos. As áreas com características urbanas ficariam inseridas na APA e excluídas do Parque, ficando as regras de proteção ambiental e uso territorial das áreas públicas e privadas a serem definidas no Plano de Manejo da APAEDJ.

No dia 16 de março de 2005, atendendo a uma ação popular movida contra o Estado (Ação Direta de Inconstitucionalidade), o Tribunal de Justiça (TJ) suspendeu o Decreto Estadual nº 43.367. No dia 30 de junho de 2005, o Governador encaminhou à Assembléia Legislativa o Projeto de Lei nº 159/2005, criando a Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí e o Parque Estadual Delta do Jacuí. Este foi aprovado como Lei Estadual nº 12.371 em 11 de novembro de 2005. De acordo com a referida Lei, a APAEDJ é uma Unidade de Uso Sustentável, com a superfície de 22.826,39 ha, nos quais, em 14.242,05 ha fica inserido o Parque Estadual Delta do Jacuí, como Unidade de Proteção Integral.



2. ANÁLISE ESTRATÉGICA DA APAEDJ

A análise estratégica tem como finalidade avaliar o contexto no qual a APAEDJ está inserida, a fim de definir os aspectos principais a serem considerados para a definição do zoneamento e dos programas de gestão do Plano de Manejo, ou seja, o resultado dessa análise dá a base para o estabelecimento das normas, e das ações necessárias para que a APAEDJ cumpra seus objetivos. A análise estratégica foi realizada em etapas, conforme descrito a seguir:

2.1 Etapa 1: definição dos Objetivos Específicos da APAEDJ e valores de conservação

A primeira etapa da análise foi a definição dos objetivos específicos da APAEDJ, os quais foram estabelecidos levando-se em consideração os objetivos da categoria da UC definidos pelo SNUC, os objetivos definidos na lei de criação da UC, as características do contexto ambiental, social, e econômico da UC, com base nas informações constantes no volume II deste Plano de Manejo, e a missão e objetivos específicos do PEDJ, estabelecidos no seu respectivo Plano de Manejo. Os objetivos específicos da APAEDJ são:

1. **Proteger os remanescentes de áreas úmidas do delta do Jacuí, garantindo a conectividade entre os ambientes;**
2. **Promover a qualidade de vida da população local;**
3. **Assegurar o desenvolvimento sustentável por meio da adequação das atividades às características ambientais da área, respeitando as zonas de ocupação urbana consolidadas, e as zonas urbanas instituídas pelos Planos Diretores dos municípios;**
4. **Conservar a cultura regional por meio do fortalecimento das atividades características do local.**

A partir dos objetivos específicos, foram estabelecidos os **valores de conservação** da APAEDJ, os quais consistem nos elementos focais do planejamento da UC. Os valores de Conservação da APAEDJ são:



2.1.1 Áreas Úmidas e sua Conectividade

O conceito de áreas úmidas ou zonas úmidas segundo a Convenção de RAMSAR - sobre zonas úmidas de importância internacional, é o seguinte: "Para efeitos desta Convenção, as zonas úmidas são áreas de pântano, charco, turfa ou água, natural ou



artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo áreas de água marítima com menos de seis metros de profundidade na maré baixa” (CONVENÇÃO DE RAMSAR, 1975); este conceito amplo contempla os ambientes constituídos pelos rios, canais, sacos, ilhas fluviais, e áreas continentais com áreas pantanosas (banhados), florestas aluviais (paludosas e ripárias), várzeas e campos sujeitos a inundações periódicas, abrangidos pela UC. A manutenção e a recuperação desses ambientes no âmbito da gestão da APAEDJ são imprescindíveis para garantir a conectividade entre os mesmos, e, como consequência, a manutenção dos recursos, processos, e serviços ambientais das áreas úmidas a longo prazo.



Figura 3: Panorama do rio Jacuí e suas margens. À esquerda, PEDJ no município de Charqueadas, e, à direita, APAEDJ no município de Triunfo, próximo ao limite oeste das UCs.

Foto: João Carlos P. Dotto

2.1.2 Cultura Regional

O Delta do Jacuí compõe um ambiente peculiar na região metropolitana de Porto Alegre. Trata-se de um ambiente complexo, composto por ilhas, banhados, sacos e canais, resultantes da interação da geomorfologia e vegetação, formando uma paisagem característica. Esse ambiente característico está atrelado a uma cultura que é peculiar do local. O território das ilhas proporciona uma identidade característica aos moradores locais, os “ilhéus” ou “ilheros”, a qual deve ser difundida e valorizada. Uma das atividades características e de destaque da região é a pesca artesanal, cuja prática garante a reprodução cultural da população tradicional composta pelos pescadores artesanais. Essa atividade é praticada desde o início do século XIX, sendo, possivelmente, a primeira



atividade desenvolvida pelos povoadores do local (PORTO ALEGRE. 1979). Desse modo, a população tradicional dos pescadores artesanais, e as práticas associadas a esta atividade consistem em um alvo de conservação, devendo ser adotadas ações a fim de garantir a reprodução das mesmas.



Figura 4: Contraste da paisagem das ilhas com a paisagem urbana, ao fundo.
Foto: João Carlos P. Dotto



Figura 5: Sede da Colônia de Pescadores Z-5.
Foto: Ricardo Aranha Ramos

2.1.3 Qualidade de Vida da População

Conforme dispõe o artigo 15 do SNUC, as APAs são áreas dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, que tem como um de seus objetivos básicos



disciplinar o processo de ocupação. A lei 12.371/2005 que cria a APAEDJ estabelece como um de seus objetivos disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, de forma a conservar a diversidade de ambientes, de espécies e de processos naturais pela adequação das atividades humanas às características ambientais da área.

O diagnóstico constante no Encarte II deste Plano de Manejo (item 5.4.4), estima que a APAEDJ possui uma população residente acima de 15.000 habitantes, distribuída em 5.000 domicílios. A APAEDJ apresenta 15 núcleos de ocupação humana, os quais estão concentrados na porção leste da UC, à exceção de um, localizado no município de Triunfo.

O quadro 1 apresenta os núcleos de ocupação urbana da APAEDJ por município, e a figura 6 apresenta a localização dos núcleos de ocupação urbana na APAEDJ.

Quadro 1: Núcleos de ocupação humana inseridos na APAEDJ por município

Porto Alegre	Eldorado do Sul	Canoas	Triunfo
Ilha da Pintada	Bairro Picada	Prainha de Paquetá	Região do Pontal (Bairro 3º Distrito)
Ilha Grande dos Marinheiros	Cidade Verde	Vila do Dique (incluindo comunidade do Prado e do Canil)	
Ilha das Flores	Vila da Paz		
Ilha do Pavão	Bairro Itaí (parte)		
Ilha Mauá	Sol Nascente (parte)		
	Sans Souci (parte)		
	Assentamento Integração Gaúcha		

Os núcleos de ocupação humana inseridos na APAEDJ, de um modo geral, caracterizam-se por acentuada complexidade sócio-espacial, sendo possível observar a presença de residências com características rurais e outras com características urbanas, variando de residências unifamiliares rarefeitas, a condomínios habitacionais, e aglomerados de ocupação desordenada. Existe um grande contraste em relação ao padrão construtivo, com construções de alto padrão a construções com padrão inadequado para moradia, por vezes em um mesmo espaço.

Grande parte das áreas dos núcleos de ocupação humana da APAEDJ apresenta problemas em relação ao uso e ocupação do solo, tendo em vista que estão estabelecidas em APPs e áreas sujeitas a inundações. Existem, ainda, ocupações na faixa de domínio das rodovias BR-116/290. Em relação à infraestrutura, a mesma é, em grande parte dos casos, bastante precária. A situação do esgotamento sanitário pode ser considerada calamitosa, pois a predominância é de domicílios com esgoto sanitário inadequado, havendo casos em que o mesmo é inexistente. Há deficiências no sistema viário, bem como de serviços públicos como abastecimento de água, e coleta de resíduos sólidos.

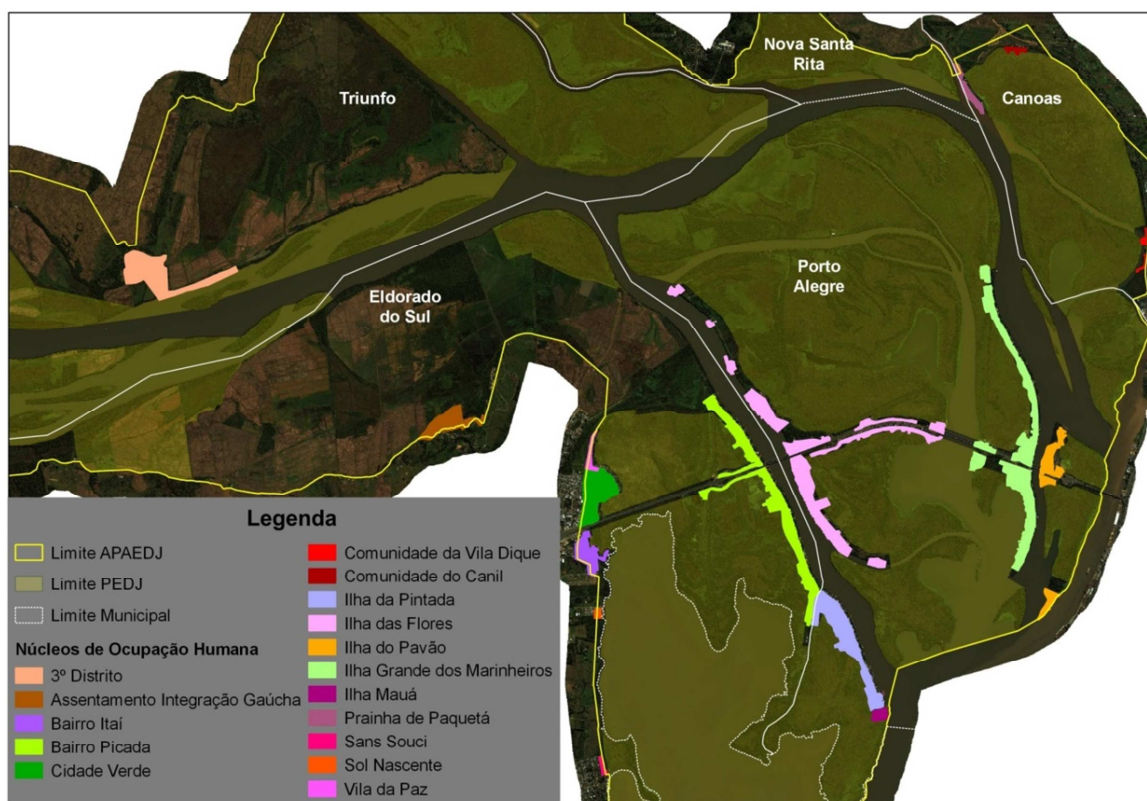


Figura 6: detalhe da APAEDJ com a localização dos núcleos ocupação humana.

A principal atividade econômica desenvolvida na Ilha Grande dos Marinheiros, e na Ilha do Pavão no município de Porto Alegre, é a triagem dos resíduos sólidos, que, particularmente na Ilha Grande dos Marinheiros, envolve uma organização social interna para a gestão desses resíduos como fonte de renda para a comunidade. No entanto, a atividade ainda carece de organização e regularização (figuras 7 e 8), para que a mesma seja praticada de forma correta e em locais adequados para tal, evitando, assim, dano ao ambiente, e riscos à saúde pública.







Figura 7: Deposição de resíduos sólidos junto a moradias na Ilha do Pavão.



Figura 8: Deposição de resíduos sólidos na margem de curso d'água, decorrente da atividade de catação e triagem na Ilha Grande dos Marinheiros.



Quadro 2: Descrição dos núcleos de ocupação humana segundo as características de uso e ocupação.

Município	Núcleos de Ocupação Humana	Características do Uso e Ocupação	Fotos	
Porto Alegre	Ilha da Pintada	<p>Predomina áreas de ocupação humana mais ordenada com unidades habitacionais adequadas para moradia.</p> <p>Configura-se como um núcleo de ocupação humana consolidado, com distribuição homogeneia.</p>		
	Ilha Grande dos Marinheiros	<p>Caracteriza-se principalmente por sua dualidade em termos de ocupação, tendo em vista a presença de uma ocupação desordenada com domicílios inadequados para moradia na parte norte e ocupação ordenada de alto padrão construtivo na parte Sul.</p>		



Município	Núcleos de Ocupação Humana	Características do Uso e Ocupação	Fotos	
	Ilha das Flores	<p>Predominam áreas de ocupação humana mais ordenada com unidades habitacionais adequadas para moradia.</p> <p>Em segundo plano constata-se a presença de áreas de ocupação humana ordenada de alto padrão construtivo.</p> <p>Além de um núcleo pequeno de ocupação desordenada com domicílios inadequados para moradia.</p>		
	Ilha do Pavão	<p>Predomina uma ocupação desordenada com domicílios inadequados para moradia, caracterizando-se em todos os critérios como um aglomerado subnormal.</p>		



Município	Núcleos de Ocupação Humana	Características do Uso e Ocupação	Fotos	
	Ilha Mauá	Predominam áreas de ocupação humana mais ordenada com unidades habitacionais adequadas para moradia.		
Canoas	Vila do Dique com inclusão das comunidades do Campo do Prado e do Canil, integrantes da Vila do Dique. A Vila do Dique está inserida em partes do bairro Rio Branco e bairro Fátima.	Áreas de ocupação desordenada com características de domicílios inadequados para moradia (aglomerados subnormal). Comunidade será realocada em função das obras da BR-448 – Rodovia do Parque.		

Fonte: EIA BR- 448/RS, 2008.

Fonte: EIA BR-448/RS, 2008.



Município	Núcleos de Ocupação Humana	Características do Uso e Ocupação	Fotos	
	Prainha de Paquetá no bairro Mato Grande.	<p>Predomina áreas de ocupação humana mais ordenada apresentando unidades habitacionais adequadas para moradia, assim como domicílios que devido o padrão construtivo podem ser definidos como inadequados para moradia. A localidade como um todo necessita de revitalização, que ocorrerá via Projeto de Ecoturismo da Prefeitura Municipal de Canoas.</p> <p>A localidade é a única referência em termos de balneabilidade no município de Canoas.</p>		
Charqueadas	Não possui núcleo de ocupação humana.	-	-	-
Eldorado do Sul	Bairro Picada	<p>Presença de áreas de ocupação humana ordenada de alto padrão construtivo.</p> <p>Verificaram-se também áreas pontuais de ocupação desordenada com características aglomerados subnormal, onde há domicílios inadequados para moradia.</p>		



Município	Núcleos de Ocupação Humana	Características do Uso e Ocupação	Fotos	
			Fonte: Esfera Agência Social, 2008.	
	Cidade Verde	Maior parte do bairro se caracteriza como de ocupação ordenada com domicílios adequados para moradia. Verificou-se também diversas casas de alto padrão construtivo e inúmeros locais com características de aglomerado subnormal situadas em área de APP.		
	Vila da Paz	Predomina áreas de ocupação humana desordenada, com domicílios inadequados para moradia, com características de aglomerado subnormal.		



Município	Núcleos de Ocupação Humana	Características do Uso e Ocupação	Fotos	
	Bairro Itaí (parte)	Ocupação ordenada, com domicílios adequados para moradia.		
	Bairro Sol Nascente (parte)	Ocupação desordenada, com domicílios inadequados para moradia, caracterizando-se em parte como aglomerado subnormal. Em alguns pontos identificaram-se domicílios adequados para moradia.		



Município	Núcleos de Ocupação Humana	Características do Uso e Ocupação	Fotos	
	Bairro Sans Souci (parte)	Possui uma ocupação ordenada, com domicílios adequados para moradia e de alto padrão construtivo.		
	Assentamento Integração Gaúcha	Características de comunidade rural.	-	
Nova Santa Rita	Não possui núcleo de ocupação humana	-	-	
Triunfo	Região do Pontal	Características de comunidade rural.		



Desse modo, a fim de assegurar o desenvolvimento sustentável por meio da adequação das atividades às características ambientais da área, promovendo, assim a qualidade de vida da população, devem ser promovidas ações para execução dos processos de regularização das ocupações em APP e situação de risco, regularização das atividades impactantes aos objetivos de conservação da UC, e instalação da infraestrutura necessária, garantindo a melhora da qualidade ambiental e minimização dos impactos ao ambiente na região. Informações detalhadas sobre os núcleos de ocupação humana da APAEDJ constam no item 5.4.4.2 do Encarte II deste Plano de Manejo.

2.2 Etapa 2: Análise de Ameaças

O cumprimento dos objetivos específicos da APAEDJ é alcançado por meio da manutenção e fortalecimento dos seus valores de conservação. Para tanto, parte-se do pressuposto de que esses valores serão conservados se as ações forem planejadas com o propósito de cessar ou minimizar as ameaças que os estão comprometendo, ou podem vir a comprometê-los, e se a gestão da UC for realizada de forma eficaz. Sendo assim, nesta etapa foram realizadas a análise das ameaças aos valores de conservação da APAEDJ, e a análise da gestão da APAEDJ.

2.2.1 Análise das Ameaças aos Valores de Conservação da APAEDJ

Foi realizada uma análise com o objetivo de identificar as principais ameaças que afetam cada um dos três valores de conservação da APAEDJ, suas causas, e possível origem. O resultado dessa análise é apresentado nos quadros 3, 4, e 5.

**Quadro 3: Resultado da análise das ameaças ao valor de conservação “Áreas Úmidas e sua Conectividade”**

Ameaça	Causa	Fonte
Supressão de ambientes	Construções (aterramento, corte de vegetação)	Especulação imobiliária, ocupações irregulares, ausência de atuação dos órgãos responsáveis
	Drenagem de banhados	Implantação de lavouras
	Instalação de empreendimentos	Dinâmica social
Descaracterização das APPs	Construções	Especulação imobiliária, ocupações irregulares, ausência de atuação dos órgãos responsáveis
	Lavouras	Empreendimentos irregulares, atuação deficiente dos órgãos responsáveis
Descaracterização das margens	Mineração de areia	Demanda pela matéria-prima
	Construções (muros, ancoradouros)	Especulação imobiliária, ausência de regramentos claros
	Navegação	Canal de navegação, porto
Caça e captura	Controle e fiscalização deficientes	Conflito com atividade de pesca, comércio lucrativo, falta de conhecimento e valorização do patrimônio
Contaminação dos corpos hídricos	Efluentes domésticos	Falta de saneamento básico
	Efluentes industriais	Empreendimentos irregulares, falta de atuação dos órgãos responsáveis
	Má utilização de insumos e agrotóxicos nas lavouras	Controle e fiscalização deficientes
	Navegação	Canal de navegação, porto

Quadro 4: Resultado da análise das ameaças ao valor de conservação “Cultura Regional”

Ameaça	Causa	Fonte
Diminuição do estoque pesqueiro	Sobrepesca	Falta de planejamento da atividade
	Degradação do ambiente	Área localizada na região metropolitana
Perda de território para a atividade de pesca	Existência do PEDJ	Necessidade de organização do território visando à proteção do meio ambiente
Falta de alternativas para a manutenção da prática das atividades	Atuação deficiente dos órgãos e instituições responsáveis	Falta de interesse político
Ausência de espaços para o desenvolvimento das atividades	Atuação deficiente dos órgãos e instituições responsáveis	Falta de interesse político
Falta de conhecimento do restante da população sobre a existência da cultura regional	Ausência de oportunidades para a divulgação da cultura regional	Falta de interesse político

**Quadro 5: Resultado da análise das ameaças ao valor de conservação “Qualidade de Vida da População”**

Ameaça	Causa	Fonte
Expansão urbana desordenada	Falta de planejamento, falta de regras e normas	Falta de vontade política
	Atuação deficiente dos órgãos responsáveis	
Ocupações em áreas de risco	Atuação deficiente dos órgãos responsáveis	Falta de vontade política
Falta de infraestrutura básica	Atuação deficiente dos órgãos responsáveis	Falta de vontade política
Ausência de atuação do poder público	Indefinição das competências dos órgãos responsáveis pela gestão do território	Falta de vontade política
Alagamentos	Ocupações irregulares	Atuação deficiente dos órgãos responsáveis
	Falta de planejamento do território ou planejamento deficiente	
Risco de transmissão e contaminação causados por zoonoses	Presença de animais domésticos e fauna sinantrópica	Ocupação urbana desordenada
Lixo	Atividade de triagem realizada nas ilhas	Atuação deficiente dos órgãos responsáveis
	Ocupação urbana desordenada	
	Lixo trazido pelas águas	
Contaminação dos corpos hídricos	Efluentes domésticos	Falta de saneamento básico
	Efluentes industriais	Empreendimentos irregulares, falta de atuação dos órgãos responsáveis
	Má utilização de insumos e agrotóxicos nas lavouras	Controle e fiscalização deficientes

2.2.2 Análise da Gestão da APAEDJ

A análise da gestão tem como objetivo identificar os pontos a serem melhorados, de forma que a APAEDJ conte com as condições adequadas de forma a garantir que as ações planejadas sejam executadas. Para tanto foram analisadas os Planos Operativos Anuais da UC, elencando-se as principais ameaças à gestão conforme as informações constantes nesses documentos. O resultado é apresentado a seguir:

- Principais ameaças à gestão da APAEDJ:

- Ausência de objetivos para a gestão da UC;
- Gestão conjunta PEDJ e APAEDJ;
- Falta de capacitação da equipe para atuar nas demandas de gestão da UC;
- Infraestrutura deficiente para o atendimento das demandas;
- Indefinição das competências entre os órgãos responsáveis pela gestão do território;
- Ausência de fluxos e procedimentos.



2.3 Etapa 3: Estabelecimento dos Desafios de Gestão da APAEDJ

Os desafios de gestão da APAEDJ foram estabelecidos a partir das ameaças identificadas. O quadro 6 apresenta os desafios de gestão da APAEDJ. A fim de facilitar a visualização da informação, os desafios foram organizados por tema.

Quadro 6: Desafios de gestão da APAEDJ

Tema	Ameaça	Desafio
Lavouras	Drenagem de banhados	Manter íntegros os banhados existentes na APAEDJ
	Ocupação das margens do Jacuí	Cultivos existentes na APA regularizados e corretamente manejados
	Contaminação dos corpos hídricos	
Ocupação Urbana	Ocupação das APPs	Regularizar as ocupações em APP
	Ocupação das áreas de risco	Ter as áreas de risco livres de ocupação
	Alagamentos	Definir soluções adequadas a fim de amenizar os efeitos de alagamentos nos episódios de cheias
	Supressão de ambientes naturais	Ter normas e fluxos estabelecidos para a correta ocupação urbana do território
	Descaracterização das margens	
	Falta de normas e procedimentos para a ocupação urbana	
	Falta de infraestrutura básica	Dotar o território de infraestrutura básica adequada
	Efluentes domésticos	
	Lixo	Gestão dos resíduos sólidos adequada e eficiente
		Diminuição da quantidade de lixo existente nas águas
	Animais domésticos e fauna sinantrópica	Planos de Controle de Zoonoses elaborados e implementados
Empreendimentos	Efluentes industriais	Empreendimentos corretamente instalados e em adequada operação
	Instalação irregular de empreendimentos	
	Mineração de areia	Garantir o não comprometimento dos ambientes de margem do rio, canais e cursos d'água
Navegação	Erosão das margens	Garantir o cumprimento das normas de navegação
	Acidente com cargas perigosas	Atuação rápida e eficiente dos órgãos responsáveis em casos de acidentes
Fauna Nativa	Caça	Diminuir a prática das atividades de caça e captura de fauna nativa na APAEDJ
	Captura	
Cultura Regional	Diminuição do estoque pesqueiro	Garantir a conservação dos locais de reprodução e berçário das espécies de peixes
	Perda de território para a prática da pesca artesanal	Garantir a legitimidade da prática da pesca artesanal por população tradicional residente
	Falta de alternativas para a prática de atividades características do local	Existência de políticas públicas em implementação voltadas à manutenção das práticas características da região
	Falta de espaços para a prática das atividades características do local	
	Falta de conhecimento da cultura regional	
Gestão	Falta de gestão integrada com o PEDJ	APAEDJ e PEDJ atuando por meio de uma gestão integrada e participativa
	Falta de articulação entre os órgãos responsáveis pela gestão do território	Órgãos atuantes, por meio de procedimentos e fluxos estabelecidos
	Falta de estrutura da UC (equipamentos, infraestrutura e pessoal)	Dotar a UC com a estrutura adequada para sua gestão



Para fins de planejamento das ações, foi realizada uma priorização dos desafios de gestão da APAEDJ, conforme apresentado no quadro 7.

Quadro 7: priorização dos desafios de Gestão da APAEDJ

Priorização dos Desafios	
Prioridade	Desafio
1	a) Ter normas e fluxos estabelecidos para a correta ocupação urbana do território
1	b) Órgãos atuantes, por meio de procedimentos e fluxos estabelecidos
1	c) Regularizar as ocupações em APP
1	d) Ter as áreas de risco insanáveis livres de ocupação
1	e) Manter íntegros os banhados existentes na APAEDJ
1	f) Garantir a conservação dos locais de reprodução e berçário das espécies de peixes
1	g) Garantir a legitimidade da prática da pesca artesanal por população tradicional residente
1	h) APAEDJ e PEDJ atuando por meio de uma gestão integrada e participativa
1	i) Definir soluções adequadas a fim de amenizar os efeitos de alagamentos nos episódios de cheias
2	j) Cultivos existentes na APA regularizados e corretamente manejados
2	l) Empreendimentos corretamente instalados e em adequada operação
2	m) Garantir o não comprometimento dos ambientes de margem do rio, canais e cursos d'água naturais
2	n) Diminuir a prática das atividades de caça e captura de fauna nativa na APAEDJ
2	o) Existência de políticas públicas em implementação voltadas à manutenção das práticas características da região
2	p) Dotar a UC com a estrutura adequada para sua gestão
3	q) Dotar o território de infraestrutura básica adequada
3	r) Gestão dos resíduos sólidos adequada e eficiente
3	s) Diminuição da quantidade de lixo existente nas águas
3	t) Planos de Controle de Zoonoses elaborados e implementados
3	u) Garantir o cumprimento das normas de navegação
3	v) Atuação rápida e eficiente dos órgãos responsáveis em casos de acidentes

3. PLANEJAMENTO DA APAEDJ

3.1 Planejamento Estratégico da APAEDJ

O planejamento estratégico estabelece os objetivos a serem alcançados em longo prazo com a criação e manutenção da APAEDJ, ou seja, deve deixar clara a razão de ser da UC, dando o norte para o estabelecimento das ações a serem executadas para a implantação da mesma. O planejamento estratégico, então, está baseado no que se quer atingir com os objetivos específicos da UC (item 2.1), e traduz-se na **missão** da APAEDJ.



3.1.1 Missão da APAEDJ

Auxiliar na conservação da biodiversidade e na manutenção da funcionalidade ecossistêmica do delta do Jacuí, contribuindo com a conectividade entre áreas úmidas, garantindo a qualidade de vida da população local por meio da adequação das atividades às características ambientais da área, e contribuindo com a manutenção e o fortalecimento das práticas representativas da cultura regional.

3.2 Planejamento Tático da APAEDJ

O planejamento tático consiste no que esperamos alcançar com a execução do Plano de Manejo, que é apresentado de forma resumida na **visão de futuro da APAEDJ**. A visão de futuro representa, desse modo, como estará a APAEDJ no final do período de vigência deste Plano de Manejo. O planejamento tático da APAEDJ é composto por:

- a) Objetivos do Plano de Manejo;
- b) Zoneamento da APAEDJ;
- c) Programas de Gestão.

3.2.1 Visão de Futuro da APAEDJ

A APAEDJ apresenta os banhados que formam a Zona 4 íntegros e sem diminuição de área, e houve melhora na condição das APPs da margem do rio Jacuí. As zonas urbanas abrangidas pela APAEDJ apresentam diretrizes e normas claras para a ocupação do território, estabelecidas pelos seus respectivos Planos Diretores, e os processos de licenciamento tramitam seguindo fluxos bem definidos, de modo que os cidadãos tem clareza e segurança sobre quais atividades podem ser realizadas, como as atividades podem ser realizadas e em quais órgãos devem encaminhar suas demandas. A gestão dos resíduos sólidos nas ilhas é realizada de forma organizada e eficiente, em locais apropriados e devidamente regularizados para tal. Os limites entre o PEDJ e APAEDJ estão identificados nos pontos críticos. Não houve aumento das ocupações irregulares, e, em cada município com ocupações em situação de risco, há um projeto para regularização fundiária de assentamentos urbanos em execução. A gestão da APAEDJ é realizada de forma integrada com o PEDJ, e funciona com auxílio de seu Conselho Deliberativo, o qual é atuante e propositivo, engajado na elaboração e execução de propostas para a difusão da cultura regional.



3.3 Objetivos do Plano de Manejo

Os objetivos do Plano de Manejo representam onde queremos chegar com a execução do previsto no documento, e foram estabelecidos tendo como base os desafios de gestão da APAEDJ (ver quadro 6). Desse modo, o Plano de Manejo está centrado em vencer ou minimizar os desafios de gestão identificados. O cumprimento dos objetivos do Plano de Manejo resultará na APAEDJ descrita na visão de futuro (ver item anterior). O quadro 8 apresenta os 06 objetivos do Plano de Manejo da APAEDJ.

Quadro 8: Objetivos do Plano de Manejo da APAEDJ

Desafios de Gestão da APAEDJ	Objetivos do Plano de Manejo da APAEDJ
a) Ter normas e fluxos estabelecidos para a correta ocupação urbana do território	1. Auxiliar no estabelecimento e cumprimento de normas para a correta ocupação e utilização do território, promovendo a articulação entre os órgãos responsáveis pela gestão territorial
b) Órgãos atuantes, por meio de procedimentos e fluxos estabelecidos	
q) Dotar o território de infraestrutura básica adequada	
r) Gestão dos resíduos sólidos adequada e eficiente	
t) Planos de Controle de Zoonoses elaborados e implementados	
u) Garantir o cumprimento das normas de navegação	
v) Atuação rápida e eficiente dos órgãos responsáveis em casos de acidentes	
s) Diminuição da quantidade de lixo existente nas águas	
c) Regularizar as ocupações em APP	2. Auxiliar no processo de regularização das ocupações em APP e áreas de risco, promovendo a articulação entre os órgãos responsáveis
d) Ter as áreas de risco livres de ocupação	
e) Manter íntegros os banhados existentes na APAEDJ	3. Minimizar os impactos ao PEDJ, garantindo a conectividade entre os ambientes de áreas úmidas
f) Garantir a conservação dos locais de reprodução e berçário das espécies de peixes	
n) Diminuir a prática das atividades de caça e captura de fauna nativa na APAEDJ	



i) Cultivos existentes na APA regularizados e corretamente manejados	4. Buscar inserção junto aos órgãos licenciadores visando à adequada instalação e operação dos empreendimentos, a fim de atender aos objetivos da APAEDJ
j) Empreendimentos corretamente instalados e em adequada operação	
l) Garantir o não comprometimento dos ambientes de margem do rio, canais e cursos d'água	
m) Definir soluções adequadas a fim de amenizar os efeitos de alagamentos nos episódios de cheias	
g) Garantir a legitimidade da prática da pesca artesanal por população tradicional residente	5. Contribuir com a instituição de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da identidade cultural local
o) Existência de políticas públicas em implementação voltadas à manutenção das práticas características da região	
h) APAEDJ e PEDJ atuando por meio de uma gestão integrada e participativa	6. Aprimorar a estrutura institucional e a participação social visando à gestão integrada e participativa no PEDJ e na APAEDJ
p) Dotar a UC com a estrutura adequada para sua gestão	

Para cada um dos seis objetivos do Plano de Manejo da APAEDJ foram estabelecidas metas a serem alcançadas nos próximos 5 anos (quadro 9). Estas metas funcionam como diretrizes para o planejamento tático, funcionando também como norteadores para o monitoramento, já que deverão ser cumpridas por meio da execução das ações estabelecidas em cada um dos Programas de Gestão.

**Quadro 9: Metas por objetivos do Plano de Manejo da APAEDJ**

Metas
Objetivo 1: Auxiliar no estabelecimento e cumprimento de normas para a correta ocupação e utilização do território, promovendo a articulação entre os órgãos responsáveis pela gestão territorial
1.1 Planos Diretores dos municípios com diretrizes e normas para a ocupação do território na APAEDJ
1.2 Fluxos para processos de licenciamento estabelecidos entre a APAEDJ e os órgãos licenciadores
1.3 Normas e fluxos relacionados à gestão da APAEDJ plenamente conhecidos pela população local
1.4 Plano de Controle de Zoonoses elaborados pelos municípios com área na APAEDJ
1.5 Protocolo para atuação nas demandas referentes à navegação comercial estabelecido
1.6 Gestão da APAEDJ inserida nos foruns que tratam do planejamento e gestão do território
1.7 Pelo menos duas propostas visando à melhoria da qualidade de vida da população encaminhadas
1.8 Gestão dos resíduos sólidos adequada e eficiente na APAEDJ
1.9 População conscientizada sobre a problemática da presença de lixo nas águas
Objetivo 2: Auxiliar no processo de regularização das ocupações em situação de risco, promovendo a articulação entre os órgãos responsáveis
2.1 Limites do PEDJ e APAEDJ identificados
2.2 Ocupações irregulares sem incremento de área
2.3 Principais riscos com possibilidade de ocorrência na APAEDJ identificados e localizados
2.4 Um Termo de Comprisso firmado por município com ocupações em situação de risco para a regularização fundiária de assentamentos urbanos
2.5 Ação Discriminatória de iniciativa do Estado do Rio Grande do Sul em andamento na região das ilhas de Porto Alegre
Objetivo 3: Buscar inserção junto aos órgãos licenciadores visando à adequada instalação e operação dos empreendimentos, a fim de atender aos objetivos da APAEDJ
3.1 100% das lavouras de arroz no interior da APAEDJ regularizadas e corretamente manejadas
3.2 Termos de Referência para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental para instalação de empreendimentos elaborados com a participação da gestão da APAEDJ
3.3 100% dos empreendimentos licenciados na APAEDJ operando em conformidade com os objetivos da UC
3.4 Pelo menos 2 estudos prioritários realizados
Objetivo 4: Minimizar os impactos ao PEDJ, garantindo a conectividade entre os ambientes de áreas úmidas
4.1 Normas estabelecidas para a Zona de Amortecimento do PEDJ cumpridas na área da APAEDJ
4.2 Manter 100% da cobertura vegetal dos ambientes da Zona 4 da APAEDJ
4.3 Ocorrências de caça e captura de fauna nativa diminuídas na área da APAEDJ
Objetivo 5: Contribuir com a instituição de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da identidade cultural local
5.1 Pescadores artesanais legitimados para a prática da pesca artesanal no PEDJ
5.2 Pelo menos 2 propostas voltadas à geração de renda com práticas da cultura local elaboradas
5.3 Roteiro turístico formatado com produtos relacionados à cultura local
Objetivo 6: Aprimorar a estrutura institucional e a participação social visando à gestão integrada e participativa no PEDJ e na APAEDJ
6.1 APAEDJ e PEDJ organizados para uma gestão integrada, com as diferentes responsabilidades definidas
6.2 Conselho Gestor atuante, dotado com as ferramentas necessárias para sua eficaz atuação
6.3 APAEDJ dotada de estrutura adequada para sua gestão



4. ZONEAMENTO DA APAEDJ

O zoneamento de uma UC consiste na “definição de setores ou zonas com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”, conforme definição estabelecida no art. 2º, inciso XVI do SNUC. O zoneamento é um componente fundamental do Plano de Manejo, pois constitui no marco de ordenamento do território no âmbito da UC. Na prática, o zoneamento, é a expressão espacial da missão e da visão de futuro da APAEDJ, ou seja, ele traduz o que está estabelecido nesses itens na forma de normas a serem aplicadas em áreas específicas da APAEDJ, a fim de manter ambientes e características na condição desejada, ou melhorar essa condição, de modo a cumprir os objetivos específicos da UC, e os objetivos de seu Plano de Manejo.

Estabelecer o zoneamento da APAEDJ não é tarefa fácil, tendo em vista a multiplicidade de usos detectados, a diversidade socioeconômica e cultural apresentada e a dinâmica ecossistêmica (geomorfológica, principalmente) em constante transformação, o que lhe confere uma condição de fragilidade. Soma-se a isso a necessidade de compatibilizar os objetivos da APAEDJ com o processo de uso e ocupação do solo respeitando as atribuições de cada Ente (Estado e Municípios), salientando-se que, conforme art. 30 da CRFB¹, os Municípios detêm competência do planejamento e controle da ocupação do solo urbano. Trata-se, portanto, de poder constitucionalmente estabelecido, sobre o qual não deve incidir qualquer outra norma em contrário, sob pena de incorrer-se em inconstitucionalidade.

Para o estabelecimento do zoneamento da APAEDJ, foi elaborada uma proposta, a qual levou em consideração os seguintes critérios:

- os objetivos da categoria da UC, estabelecidos pelo artigo 15 do SNUC;
- os objetivos específicos da APAEDJ, e os objetivos do Plano de Manejo;
- o grau de conservação dos ambientes;
- os usos e ocupação do solo atuais;
- o disposto nos Planos Diretores dos Municípios;
- o disposto na legislação vigente, especialmente no Novo CFF (Lei Federal n 12.651/2012).

A proposta de zoneamento da APAEDJ foi apreciada e alterada pelo Conselho Gestor da UC, resultando no zoneamento final da UC (ver Anexol). O zoneamento da APAEDJ divide a UC

¹ Art. 30, da CRFB: Compete aos Municípios: I – legislar sobre assuntos de interesse local (...); VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano (...).



em 5 zonas, as quais podem ser visualizadas na figura 9. A seguir, é apresentado o detalhamento do zoneamento por cada uma das zonas.

4.1 Zona 1

4.1.1 Descrição

Compreende os núcleos de ocupação urbana inseridos na APAEDJ, abrangendo porções de áreas localizadas no continente e nas ilhas, nos municípios de Porto Alegre, Eldorado do Sul e Canoas, sendo elas:

- Porto Alegre: ilhas da Pintada, Mauá, Grande dos Marinheiros, Flores e Pavão;
- Eldorado do Sul: bairros Picada, Cidade Verde, Itaí, Sol Nascente, Sans Souci, e Vila da Paz;
- Canoas: Prainha do Paquetá e áreas localizadas entre o limite da APAEDJ e a rodovia BR 448.

4.1.2 Objetivos

4.1.2.1 Contribuir para a regularização fundiária, promovendo a regularização das ocupações, de forma a prevenir e sanar os fatores desencadeadores de risco

Devido a sua conformação, uma porção bastante significativa da APAEDJ consiste em Áreas de Preservação Permanente (APPs) de margens de cursos d'água e banhados, áreas cujo uso previsto pela legislação dá-se a título de exceção. A área onde está delimitada a Zona 1 é ocupada, em grande parte, por assentamentos irregulares, carentes de regularização fundiária, localizados em APPs. A presente situação, com ocupações instaladas de forma irregular, em áreas impróprias para esse tipo de uso, estando, inclusive, sob risco de inundação, traz enormes prejuízos, tanto sociais como ambientais, pois fere dois direitos fundamentais garantidos constitucionalmente: o direito à moradia, e o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado. Neste contexto, a regularização fundiária entra como instrumento para promover a melhora na condição ambiental, e a melhoria do ambiente urbano.

A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares, e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana, e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (conforme artigo 46 da Lei Federal 11.977/2009). Desse modo, a promoção da regularização fundiária é imprescindível para o efetivo cumprimento dos objetivos específicos da APAEDJ, pois essa ação, executada em conformidade com os requisitos técnicos e legais, proporcionará melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação irregular anterior, e melhoria das condições de habitabilidade dos moradores (adoção de medidas para adequação



da infraestrutura básica, e medidas para promover a segurança da população em situação de risco, entre outras), melhorando a qualidade de vida da população.

4.1.2.2 Estimular o ordenamento urbanístico

Parte da área abrangida pela APAEDJ é constituída por ocupações urbanas em áreas já consolidadas. Conforme resultados da análise estratégica da APAEDJ, verifica-se que um dos principais fatores que comprometem os alvos de conservação da UC são as ocupações irregulares, bem como a falta de regramentos para a ocupação do território. Considerando que compete aos municípios promover o ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, cabe à gestão da APAEDJ atuar junto aos municípios para que as áreas por ela abrangidas contem com o respectivo regime urbanístico, visando à correta ocupação do solo, por meio do cumprimento de normas para construções, instalação de atividades, parcelamento e desmembramento do solo, entre outros.

4.1.2.3 Estimular o saneamento básico

Um dos problemas mais urgentes no que diz respeito à qualidade de vida da população que reside na APAEDJ é a falta de saneamento básico junto às instalações humanas. A Lei Federal nº 11.445/2007 conceitua saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais urbanas. Cabe à gestão da APAEDJ articular com os órgãos competentes a implantação do saneamento básico de acordo com os padrões e normas vigentes.

4.1.3 Normas

a) Todas as novas construções, bem como o parcelamento do solo deverão respeitar o regime urbanístico constante nos Planos Diretores Municipais, e demais normas relacionadas, devendo ser respeitada a legislação pertinente às Áreas de Preservação Permanente;

b) A atividade de parcelamento do solo para fins de instalação de condomínios e loteamentos só poderá ser autorizada mediante a garantia da adoção de sistema de tratamento e disposição do esgotamento sanitário em conformidade com os critérios e padrões ambientais estabelecidos pela legislação vigente;

c) Nas ocupações em Áreas de Preservação Permanente, deve ser assegurada a viabilidade da manutenção das ocupações existentes, por meio da promoção da regularização



fundiária nos termos das leis 11.977/2009 (Programa Minha Casa Minha Vida) e 12.651/2012 (novo Código Florestal Federal) e demais legislações vigentes que tratam sobre o tema;

d) A faixa de domínio da BR 116/290 deve ser mantida em conformidade com as normas vigentes que tratam do tema, garantida a inclusão dos ocupantes da faixa de domínio, que se enquadrem na situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos programas de reassentamento promovidos pelos órgãos competentes.

e) O aterramento de lotes, com fins construtivos, deverá ser previamente autorizado pelo município, observado o regime hidrológico e o fluxo gênico da região;

f) A pavimentação das vias públicas e privadas deve priorizar materiais que garantam a permeabilidade do terreno. Quando, de maneira justificada, não for possível atender aspectos de maior permeabilidade, o município deve exigir soluções de drenagem compatíveis com a manutenção da qualidade ambiental;

g) Deverão ser mantidos e garantidos os acessos públicos à orla atualmente existentes;

h) As atividades relacionadas à triagem, transporte e armazenamento de resíduos sólidos urbanos devem ser praticadas exclusivamente em locais licenciados para tais atividades;

i) No território das ilhas do Delta do Jacuí, as centrais de triagem de resíduos sólidos urbanos já existentes poderão ser regularizadas pelo órgão ambiental competente em até 24 meses a partir de 27 de outubro de 2014. Não serão autorizadas instalações de novas centrais;

j) O Termo de Referência de regularização de centrais de triagem na APAEDJ deve considerar, prioritariamente, os riscos de percolação de efluentes contaminados, a oferta indesejada de alimento para a fauna silvestre, e a disponibilização de habitat para espécies sinantrópicas;

l) É proibida a instalação de atividades de triagem de resíduos sólidos da construção civil (RSCC);

m) Os municípios devem elaborar plano de controle de zoonoses visando principalmente o controle de animais domésticos, considerando a adoção de mecanismos para que evitem a entrada de animais na área do PEDJ;

n) Os empreendimentos do ramo terminal de minério devem adotar mecanismos que minimizem os impactos à APP da margem do rio Jacuí. Não será autorizada a instalação de novos empreendimentos deste ramo;



o) Os empreendimentos do ramo marina serão autorizados somente se a área objeto do licenciamento ambiental possuir acesso direto ao rio ou canal, excetuando-se empreendimentos localizados na área de ocupação intensiva da ilha da Pintada.

4.2 Zona 2

4.2.1 Descrição

Compreende áreas com características rurais, e áreas com ocupação urbana de baixa densidade, localizadas nos municípios de Eldorado do Sul, e Canoas (ao norte do Banhado Grande).

4.2.2 Objetivos

4.2.1.1 Garantir a ocupação urbana planejada e adaptada às condições ambientais locais;

Um dos objetivos básicos da APAEDJ, conforme disposto na Lei 12.371/2005 que cria a UC é o de disciplinar o processo de ocupação. A APAEDJ abrange a planície de inundação do rio Jacuí, ambiente complexo e frágil, e de extrema importância para a manutenção da dinâmica hídrica da região. Considerando que as áreas que compõem a zona 2 correspondem a zonas urbanas instituídas pelo município, cabe à gestão da APA estabelecer diretrizes a fim de orientar o planejamento municipal no âmbito do estabelecimento do regime urbanístico, a fim de garantir que o processo de urbanização seja compatível com as características ambientais da área.

4.2.1.2 Contribuir para a regularização fundiária, promovendo a regularização das ocupações, de forma a prevenir e sanar os fatores desencadeadores de risco;

Ver item 4.1.2.1.

4.2.1.3 Adequar os usos, de forma que as atividades sejam realizadas de acordo com os objetivos da APAEDJ.

As áreas que compõem a zona 2 apresentam, atualmente, usos diversos. Desse modo, as normas para essa zona buscam a compatibilização das atividades com os objetivos da UC.

4.2.3 Normas

a) A autorização para licenciamento de empreendimentos só poderá ser emitida se a área apresentar as normas de regime urbanístico, as quais devem prever: ocupação predominantemente residencial com atividades complementares à habitação, com baixa densidade de ocupação, baixa taxa de ocupação dos terrenos, e alta proporção de área livre permeável;



b) Serão autorizados somente os empreendimentos que, comprovadamente, por meio de projetos elaborados por profissionais habilitados para tal, não comprometam significativamente o fluxo natural das águas;

c) As atividades que requerem supressão de vegetação devem observar condicionantes que permitam a integridade e continuidade da conectividade entre as áreas úmidas do PEDJ;

d) As áreas consolidadas com uso agrossilvopastoril às margens do rio Jacuí deverão recompor Área de Preservação Permanente mínima de 100 metros;

e) O acesso público à orla deve ser garantido nessa zona, de modo que o regramento do regime urbanístico, no âmbito do planejamento municipal, deve prever os locais e formas de acesso. É permitida a instalação de equipamentos públicos considerados de baixo impacto ambiental nas Áreas de Preservação Permanente, conforme inciso X do artigo 3º da lei 12.651/2012 (novo Código Florestal Federal);

f) Os licenciamentos para atividades de irrigação na área da APAEDJ serão realizados mediante Termo de Referência estabelecido pelo órgão licenciador competente com a participação do gestor da UC. A renovação das licenças existentes fica condicionada ao atendimento do estabelecido no referido Termo de Referência ;

g) A aplicação aérea de agrotóxicos deverá respeitar uma distância mínima de 500 metros dos limites do PEDJ. Não será permitida a aplicação aérea de agrotóxicos em áreas situadas a uma distância mínima de 500 metros de povoações, cidades, vilas, bairros, mananciais de água para abastecimento de população e de 250 metros de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos animais;

h) Não serão permitidos plantios comerciais com as espécies exóticas do gênero *Pinus*, e da *Hovenia dulcis* (uva-do-japão);

i) O licenciamento para o plantio de espécies exóticas invasoras deve observar o que dispõe a portaria estadual que trata das espécies exóticas invasoras do território do Rio Grande do Sul;

j) As atividades de piscicultura com espécies exóticas devem adotar mecanismos que impeçam a dispersão de indivíduos no ambiente natural. Os criatórios existentes terão três anos a partir de 27 de outubro de 2014 para adequarem-se à norma, sempre observando o que dispõe a portaria estadual que trata das espécies exóticas invasoras no território do Rio Grande do Sul;



l) Os empreendimentos que operam utilizando a margem do rio Jacuí devem adotar mecanismos que minimizem os impactos à Área de Preservação Permanente correspondente

m) É proibida a instalação de empreendimentos do ramo terminal de minério;

n) É proibida a instalação de indústrias de médio e alto potencial poluidor;

o) É proibida a instalação de empreendimentos de extração mineral.

4.3 Zona 3

4.3.1 Descrição

Essa zona é constituída por áreas de terra no continente, e as águas abrangidas pela APAEDJ, onde são praticados usos diversos. As áreas terrestres possuem características rurais, apresentando cultivos, pecuária, e pequenas unidades agroindustriais. As áreas de água apresentam usos já consolidados como pesca, navegação comercial, navegação turística e recreativa, e prática de esportes náuticos.

4.3.2 Objetivo

4.3.1.1 Adequar os usos, de forma que as atividades sejam realizadas de acordo com os objetivos da APAEDJ.

As áreas que compõem a zona 3 incidem em porções do território tanto aquáticas como terrestres, apresentando, usos diversos. Desse modo, as normas para essa zona buscam a compatibilização das atividades com os objetivos da UC.

4.3.3 Normas

a) É permitida a atividade de pesca, desde que praticada de acordo com as normas vigentes que tratam sobre o tema;

b) É permitida a navegação e prática de esportes náuticos, desde que praticados de acordo com as normas vigentes que tratam sobre o tema;

c) As atividades que requerem supressão de vegetação devem observar condicionantes que permitam a integridade e continuidade da conectividade entre as áreas úmidas do PEDJ;

d) As áreas consolidadas com uso agrossilvopastoril às margens do rio Jacuí deverão recompor Área de Preservação Permanente mínima de 100 metros;

e) Os licenciamentos para atividades de irrigação na área da APAEDJ serão realizados mediante Termo de Referência estabelecido pelo órgão licenciador competente com a



participação do gestor da UC. A renovação das licenças existentes fica condicionada ao atendimento do estabelecido no referido Termo de Referência;

f) A aplicação aérea de agrotóxicos deverá respeitar uma distância mínima de 500 metros dos limites do PEDJ. Não será permitida a aplicação aérea de agrotóxicos em áreas situadas a uma distância mínima de 500 metros de povoações, cidades, vilas, bairros, mananciais de água para abastecimento de população e de 250 metros de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos animais;

g) Não serão permitidos plantios comerciais com as espécies exóticas do gênero *Pinus*, e da *Hovenia dulcis* (uva-do-japão);

h) O licenciamento para o plantio de espécies exóticas invasoras deve observar o que dispõe a portaria estadual que trata das espécies exóticas invasoras do território do Rio Grande do Sul;

i) As atividades de piscicultura com espécies exóticas devem adotar mecanismos que impeçam a dispersão de indivíduos no ambiente natural. Os criatórios existentes terão três anos a partir de 27 de outubro de 2014 para adequarem-se à norma, sempre observando o que dispõe a portaria estadual que trata das espécies exóticas invasoras no território do Rio Grande do Sul;

j) Os empreendimentos que operam utilizando a margem do rio Jacuí devem adotar mecanismos que minimizem os impactos à Área de Preservação Permanente correspondente

l) É proibida a instalação de indústrias de médio e alto potencial poluidor;

m) É proibida a instalação de empreendimentos de extração mineral;

n) A autorização para a execução das atividades de dragagem de implantação, manutenção, mineração e recuperação ambiental dos canais de navegação será concedida pelo Capitão dos Portos, após a obtenção, pelo interessado, do respectivo licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental competente; seguindo o disposto em NORMAN (Normas de Autoridade Marítima) específica;

o) O descarte de água de lastro deverá seguir normas e diretrizes estipuladas em NORMAN específica da Autoridade Marítima;



p) Todas as embarcações deverão adotar medidas preventivas quanto à contaminação das águas durante o abastecimento, troca de óleo e limpeza, devendo cumprir o estabelecido em regramento específico da Administração do Porto ou Terminal;

q) As embarcações de transporte de carga deverão adotar medidas preventivas para evitar o despejo dos produtos nas águas durante o carregamento/descarregamento, respeitando normativas e procedimentos estabelecidos pela Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul e respectivas portarias.

4.4 Zona 4

4.4.1 Descrição

Essa zona é constituída por ambientes de banhado íntegros, correspondendo ao banhado Santa Clara, no município de Triunfo, área localizada à margem do rio Jacuí em Eldorado do Sul, e banhados às margens da BR 448 no município de Canoas.

4.4.2 Objetivo

4.4.1.1 Assegurar a conservação de ambientes de áreas úmidas relevantes, constituídas por banhados íntegros, a fim de garantir a conectividade com os ambientes do PEDJ.

4.4.3 Normas

a) É vedada qualquer intervenção que envolva a supressão ou alteração das características originais dos ambientes que compõem a zona;

b) É permitida a prática de atividades ambientalmente sustentáveis e de baixo impacto, que não envolvam supressão nem descaracterização da cobertura vegetal existente, como pecuária, exploração agroflorestal e coleta de produtos não madeireiros.

c) Poderão ser autorizadas atividades referentes à manutenção e ampliação das estruturas de saneamento existentes, referentes à captação e adução de água no município de Canoas.

4.5 Zona 5 – Zona de Conservação da Vida Silvestre

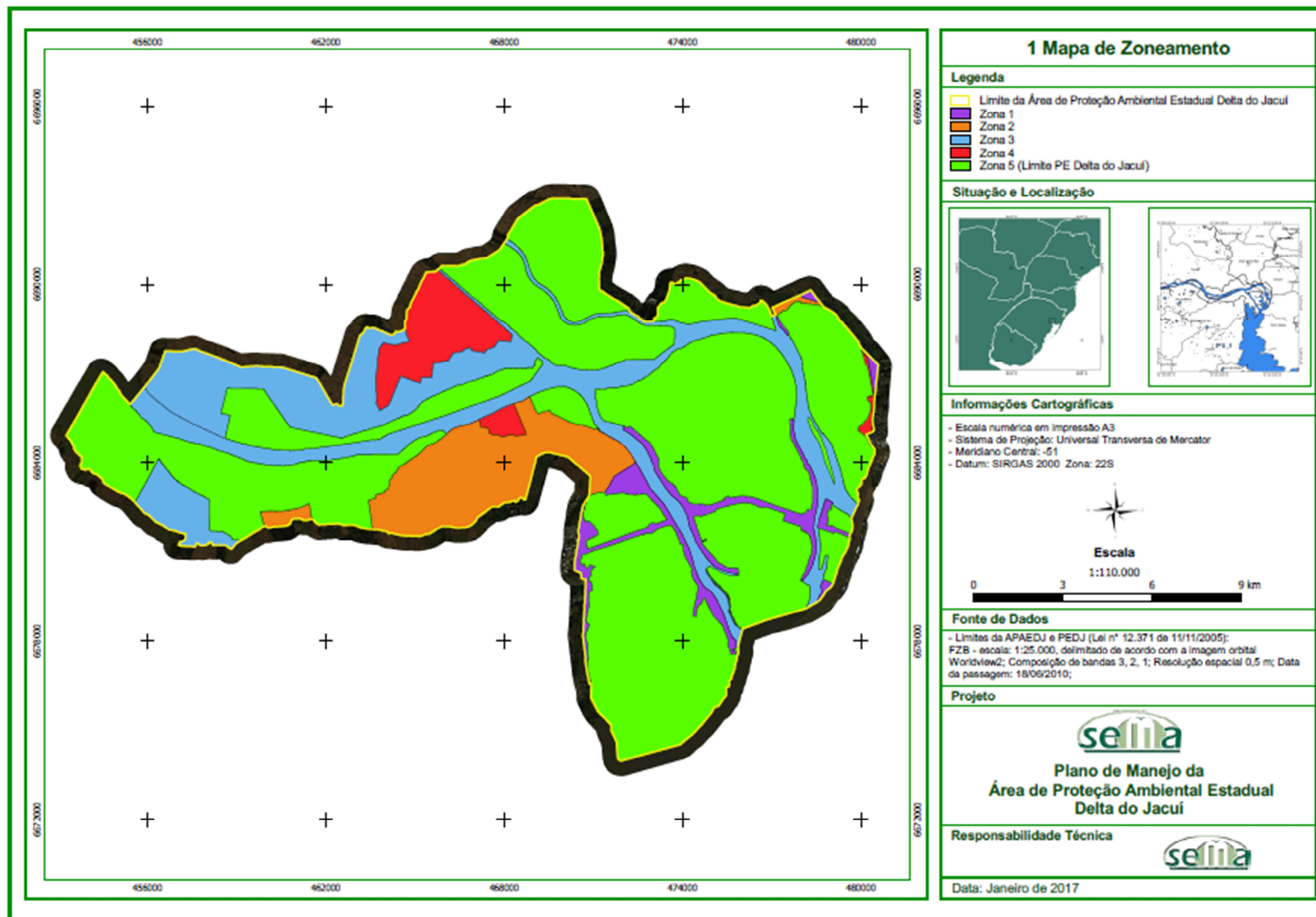
4.5.1 Descrição

Essa zona é constituída pelo PEDJ em sua totalidade. Desse modo, as regras para esta área constam no seu respectivo Plano de Manejo.



4.5.2 Objetivo

Garantir a conservação da biodiversidade e a funcionalidade ecossistêmica do Delta do Jacuí, em conectividade com outras áreas úmidas, contribuindo para a manutenção do equilíbrio climático, da dinâmica hídrica e da qualidade sócio ambiental na região metropolitana de Porto Alegre, provendo abastecimento de água, recursos pesqueiros, amenização das enchentes e secas prolongadas, oferecendo também oportunidades recreativas, culturais e econômicas **(Missão do PEDJ)**.





5. PROGRAMAS DE GESTÃO

Os Programas de Gestão consistem no componente programático do Plano de Manejo, pois nesta seção é descrito como as metas estabelecidas serão atingidas (ver quadro 9 do item 3.3). Os Programas de Gestão são formados por ações e, quando necessário, por Planos de Ação Específicos². A estruturação dos Programas de Gestão deu-se da seguinte forma: primeiramente, para cada uma das metas do Plano de Manejo, foram estabelecidas as ações necessárias para atingi-las. Após, as ações foram agrupadas por tema, e, a partir dos temas, foram estruturados os Programas de Gestão. A estruturação do componente programático está esquematizada na Figura 10.

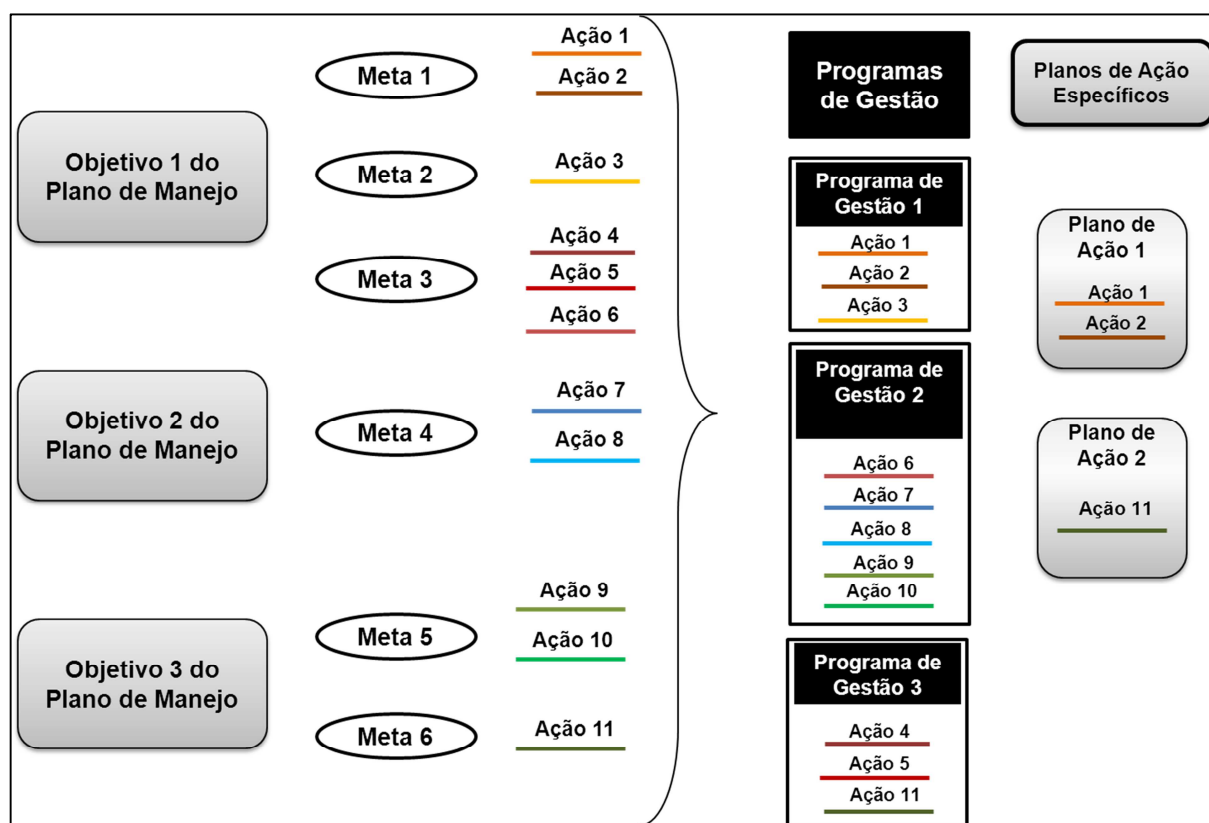


Figura 9: Esquema representando a estruturação dos Programas de Gestão.

² Os Planos de Ação Específicos são elaborados sempre quando uma ou mais ações necessitam ser trabalhadas com maior detalhamento.



Os Programas de Gestão são, desse modo, estruturas gerenciais sob as quais as ações estão agrupadas por temas específicos. Esse formato auxilia a gestão da APAEDJ, pois facilita a organização das frentes de trabalho pela equipe da UC. O quadro 10 apresenta a estrutura dos Programas de Gestão da APAEDJ. Como as ações constantes nos Programas de gestão estão vinculadas às metas para o cumprimento dos objetivos do Plano de Manejo, o quadro 11 apresenta a correspondência entre as metas e os Programas de Gestão.

Quadro 10: Estrutura dos Programas de Gestão

Programa de Gestão	Linhas de Ação
Integração com os Órgãos Responsáveis pela Gestão do Território	Integração da gestão da APAEDJ com os Planos Diretores
	Inserção da APAEDJ junto ao licenciamento de atividades e empreendimentos utilizadores de recursos ambientais ou potencialmente poluidores
	Melhoria da estrutura urbana dos núcleos de ocupação humana existentes na APAEDJ
	Elaboração de protocolos para atuação conjunta
	Situação Fundiária
Integração com a Sociedade	Atividades junto ao ensino formal
	Atividades junto à comunidade
	Valorização da cultura regional
Geração de Conhecimento	Levantamento de informações
Proteção	Sinalização da UC
	Fiscalização e patrulhamento da UC
Fortalecimento da Gestão	Estrutura organizacional da APAEDJ
	Pessoal
	Estrutura física da APAEDJ
	Inserção da APAEDJ nos fóruns que tratam do planejamento e gestão do território
	Fortalecimento do Conselho Gestor
	Seguimento e avaliação



Quadro 11: Ações dos Programas de Gestão por metas do Plano de Manejo

Objetivo do Plano de Manejo	Metas	Ações	Programa de Gestão
1. Auxiliar no estabelecimento e cumprimento de normas para a correta ocupação e utilização do território, promovendo a articulação entre os órgãos responsáveis pela gestão territorial	1.1 Planos Diretores dos municípios com diretrizes e normas para a ocupação do território na APAEDJ	Firmar parcerias formais com os municípios, visando à execução de ações conjuntas para o cumprimento dos Planos Diretores no território abrangido pela APAEDJ	Programa Integ. Órgãos Resp. Gestão Território
		Estabelecimento da rotina de fiscalização da APAEDJ	Programa de Proteção
	1.2 Fluxos para processos de licenciamento estabelecidos entre a APAEDJ e os órgãos licenciadores	Padronização de fluxo para o trâmite dos processos de licenciamento junto aos órgãos licenciadores Elaboração de documento formal estabelecendo as atividades e empreendimentos passíveis de receberem Autorização prévia da UC	Programa Integ. Órgãos Resp. Gestão Território
	1.3 Normas e fluxos relacionados à gestão da APAEDJ plenamente conhecidos pela população local	Elaboração de material informativo referente ao papel da APAEDJ e demais órgãos responsáveis pela gestão do território	Programa de Integração com a Sociedade
	1.4 Plano de Controle de Zoonoses elaborados pelos municípios com área na APAEDJ	Articulação com os municípios e demais instituições envolvidas com o controle de zoonoses, visando à elaboração de um plano de controle de zoonoses	Programa Integ. Órgãos Resp. Gestão Território
	1.5 Protocolo para atuação nas demandas referentes à navegação comercial estabelecido	Estabelecimento de protocolo de atuação para o caso de acidentes relacionados à navegação comercial	
	1.6 Gestão da APAEDJ inserida nos fóruns que tratam do planejamento e gestão do território	Acompanhar as reuniões dos fóruns que tratam do planejamento e gestão do território	Programa de Fortalecimento da Gestão
	1.7 Pelo menos duas propostas visando à melhoria da qualidade de vida da população encaminhadas	Articulação para encaminhamento de melhorias na infraestrutura básica dos núcleos de ocupação urbana da APAEDJ Elaboração e execução de programa de atividades educativas junto ao ensino formal, voltado às instituições de ensino abrangidas pela APAEDJ Execução de ações e projetos específicos junto à comunidade residente na APAEDJ	Programa Integ. Órgãos Resp. Gestão Território Programa de Integração com a Sociedade
	1.8 Gestão dos resíduos sólidos adequada e eficiente na APAEDJ	Interlocução com órgãos responsáveis e instituições envolvidas visando à regularização da gestão dos resíduos sólidos na APAEDJ Elaboração e execução de programa de atividades educativas junto ao ensino formal, voltado às instituições de ensino abrangidas pela APAEDJ Estabelecimento da rotina de fiscalização da APAEDJ	Programa Integ. Órgãos Resp. Gestão Território Programa de Integração com a Sociedade Programa de Proteção
	1.9 População conscientizada sobre a problemática da presença de lixo nas águas	Elaboração e execução de programa de atividades educativas junto ao ensino formal, voltado às instituições de ensino abrangidas pela APAEDJ Continuidade da execução do programa Guarda-Parque Mirim Elaboração de material informativo referente ao papel da APAEDJ e demais órgãos responsáveis pela gestão do território Realização de reuniões com a comunidade residente na APAEDJ	Programa de Integração com a Sociedade
2. Auxiliar no processo de regularização das ocupações em situação de risco, promovendo a articulação entre os órgãos responsáveis	2.1 Limites do PEDJ e APAEDJ identificados	Sinalização dos pontos críticos da APAEDJ Instalação de placas informativas Estabelecimento da rotina de fiscalização da APAEDJ	Programa de Proteção
	2.2 Ocupações irregulares sem incremento de área	Sinalização dos pontos críticos da APAEDJ Executar o previsto no Plano de Ação da Situação Fundiária da APAEDJ Estabelecimento da rotina de fiscalização da APAEDJ Estabelecimento de protocolo de atuação em casos de identificação de novas ocupações irregulares	Programa Integ. Órgãos Resp. Gestão Território Programa de Proteção
	2.3 Principais riscos com possibilidade de ocorrência na APAEDJ identificados e localizados	Realização de estudos prioritários	Programa de Geração de Conhecimento
	2.4 Um Termo de Compriso firmado por município com ocupações em situação de risco para a regularização fundiária de assentamentos urbanos	Executar o previsto no Plano de Ação da Situação Fundiária da APAEDJ	Programa Integ. Órgãos Resp. Gestão Território
	2.5 Ação Discriminatória de iniciativa do Estado do Rio Grande do Sul em andamento na região das ilhas de Porto Alegre	Executar o previsto no Plano de Ação da Situação Fundiária da APAEDJ	



Objetivo do Plano de Manejo	Metas	Ações	Programa de Gestão
3. Buscar inserção junto aos órgãos licenciadores visando à adequação instalação e operação dos empreendimentos, a fim de atender aos objetivos da APAEDJ	3.1 100% das lavouras de arroz no interior da APAEDJ regularizadas e corretamente manejadas	Execução de Plano de Ação Específico para a adequação das lavouras de arroz no interior da APAEDJ Estabelecimento da rotina de fiscalização da APAEDJ	Programa Integ. Órgãos Resp. Gestão Território Programa de Proteção
	3.2 Termos de Referência para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental para instalação de empreendimentos elaborados com a participação da gestão da APAEDJ	Padronização de fluxo para o trâmite dos processos de licenciamento junto aos órgãos licenciadores	Programa Integ. Órgãos Resp. Gestão Território
	3.3 100% dos empreendimentos licenciados na APAEDJ operando em conformidade com os objetivos da UC	Articulação com os órgãos licenciadores para adequação das atividades e empreendimentos aos objetivos da APAEDJ Estabelecimento da rotina de fiscalização da APAEDJ	
	3.4 Pelo menos 2 estudos prioritários realizados	Realização de estudos prioritários	Programa de Geração de Conhecimento
4. Minimizar os impactos ao PEDJ, garantindo a conectividade entre os ambientes de áreas úmidas	4.1 Normas estabelecidas para a Zona de Amortecimento do PEDJ cumpridas na área da APAEDJ	Elaboração de material informativo referente ao papel da APAEDJ e demais órgãos responsáveis pela gestão do território Estabelecimento da rotina de fiscalização da APAEDJ	Programa de Integração com a Sociedade Programa de Proteção
	4.2 Manter 100% da cobertura vegetal dos ambientes da Zona 4 da APAEDJ	Elaboração e execução de programa de atividades educativas junto ao ensino formal, voltado às instituições de ensino abrangidas pela APAEDJ	Programa de Integração com a Sociedade
		Continuidade da execução do programa Guarda-Parque Mirim	
		Elaboração de material informativo referente ao papel da APAEDJ e demais órgãos responsáveis pela gestão do território	Programa de Proteção
		Instalação de placas informativas	
		Estabelecimento da rotina de fiscalização da APAEDJ	
	4.3 Ocorrências de caça e captura de fauna nativa diminuídas na área da APAEDJ	Elaboração de material informativo referente ao papel da APAEDJ e demais órgãos responsáveis pela gestão do território	Programa de Integração com a Sociedade
		Realização de reuniões com a comunidade residente na APAEDJ	
		Instalação de placas informativas	Programa de Proteção
		Estabelecimento da rotina de fiscalização da APAEDJ	
		Estabelecimento de protocolo de atuação nos casos de incidentes envolvendo fauna silvestre	Programa Integ. Órgãos Resp. Gestão Território
5. Contribuir com a instituição de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da identidade cultural local	5.1 Pescadores artesanais legitimados para a prática da pesca artesanal no PEDJ	Apoio ao cumprimento do Termo de Compromisso que estabelece diretrizes para a prática de pesca artesanal no interior do PEDJ Estabelecimento da rotina de fiscalização da APAEDJ	Programa de Integração com a Sociedade Programa de Proteção
	5.2 Pelo menos 2 propostas voltadas à geração de renda com práticas da cultura local elaboradas	Elaboração e execução de projetos voltados à geração de renda com práticas da cultura local	Programa de Integração com a Sociedade
	5.3 Roteiro turístico formatado com produtos relacionados à cultura local	Articulação para formatação de roteiro turístico voltado à difusão da cultura local	



Objetivo do Plano de Manejo	Metas	Ações	Programa de Gestão
6. Aprimorar a estrutura institucional e a participação social visando à gestão integrada e participativa no PEDJ e na APAEDJ	6.1 APAEDJ e PEDJ organizados para uma gestão integrada, com as diferentes responsabilidades definidas	Elaborar o Regimento Interno do PEDJ e APAEDJ	Programa de Fortalecimento da Gestão
		Estabelecimento de protocolos de atuação	
		Estabelecer Sistema Integrado de Informações	
		Realização de reuniões periódicas da equipe das UCs	
	6.2 Conselho Gestor atuante, dotado com as ferramentas necessárias para sua eficaz atuação	Dotar o Conselho Gestor com a estrutura adequada ao seu funcionamento	
		Promover a renovação periódica do Conselho Gestor	
		Elaboração de Planos de Ação do Conselho Gestor	
	6.3 APAEDJ dotada de estrutura adequada para sua gestão	Buscar forma de ampliar a capacidade de execução das ações previstas no Plano de Manejo	
		Manter estrutura funcional de serviços terceirizados mínima para atender a gestão das UCs	
		Elaborar e executar Plano de Capacitação da equipe	
		Implantar sistema de comunicação eficiente	
		Manter e adequar a estrutura administrativa da UC	
		Estruturar a APAEDJ com os equipamentos necessários para o bom funcionamento da UC	
		Elaboração dos Planos Operativos Anuais	
		Elaborar o mecanismo de monitoramento do Plano de Manejo	

5.1 PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO COM OS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DO TERRITÓRIO

As características ambientais da APAEDJ, cuja área é formada, na sua maioria, por APPs (ver item 6 do Encarte II do Plano de Manejo), somadas à complexidade sócio-espacial da região fazem a gestão eficiente do território ser imprescindível para o cumprimento da missão da UC. Desse modo, um dos objetivos deste Plano de Manejo é “*Auxiliar no estabelecimento e cumprimento de normas para a correta ocupação e utilização do território, promovendo a articulação entre os órgãos responsáveis pela gestão territorial*”, e este Programa tem como objetivo promover a integração da gestão da APAEDJ com os órgãos que detêm as competências pela gestão do território, visando ao cumprimento das normas existentes para o uso e ocupação do território, à definição ou atualização de normas, ao estabelecimento de fluxos e à otimização do trâmite de processos de licenciamento de atividades realizadas na UC.

5.1.1 Linha de Ação : Integração da gestão da APAEDJ com os Planos Diretores

Conforme o Estatuto da Cidade, Lei Federal, nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, em vigor desde outubro de 2001, regulamentando os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 no que tratam da política urbana, especificamente da função social da propriedade, todos os municípios com mais de 20 mil habitantes devem elaborar o Plano Diretor, ou seja, instrumento



legal que tem como finalidade principal o ordenamento urbano. Um dos objetivos da APAEDJ é a *adequação das atividades às características ambientais da UC*, sendo o ordenamento territorial o principal instrumento para garantir o cumprimento desse objetivo. Desse modo, o cumprimento do disposto no Plano Diretor, marco legal do ordenamento territorial no âmbito municipal, e o disciplinamento do processo de ocupação do território são fundamentais para que a APAEDJ cumpra sua finalidade.

5.1.1.1 Ação 1: Firmar parcerias formais com os municípios, visando à execução de ações conjuntas para o cumprimento dos Planos Diretores no território abrangido pela APAEDJ

Ao avaliarmos o resultado da análise estratégica da APAEDJ (item 2), verificamos que muitas ameaças aos valores de conservação da UC estão relacionadas à inexistência ou ao não cumprimento das normas relacionadas ao regime urbanístico. Portanto, a gestão da APAEDJ deve apropriar-se do contexto no qual a UC está inserida nos Planos Diretores dos municípios por ela abrangidos, articulando com as respectivas administrações municipais a forma como vai atuar a fim de auxiliar no cumprimento das normas estabelecidas pelos Planos Diretores, na prevenção da instalação de ocupações irregulares, e no estabelecimento do regime urbanístico para as áreas que ainda não dispõem de regramento. Depois de realizado esse planejamento de ações, deve ser formalizada parceria entre a gestão da UC e os municípios, a fim de executar as ações previstas e avaliar os resultados.

5.1.2 Linha de Ação : Inserção da APAEDJ junto ao licenciamento de atividades e empreendimentos utilizadores de recursos ambientais ou potencialmente poluidores

O licenciamento é um dos instrumentos de gestão ambiental estabelecidos pela política nacional do meio ambiente (Lei Federal 6.938/1981), consistindo no procedimento pelo qual se garante que as atividades e empreendimentos sejam instalados em local adequado e operem corretamente, de forma a minimizar os impactos ao meio ambiente. Sendo um dos objetivos da APAEDJ a *adequação das atividades às características ambientais da UC*, uma das principais formas de atingir esse objetivo é por meio da inserção das diretrizes da APAEDJ no processo de licenciamento ambiental das atividades, junto aos órgãos licenciadores competentes. A legislação vigente já estabelece a necessidade de manifestação da Unidade de Conservação para fins de concessão do licenciamento. No entanto, essa inserção deve ser feita de forma eficiente, seguindo um fluxo claro para todos os envolvidos, respeitando-se as competências de cada órgão.



5.1.2.1 Ação 2: Padronização de fluxo para o trâmite dos processos de licenciamento junto aos órgãos licenciadores

A Instrução Normativa nº 01/2015 da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável estabelece procedimentos a fim de dar celeridade no trâmite dos processos, e mais eficiência às análises que tratam dos pedidos de Autorização para licenciamento ambiental de atividades que afetem Unidades de Conservação estaduais, suas zonas de amortecimento, e áreas circundantes de 10km a partir dos limites das UCs. A Portaria SEMA nº 56/2015 dispõe sobre Autorização prévia de atividades de menor potencial lesivo em UCs.

Desse modo, a fim de garantir a efetiva aplicação desses instrumentos, de forma a gerar um procedimento eficaz, devem ser realizadas as seguintes atividades:

- a) capacitação da equipe técnica responsável pela análise dos processos;
- b) realização de reuniões com os órgãos licenciadores para divulgação dos instrumentos.

5.1.2.2 Ação 3: Elaboração de documento formal estabelecendo as atividades e empreendimentos passíveis de receberem Autorização prévia da UC

Considerando o contexto da APAEDJ, a qual está localizada na região metropolitana de Porto Alegre, apesar de haver instrumento geral para todas as UCs sobre Autorização prévia de atividades de menor potencial lesivo (Portaria SEMA nº 56/2015), faz-se necessária uma análise específica para a APAEDJ, evitando trâmites desnecessários, e o desvirtuamento do foco da gestão da UC das ações prioritárias. Desse modo, devem ser realizadas as seguintes atividades:

- a) designação de equipe responsável;
- b) contato com os órgãos licenciadores para definição da relação de empreendimentos e atividades licenciáveis;
- c) análise da UC e seus objetivos frente às características dos empreendimentos e atividades licenciáveis;
- d) elaboração dos documentos técnicos que embasam a emissão da autorização prévia.

5.1.2.3 Ação 4: Articulação com os órgãos licenciadores para adequação das atividades e empreendimentos aos objetivos da APAEDJ

A instalação e operação de atividades e empreendimentos no interior da APAEDJ em conformidade com os objetivos da UC depende da capacidade da gestão da APAEDJ em atuar de forma articulada com os órgãos que têm competência para o licenciamento ambiental. Desse modo, a gestão da APA deve estabelecer um canal de diálogo com os órgãos licenciadores para que, minimamente, o seguinte seja realizado:



- a) garantir o cumprimento do parágrafo 2º do artigo 2º da Resolução CONAMA 428/2010, que dispõe:

O órgão ambiental licenciador deverá, antes de emitir os termos de referência do EIA/RIMA, consultar formalmente o órgão responsável pela administração da UC quanto à necessidade e ao conteúdo exigido de estudos específicos relativos a impactos do empreendimento na UC e na respectiva ZA, o qual se manifestará no prazo máximo de 15 dias úteis, contados do recebimento da consulta

- b) garantir o cumprimento das normas do zoneamento da APAEDJ;
- c) montagem de banco de dados espacial com as informações referentes aos empreendimentos licenciados, em processo de licenciamento, e em processo de renovação do licenciamento na APAEDJ.

5.1.2.4 Ação 5: Execução de Plano de Ação Específico para a adequação das lavouras de arroz no interior da APAEDJ (ver Anexo II-A)

As lavouras de arroz caracterizam a paisagem agrícola da região onde a APAEDJ e o PEDJ estão inseridos. Elas compõem o principal uso do solo no entorno do PEDJ, e abrangem grande parte da APAEDJ. O presente cenário, somado à relação direta que as lavouras tem com as UCs justificam a necessidade de ações específicas, no âmbito da gestão da APAEDJ, para a adequação da implantação e manejo das lavouras aos objetivos da UC.

5.1.3 Linha de Ação : Melhoria da estrutura urbana dos núcleos de ocupação humana existentes na APAEDJ

Um dos objetivos da APAEDJ é “*promover a qualidade de vida da população local*”, e, no contexto atual da UC, isso significa promover ações para a melhoria da estrutura urbana nas áreas de ocupação mais adensada, localizadas nos municípios de Porto Alegre, Eldorado do Sul e Canoas.

5.1.3.1 Ação 6: Interlocução com órgãos responsáveis e instituições envolvidas visando à regularização da gestão dos resíduos sólidos na APAEDJ

A deposição e a gestão irregular de resíduos sólidos consistem em um dos principais problemas nos núcleos de ocupação urbana da APAEDJ (ver item 2.1.3), sendo, inclusive, apontado como o principal problema ambiental identificado pelos entrevistados que representam entidades relacionadas à gestão da APAEDJ (ver item 5.4.4.8.1.1 encarte II). A resolução desta questão é considerada urgente, pois a forma como atualmente é realizada a triagem dos resíduos sólidos compromete consideravelmente a salubridade das áreas ocupadas pela população, além de impactar as APPs.



Desse modo, a gestão da APAEDJ deve, com auxílio de seu Conselho Gestor, fazer a interlocução com os órgãos responsáveis pela regularização e controle dessa atividade, bem como com demais instituições envolvidas, a fim de auxiliar no processo de regularização da atividade, para que a triagem de resíduos sólidos seja realizada em locais apropriados, e operada de forma a minimizar os impactos ao ambiente, e a garantir a segurança das pessoas que trabalham na atividade.

5.1.3.2 Ação 7: Articulação com os municípios e demais instituições envolvidas com o controle de zoonoses, visando à elaboração de um plano de controle de zoonoses

Zoonoses são doenças transmissíveis aos seres humanos, deste para animais ou, ainda, de um animal para outro, causadas por microrganismos diversos, tais como vírus e bactérias, os quais se utilizam, com maior frequência de animais sinantrópicos (adaptados a viver junto ao homem) como vetores, dentro os quais se destacam os mosquitos culicídeos (dengue, malária), carrapatos (febre maculosa), caramujos planorbídeos (esquistossomose), ratos (leptospirose) e morcegos vampiros (raiva).

Conforme descrito no item 2.1.3 deste Plano de Manejo, a APAEDJ abrange núcleos de ocupação humana, os quais, em sua grande maioria, sofrem com os efeitos de vários fatores desencadeadores de problemas ambientais em saúde devido ao local onde estão instalados. Como exemplo, podemos citar os depósitos irregulares de lixo instalados junto às casas destinadas à moradia, onde circulam pessoas entre meio a cães, gatos, porcos e ratos. Esse quadro é agravado pelo fator ambiental das cheias e inundações, que tem ocorrência marcante na área da APAEDJ, devido a sua condição de planície de inundação do rio Jacuí.

Desse modo, a elaboração de um plano para o controle de zoonoses é uma ação importante para minimizar o risco de transmissão de enfermidades à população local. Destaca-se, que, a execução desse plano, além de melhorar a condição sanitária dos núcleos de ocupação humana da APAEDJ, também diminui o risco de transmissão de doenças à fauna nativa, minimizando os impactos ao PEDJ. O plano deve contemplar a identificação de fatores de risco, identificação de focos de zoonoses, controle de populações animais, monitoramento da ocorrência dos agentes causadores de zoonoses, e realização de campanhas informativas.

5.1.3.3 Ação 8: Articulação para encaminhamento de melhorias na infraestrutura básica dos núcleos de ocupação urbana da APAEDJ

A grande maioria dos núcleos de ocupação humana abrangidos pela APAEDJ, conforme pode ser observado no item 2.1.3, carece de infraestrutura básica. Nesse contexto, destacam-se



os problemas decorrentes da falta de saneamento básico junto das instalações humanas, salientando-se o fato de que essas ocupações geralmente estão localizadas em áreas de preservação permanente, sejam de margens de curso d'água, sejam de banhados, áreas essas com extrema restrição de uso e especiais para a proteção ambiental e equilíbrio ecossistêmico.

A fim de alterar esse cenário, a gestão da APAEDJ deve articular-se com os órgãos responsáveis, a fim de viabilizar melhorias da infraestrutura básica no território. Essa articulação deve ser iniciada por meio do estabelecimento de prioridades, e da definição das estratégias de articulação, no âmbito do Conselho Gestor da UC.

5.1.4 Linha de Ação :Elaboração de protocolos para atuação conjunta

A APAEDJ tem como característica a grande diversidade de usos presentes em seu território. Como consequência, muitas ações necessárias para o cumprimento de seus objetivos extrapolam as competências da UC. Desse modo, recomenda-se a padronização de procedimentos, estabelecidos junto aos órgãos competentes, a fim de estabelecer como se dará a atuação da gestão da APAEDJ nesses casos.

5.1.4.1 Ação 9: Estabelecimento de protocolo de atuação para o caso de acidentes relacionados à navegação comercial

Compete à Capitania dos Portos a atuação sobre a navegação comercial. A APAEDJ abrange em seu território canal por onde trafega a navegação comercial do Estado. Desse modo, deve ser realizado contato com a Capitania dos Portos a fim de estabelecer um procedimento para a atuação da APAEDJ em caso de acidentes, visando à minimização dos danos ao ambiente.

5.1.4.2 Ação 10: Estabelecimento de protocolo de atuação nos casos de incidentes envolvendo fauna silvestre

A presença de assentamentos urbanos junto a áreas naturais, somado aos episódios de cheias e inundações, característicos da região onde a APAEDJ está inserida, tornam frequente a ocorrência de incidentes envolvendo fauna silvestre, seja pelo aparecimento dos animais nas residências, entrega de animais na sede da UC, ou mesmo casos de animais feridos. Desse modo, deve ser estabelecido junto ao setor responsável pela gestão da fauna silvestre do órgão estadual, protocolo de atuação, padronizando os procedimentos da gestão da APAEDJ para atuação em cada um desses casos.



5.1.5 Linha de Ação : Situação Fundiária

Área de Proteção Ambiental é uma categoria de UC cuja propriedade das terras, em sua maioria e mais comumente, consiste em áreas privadas, ou seja, geralmente não se investe em ações relacionadas à questão fundiária no âmbito de seu planejamento e gestão. No entanto, no caso da APAEDJ em razão de sua conformação geográfica ser formada, principalmente, por APPs (margens de curso d'água e banhados), as quais estão, em parte, ocupadas por assentamentos irregulares carentes de regularização fundiária, ora por população de baixa renda, ora de media alta renda, uma linha de ação específica para tratar da questão fundiária é mais do que necessária, é fundamental para o efetivo cumprimento dos objetivos da UC. A execução de ações para o levantamento da situação fundiária da APAEDJ, bem como para a regularização fundiária dos assentamentos humanos devem ser consideradas urgentes e prioritárias no âmbito deste Plano de Manejo.

Devido à complexidade da questão (ocupações em APP, ocupações em ilhas), foi elaborado Plano de Ação Específico para a situação fundiária da APAEDJ (Anexo II-B). O Plano de Ação contém orientações quanto ao significado do processo de regularização fundiária, às possibilidades de regularização conforme legislação vigente, e às ações a serem executadas. O item 5 do Encarte I, e o item 7 do Encarte II apresentam informações mais detalhadas referentes aos aspectos jurídicos da questão fundiária da APAEDJ.

5.1.5.1 Ação 11: Executar o previsto no Plano de Ação da Situação Fundiária da APAEDJ

5.2 PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE

Este programa reúne as ações vinculadas ao cumprimento das metas do Plano de Manejo que tratam da relação da APAEDJ com a sociedade, tendo como objetivo a integração da UC no cotidiano do território no qual ela está inserida, de modo que a APAEDJ e seu papel sejam de pleno conhecimento da população, e que sejam oferecidos os espaços, meios e métodos adequados para que os principais problemas que afetam os valores de conservação da UC sejam debatidos e trabalhados com a sociedade. Para a execução deste programa, o principal instrumento a ser utilizado é a Educação Ambiental. Neste Plano de Manejo, adota-se o conceito estabelecido na Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, define a Educação Ambiental (EA) como:

“o processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio



ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.” (art.1º)

Ainda, de acordo com a referida Lei, a EA caracteriza-se como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo formal e não-formal (art. 3º).

O Tratado da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, documento de referência da educação ambiental pactuado no Fórum das ONGs ocorrido no Rio de Janeiro em junho de 1992, paralelamente a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Eco-92), reconhece a educação ambiental como direito dos cidadãos e firma posição na educação transformadora. Esse documento merece destaque no cenário da Educação Ambiental por se tratar de posições não-governamentais, isto é, posições da sociedade civil organizada em entidades ambientalistas. O Tratado é, portanto o comprometimento das populações (comunidades e nações) para criar sociedades sustentáveis e equitativas por meio de um processo educativo e transformador a partir de um envolvimento pessoal tendo em vista que são consideradas nesse contexto as responsabilidades individuais e coletivas, para cuidar do ambiente:

(...) a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si a relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidades individual e coletiva no nível local, nacional e planetário. (Fórum Internacional das ONGs, 1995)

Conforme a Recomendação CONAMA nº 14, de 26 de abril de 2012, as ações previstas neste programa adotam como referência o estabelecido na Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em UCs – ENCEA, a qual estabelece os princípios, as diretrizes, os objetivos e as propostas de ações necessárias ao desenvolvimento de políticas públicas e programas de Educação Ambiental e Comunicação no âmbito da criação, implementação e gestão das UCs. O cerne da ENCEA está nos processos inclusivos de participação social na gestão ambiental e no fortalecimento da cidadania, oportunizados pelos espaços participativos e meios de comunicação que proporcionam criticidade e tomada de decisão consciente pelas comunidades sobre as UC.

Desse modo, as ações previstas neste programa, além de visar ao cumprimento dos objetivos do Plano de Manejo, visam à promoção da cidadania, provocando o debate sobre a condição atual do ambiente, e a forma de alterar esse cenário, entendendo o ambiente como um



sistema complexo de relações e interrelações de base natural, mas também, social, econômica e cultural.

5.2.1 Linha de Ação : Atividades junto ao ensino formal

A execução de atividades junto ao ensino formal que proporcionem a realização de ações educativas, de modo a difundir o papel da APAEDJ, promover a valorização dos valores de conservação da UC e problematizar os conflitos socioambientais existentes no território é uma linha de ação muito importante para a efetiva implementação da APAEDJ.

5.2.1.1 Ação 12: Elaboração e execução de programa de atividades educativas junto ao ensino formal, voltado às instituições de ensino abrangidas pela APAEDJ

A inserção dos temas relacionados à APAEDJ junto ao ensino formal ocorre de maneira efetiva por meio da promoção de processos educativos continuados, de forma a promover a construção de conhecimentos e valores, desenvolvendo a criticidade visando à mudança de atitudes em prol da melhoria na condição socioambiental do território. Sendo assim, deverá ser elaborado um projeto específico para a APAEDJ, abrangendo as instituições de ensino existentes na UC (ver mapa 24, no item 5.4.4.3 do Encarte II).

O projeto deve ser realizado em etapas, conforme descrito a seguir:

a) Divulgação e articulação: elaboração de material informativo sobre a APAEDJ, com suas características, finalidade e objetivos. Elaboração do escopo do projeto, e contato com as instituições de ensino para apresentação da proposta. Essa etapa encerra com a definição da abrangência do projeto, estabelecendo-se as instituições de ensino participantes, e o público envolvido (séries e turmas envolvidas por instituição de ensino participante);

b) Planejamento das atividades: estabelecimento dos temas a serem trabalhados, atividades a serem realizadas e cronograma de execução;

c) Execução das atividades: execução das atividades, conforme cronograma elaborado, e avaliação dos resultados.

Considerando o quadro atual de pessoal da UC, sugere-se que esta ação seja executada por meio de contratação específica, ou por meio do estabelecimento de parceria formal com instituições afins.

5.2.1.2 Ação 13: Continuidade da execução do programa Guarda-Parque Mirim

O programa Guarda-Parque Mirim tem como objetivo divulgar a APAEDJ e o PEDJ, proporcionando a vivência da realidade do trabalho que envolve a gestão das UCs, por meio de



atividades educativas. Desde 2013, o programa vem sendo executado em parceria com a Triunfo Concepa. No âmbito deste Plano de Manejo, deve ser dada continuidade a este programa, na forma do planejamento anual das atividades a serem realizadas, execução, e avaliação dos resultados.

5.2.2 Linha de Ação : Atividades junto à comunidade

O cumprimento dos objetivos da APAEDJ depende do reconhecimento pela sociedade da relevância da UC, de modo a viabilizar ações conjuntas, em nível de território, em prol do fortalecimento dos valores de conservação da APAEDJ. Esta linha de ação prevê atividades buscando integrar a APAEDJ ao território onde a mesma está inserida, estimulando processos junto à população residente, visando ao enfrentamento das ameaças aos valores de conservação da APAEDJ.

5.2.2.1 Ação 14: Elaboração de material informativo referente ao papel da APAEDJ e demais órgãos responsáveis pela gestão do território

Um dos principais problemas no cenário atual da APAEDJ é a falta de clareza quanto à atuação dos diferentes órgãos responsáveis pela gestão do território. Para tanto, deve ser elaborado, na forma de cartilha, material informativo contendo informações sobre o PEDJ e APAEDJ, normas previstas nos instrumentos de ordenamento territorial (Plano de Manejo, Planos Diretores, entre outros), e forma de encaminhamento das principais demandas (com identificação do órgão responsável e contato).

5.2.2.2 Ação 15: Realização de reuniões com a comunidade residente na APAEDJ

A inserção da APAEDJ no território inicia com a aproximação da gestão da UC junto às comunidades abrangidas pela UC. Para tanto, devem ser articuladas, com auxílio dos municípios e das representações do Conselho Gestor da UC, reuniões locais, para divulgar a APAEDJ e seus objetivos, apresentando as principais ameaças aos valores de conservação da UC, bem como para esclarecer dúvidas quanto aos temas relacionados à gestão territorial. O material informativo previsto na Ação 14 poderá ser apresentado nas reuniões locais.

5.2.2.3 Ação 16: Execução de ações e projetos específicos junto à comunidade residente na APAEDJ

Tendo em vista que um dos valores de conservação da APAEDJ é a qualidade de vida da população residente, deverão ser executadas, no âmbito deste Plano de Manejo, atividades e/ou projetos visando à melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes na APAEDJ. Para



tanto, deverá ser realizado junto ao Conselho Gestor da UC um levantamento de demandas, e, a partir da relação de demandas, deverá ser feita a priorização das mesmas, a partir de critérios pré-estabelecidos, a fim de definir o(s) tema(s)/local(is) a serem trabalhados. Definidas as frentes de trabalho, passa-se ao planejamento das atividades, estabelecendo-se o “como fazer” (mobilização, capacitação, articulação entre instituições, elaboração de projeto específico, etc).

5.2.3 Linha de Ação : Valorização da cultura regional

A cultura regional constitui um dos valores de conservação da APAEDJ, sendo um de seus objetivos específicos a conservação da cultura regional, por meio do fortalecimento das atividades características do local. O território abrangido pela APAEDJ apresenta peculiaridades características do ambiente formado pelas ilhas do Delta do Jacuí, formando uma paisagem única, e abrigando uma população intimamente relacionada com o ambiente, exercendo atividades características, como a pesca artesanal e artesanato. Esta paisagem e esta cultura característica da região do Delta do Jacuí devem ser valorizadas e difundidas à população.

5.2.3.1 Ação 17: Apoio ao cumprimento do Termo de Compromisso que estabelece diretrizes para a prática de pesca artesanal no interior do PEDJ

Os trabalhos realizados para a caracterização dos núcleos de ocupação humana da APAEDJ identificaram que a população composta pelos pescadores artesanais se enquadra, no conceito de povos e comunidades tradicionais estabelecido pelo Decreto Federal n.º 6.040 de 2007. Tendo em vista que parte das atividades exercidas por este segmento ocorrem no interior do PEDJ, seu respectivo Plano de Manejo estabelece como uma ação dentro do Programa de Consolidação Territorial da UC a formalização de Termos de Compromisso com os pescadores artesanais, de modo a viabilizar a prática da atividade de pesca artesanal com os objetivos do PEDJ. Desse modo, cabe à gestão da APAEDJ atuar de forma integrada com o PEDJ, de modo a auxiliar na formalização e cumprimento dos Termos de Compromisso.

5.2.3.2 Ação 18: Elaboração e execução de projetos voltados à geração de renda com práticas da cultura local

Uma forma de valorização da cultura regional é a ampliação de oportunidades para geração de renda a partir de atividades relacionadas à cultura local. Para tanto, deverão ser estabelecidas, junto ao Conselho Gestor da UC as atividades de interesse, e instituições parceiras. A partir do estabelecimento das atividades de interesse e das instituições parceiras,



deverá ser realizado trabalho de articulação com o público de interesse, a fim de planejar as atividades, identificando os entraves e oportunidades para definir o escopo do projeto.

5.2.3.3 Ação 19: Articulação para formatação de roteiro turístico voltado à difusão da cultura local

Apesar da região das ilhas do delta do Jacuí apresentarem uma paisagem única, com particularidades culturais, e valor histórico de grande relevância, isso não está difundido junto à população. Uma estratégia para a difusão desses aspectos é a formatação de produtos turísticos de forma a ampliar as oportunidades já existentes na região, focando na formatação de produtos relacionados à cultura local. Portanto, deverão ser desenvolvidas ações em prol da formatação de produtos turísticos voltados à difusão da cultura local. Considerando o quadro atual de pessoal da UC, sugere-se que esta ação seja executada por meio de contratação específica, ou por meio do estabelecimento de parceria formal com instituições afins.

5.3 PROGRAMA DE GERAÇÃO DE CONHECIMENTO

Sendo a APAEDJ uma Unidade de Conservação, ações voltadas à geração de conhecimento, por meio da realização de pesquisas científicas, levantamentos, e estudos específicos devem ser incentivadas pela gestão da UC. No entanto, existem temas de interesse, devido à necessidade de obtenção de informações que venham a subsidiar ações de gestão visando ao cumprimento dos objetivos deste Plano de Manejo. O programa de geração de conhecimento, então, estabelece os temas dos estudos a serem desenvolvidos, de forma a gerar as informações necessárias para a gestão da APAEDJ.

5.3.1 Linha de Ação : Levantamento de informações

O levantamento de informações tem como objetivo ampliar e aprofundar o conhecimento sobre temas de interesse, de modo a proporcionar subsídios para as ações de gestão da APAEDJ. A seguir, estão relacionados os estudos prioritários para a APAEDJ, indicados por meio de temas de interesse.

a) Tema 1: Identificação, análise e gestão dos riscos na APAEDJ

Risco pode ser definido como “a probabilidade de ocorrência de um processo (ou ação) perigoso e respectiva estimativa das suas consequências sobre pessoas, bens e ambiente” (ANPC, 2009). Podem ser divididos em:



- Riscos Naturais, aqueles resultantes do funcionamento dos sistemas naturais (terremotos, movimentos de massa em vertentes, erosão, cheias e inundações, etc.);
- Riscos Tecnológicos, aqueles resultantes de acidentes decorrentes da atividade humana, frequentemente súbitos e não planejados (aqui também entram as cheias e inundações, mas por ruptura de barragens, acidentes no transporte de mercadorias perigosas, eventos envolvendo radiação, etc.) e, por último
- Riscos Mistos, aqueles resultantes da combinação entre as ações continuadas da atividade humana e o funcionamento dos sistemas naturais (incêndios florestais).

A presença do homem, seja direta ou indireta, é fator que determina a existência ou não do risco, pois esse depende da vulnerabilidade humana para configurar-se. A conformação do território abrangido pela APAEDJ, resultado das características ambientais com o padrão de ocupação da área, torna a região suscetível a riscos. A área abrangida pela APAEDJ coincide com a planície de inundação do rio Jacuí, sendo a ocorrência de pulsos sazonais de cheias uma característica da região. Nesses períodos de maior vazão, por vezes ocorrem episódios de inundação, atingindo os núcleos de ocupação humana existentes na APAEDJ, tendo em vista que os mesmos ocupam, em sua maioria, áreas consideradas de preservação permanente. No entanto, além do risco a inundações, que pode ser considerado o principal, existem outros riscos nos quais a população residente na APAEDJ está exposta, como deposição irregular de resíduos sólidos tanto domésticos, como industriais, do serviço de saúde e da construção civil (proliferação de vetores associada a contaminação da população), emissão de efluentes sem o devido tratamento (poluição das águas), mineração irregular (desbarrancamento de margens, etc.), bombas de combustíveis (explosões, vazamentos, contaminação das águas), e acidentes com cargas perigosas (poluição), conforme item 7 do Encarte II.

Desse modo, os estudos relacionados a esse tema tem como objetivo conhecer, localizar e registrar as características dos principais riscos com possibilidade de ocorrência no território em análise, para, posteriormente, criar mecanismos de gestão, mitigação ou extinção daqueles riscos considerados significativos. O escopo do estudo deve abranger:

- Contextualização dos riscos presentes no território da APAEDJ, em especial àqueles relacionados aos episódios de inundações;



- Criação de uma cartografia de risco para o território da APAEDJ, e criação de sistema de informação geográfica (SIG), com ênfase nas áreas sujeitas a inundações em conflito com áreas com ocupação humana e/ou presença de infraestrutura;
- Criação de metodologia para elaboração de matriz de riscos da APAEDJ, com produção de Matriz de Risco, determinação do grau de risco, e identificação dos riscos não sanáveis;
- Levantamento e implantação das medidas e infraestruturas necessárias para a prevenção, mitigação e ou extinção dos riscos no território da APAEDJ, incluindo: áreas sem aptidão para ocupação humana, e áreas potenciais para recuperação de ambientes de banhado, com possibilidade de acúmulo de água, atuando como bacias de contenção.
- Desenvolvimento e implantação de Sistema de Alerta para o território da APAEDJ.

b) Tema 2: Inventário e Resgate dos Elementos Arqueológicos Históricos e Culturais Locais

A valorização dos aspectos culturais característicos da região passa pelo conhecimento e reconhecimento dos elementos arqueológicos, históricos e culturais, produzidos socialmente ao longo do tempo na APAEDJ. O patrimônio histórico e nacional constitui-se, segundo os ditames ainda vigentes previstos no art. 1º, do Decreto-lei nº 25 de 1937, “no conjunto de bens móveis e imóveis, existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Mais adiante, nos termos da CF de 1988, art. 216, inciso IV, parágrafos 1º e 4º, constituem o patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, incluídos, dentre outros, “as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais”.

A nossa Constituição do Estado assegura o direito de acesso ao patrimônio cultural, assim entendido: “o patrimônio natural, os bens de natureza material e imaterial portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade rio-grandense, incluindo-se entre estes bens os conjuntos urbanos e sítios de valores histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, científico e ecológico (...)”. Notadamente, a proteção vem do macro para o micro, atendendo, outrossim, as peculiaridades locais possibilitando a inclusão,



desde que justificada, de elementos que contam a história, delimitam e tornam especial a paisagem do território onde está inserida a APAEDJ. O presente estudo tem como objetivo inventariar e resgatar os elementos arqueológicos, históricos e culturais, produzidos socialmente ao longo do tempo na APAEDJ, abrangendo sítios históricos; patrimônio histórico; expressões culturais; costumes e tradições. Abrange também as formas de expressão, modos de criar, fazer, viver, objetos, obras, locais, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

c) Tema 3: Salubridade ambiental

O tema salubridade ambiental indicado a compor o subprograma de pesquisa do programa de conhecimento para a APAEDJ pode ser considerado um dos mais urgentes, ao lado, é claro, da linha de ação de situação fundiária (item 5.1.5). A gravidade enaltecida diz com os problemas decorrentes da falta de saneamento básico junto das instalações humanas, especialmente nos assentamentos considerados de baixa renda, localizados em áreas de preservação permanente, sejam de margens de curso d'água, sejam de banhados, áreas essas com extrema restrição de uso e especiais para a proteção ambiental e equilíbrio ecossistêmico.

Outro pormenor que deve ser ressaltado, sempre de forma a salientar a importância do tema proposto, diz com o problema das cheias e inundações, eventos considerados de risco com incidência direta no território da APAEDJ, atingindo diretamente os núcleos de maior adensamento populacional, especialmente os de baixa renda, devido às precárias condições das edificações. Os estudos realizados neste tema visam à busca de alternativas para implantação da coleta e tratamento de esgoto sanitário, assim como melhorar a coleta e a disposição final do lixo urbano produzido no local. Como resultado, espera-se a melhoria da qualidade de vida da população, com a proteção do meio ambiente e da saúde pública, atendendo aos padrões de lançamento de efluentes estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005.

d) Tema 4: Monitoramento de zoonoses e vetores

Devido à importância do tema, além da elaboração de um plano de controle de zoonoses, conforme previsto na ação Ação 7 (item 5.1.3.2), sugere-se a realização de um trabalho específico de monitoramento da ocorrência de zoonoses, das populações de espécies vetoras, e da presença/ausência dos microrganismos causadores de zoonoses no organismo destas. Como resultado, espera-se a identificação imediata da presença de focos de zoonoses, visando a



fomentar a execução das ações de vigilância epidemiológica e controle dos vetores, na intenção de romper o elo de transmissão de enfermidades do animal ao homem ou vice-versa.

e) Tema 5: Ictiofauna de importância socioeconômica

A pesca artesanal é uma atividade que faz parte da cultura dos moradores do delta do Jacuí. No entanto, com o decréscimo sistemático dos recursos pesqueiros, causados pela sobreexploração e pela degradação ambiental, estima-se que atividade possa estar extinta em poucos anos na região (Bervian, 2010). Portanto, devem ser realizados estudos relacionados ao monitoramento das populações das espécies de interesse para a pesca e seus habitats, buscando avaliar a situação dos estoques, subsidiando medidas de manejo, e proposição de melhorias nas políticas vigentes relacionadas ao tema.

f) Tema 6: Hidrossedimentologia

O ambiente deltaico onde se insere a APAEDJ é bastante dinâmico e frágil, sendo, portanto, bastante suscetível a impactos gerados por intervenções no rio Jacuí. O conhecimento sobre a dinâmica desse sistema é imprescindível para a tomada de decisões relacionadas à instalação de empreendimentos que possam vir a afetar a dinâmica hídrica do Delta do Jacuí. Este estudo prioritário tem por finalidade acompanhar a evolução da deposição de sedimentos, identificando os locais com potencial de erosão e sedimentação, e avaliar os aportes das descargas sólidas e líquidas ao delta do Jacuí e deste ao lago Guaíba., identificando os possíveis efeitos ambientais relacionados ao assoreamento e/ou erosão dos canais e sacos bem como da variação do nível da água e determinação das cotas de inundação.

Com a realização deste estudo prioritário, espera-se conhecer a dinâmica do transporte e deposição de sedimentos no ecossistema deltaico no qual está inserida a APAEDJ, por meio do estabelecimento de um modelo conceitual da dinâmica do transporte e deposição de sedimentos, possibilitando a avaliação das condições atuais, e a determinação da capacidade de suporte do ambiente para instalação de empreendimentos que possam vir a afetar a dinâmica hídrica. Para este estudo, deverão ser realizadas, minimamente, as seguintes atividades:

- Quantificar a descarga sólida e líquida que ingressa no Delta e deste para o Lago Guaíba.
- Detalhar a batimetria do Delta.
- Definir a distribuição de sedimentos de fundo.
- Classificar os sedimentos quanto ao tamanho, maturidade textural e composição.



- Estabelecer o padrão de correntes.
- Projetar os cenários futuros pós-mineração.
- Analisar a evolução morfodinâmica associada à atividade de mineração.

g) Tema 7: Contaminação da água

Corpos d'água que recebem efluentes de atividades humanas podem estar sendo comprometidos com substâncias contaminantes (princípios ativos de medicamentos, componentes de plásticos, hormônios naturais e artificiais, antibióticos, defensivos agrícolas, metais pesados, e muitos outros) em quantidades e proporções diversas, e com efeitos desconhecidos para os animais aquáticos e também para pessoas que consomem a água e produtos de origem animal deles provenientes. Algumas espécies são indicativos biológicos de uma determinada condição ambiental. São conhecidas como bioindicadores e desempenham papel importante na avaliação da integridade ecológica de uma determinada área. Em ambientes como o delta do Jacuí, espécies de macroinvertebrados e peixes são as mais sensíveis a contaminantes e merecem maior atenção em pesquisas relacionadas. Os estudos relacionados a este tema buscam identificar a presença de contaminantes em macroinvertebrados e, principalmente, em peixes de importância socioeconômica da APAEDJ; investigar suas fontes e consequências, e propor medidas de controle e mitigação dos impactos.

5.3.1.1 Ação 20: Realização de estudos prioritários

No âmbito da execução deste Plano de Manejo, deverão ser realizados, no mínimo, dois estudos prioritários. A definição dos estudos a serem realizados deve ser estabelecida pelo Conselho Gestor da UC. A realização dos estudos pode ser realizada por meio de contratação específica, ou por meio do estabelecimento de parceria com instituições afins.

5.4 PROGRAMA DE PROTEÇÃO

Este programa reúne as ações visando a garantir que os ambientes da APAEDJ sejam mantidos nas condições estabelecidas por este Plano de Manejo.

5.4.1 Linha de Ação : Sinalização da UC

A sinalização da APAEDJ através da identificação de seus limites, e da instalação de placas informativas auxilia no cumprimento dos objetivos da UC.



5.4.1.1 Ação 21: Sinalização dos pontos críticos da APAEDJ

Existem pontos em que se faz necessária a identificação dos limites da APAEDJ, principalmente, nos núcleos de ocupação adensada que fazem limite como PEDJ. Desse modo, após a conclusão de levantamento fundiário do PEDJ, a ação para demarcação física do PEDJ deverá ser realizada de forma integrada com a APAEDJ, a fim de que essa demarcação já contemple a sinalização dos pontos críticos no limite entre as duas UCs, adotando a estrutura mais adequada, conforme as especificidades de cada local (placa, cerca, boia, etc.).

5.4.1.2 Ação 22: Instalação de placas informativas

A utilização de placas contendo informações referentes à APAEDJ auxilia na comunicação com a sociedade, difundindo informações acerca da localização dos limites da UC, áreas de interesse especial, e normas previstas. Desse modo, deve ser feito o projeto de sinalização da APAEDJ, com o planejamento do que se quer informar à sociedade, e definição da quantidade de placas, localização e conteúdos. As placas devem seguir as orientações estabelecidas no Manual de Identidade Visual da DUC.

5.4.2 Linha de Ação : Fiscalização e patrulhamento da UC

Ações de fiscalização e patrulhamento são essenciais para prevenção e diminuição de ilícitos que comprometem a condição dos ambientes naturais, bem como para assegurar o cumprimento das normas estabelecidas no zoneamento da UC.

5.4.2.1 Ação 23: Estabelecimento da rotina de fiscalização da APAEDJ

Planejar e executar rotina de fiscalização da APAEDJ, contemplando o patrulhamento periódico da UC, e atividades específicas, conforme estabelecido nas ações que compõem este Plano de Manejo. No patrulhamento de rotina, deverá ser dada ênfase nas áreas compostas pela zona 4 da APAEDJ, e pontos críticos para ocupações irregulares. Quanto a atividades específicas, a rotina de fiscalização deve abranger:

- verificação da adequação das atividades e empreendimentos aos objetivos da APAEDJ (Ação 4, item 5.1.2.3);
- execução do Plano de Ação Específico para a adequação das lavouras de arroz no interior da APAEDJ (Ação 5, item 5.1.2.4);
- verificação do cumprimento das normas do zoneamento da UC;
- verificação do cumprimento do disposto no(s) Termo(s) de Compromisso que estabelece diretrizes para a prática de pesca artesanal no interior do PEDJ (Ação 17, item 5.2.3.1);



- averiguação da integridade das estruturas de sinalização dos pontos críticos da APAEDJ, e das placas informativas (Ações 21 e 22, itens 5.4.1.1, e 5.4.1.2, respectivamente).

A rotina de fiscalização deve ser planejada de forma integrada à rotina de fiscalização do PEDJ. As informações referentes à rotina de fiscalização devem ser organizadas e sistematizadas. Anualmente, deve ser feita a avaliação dos resultados obtidos com a rotina de fiscalização, e posterior replanejamento e adequação da mesma.

5.4.2.2 Ação 24: Estabelecimento de protocolo de atuação em casos de identificação de novas ocupações irregulares

Uma das principais ameaças aos valores de conservação da APAEDJ é o incremento das áreas ocupadas de forma irregular. Considerando a gravidade e complexidade da situação, a equipe da UC deve ser capaz de atuar de forma rápida e eficiente nos casos de detecção de novas ocupações irregulares. Desse modo, deve ser estabelecido, junto aos municípios e demais órgãos competentes, protocolo que oriente as ações a serem tomadas pela equipe da UC.

5.4.2.3 Ação 25: Elaboração do Plano de Prevenção e Combate a incêndios da UC

A equipe da UC deve estar preparada para atuar de forma rápida nos casos de ocorrência de incêndios, a fim de minimizar os danos. Para tanto, deve ser elaborado o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios da APAEDJ (abrangendo o PEDJ). O referido Plano deve ser elaborado por meio de contratação de consultor/empresa especializada, ou por meio de parceria com instituições que possuam experiência. O Plano deve contemplar, os contatos a serem realizados no caso de detecção de incêndio, os locais para implantação de aceiros, treinamentos periódicos da equipe da UC, aquisição de equipamentos para combate a incêndios, e instrução da comunidade.

5.5 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO

Este programa tem como objetivo estabelecer ações a fim de buscar uma gestão eficaz da APAEDJ, possibilitando o cumprimento do previsto neste Plano de Manejo.

5.5.1 Linha de Ação : Estrutura organizacional da APAEDJ

A estrutura organizacional da APAEDJ pode ser entendida como a forma pela qual as atividades são distribuídas, organizadas, e executadas. Essas definições são essenciais para a eficácia deste Plano de Manejo, considerando que a gestão conjunta entre o PEDJ e a APAEDJ,



e a ausência de fluxos e procedimentos foram identificados como principais entraves para uma gestão eficaz da APAEDJ. Desse modo, a presente linha de ação busca qualificar a gestão da APAEDJ por meio da definição de papéis, estabelecimento e padronização de fluxos e procedimentos, e qualificação de pessoal.

Considerando que a APAEDJ e o PEDJ estão inseridos dentro de um mesmo contexto territorial, e que apresentam objetivos de conservação complementares em relação à conservação da conectividade entre áreas úmidas, é imprescindível que a gestão das duas UCs atue de forma integrada. Assim, no âmbito deste Plano de Manejo, propõe-se, como modelo gerencial, que a gestão do PEDJ e da APAEDJ seja unificada, de modo que o estabelecido nos respectivos Planos de Manejo das UCs seja executado por uma mesma equipe, sob uma mesma gerência. A figura 11 apresenta o organograma proposto para o PEDJ em seu Plano de Manejo, devendo as ações previstas neste Plano de Manejo ser distribuídas dentro da estrutura proposta.

5.5.1.1 Ação 26: *Elaborar o Regimento Interno do PEDJ e APAEDJ*

O Plano de Ação do Programa de Operacionalização do Plano de Manejo do PEDJ estabelece como ação *“Articular gestão integrada das duas UCs, mas com a manutenção de responsabilidades específicas próprias”*. A elaboração de um regimento interno auxilia no cumprimento dessa ação. O regimento interno, a ser elaborado pela gestão das UCs e aprovado pela DUC, é o instrumento que estabelece as normas gerais de funcionamento, devendo contemplar, minimamente:

- Horários de funcionamento e escalas de trabalho;
- Descrição detalhada das atribuições, conforme organograma da figura 11
- Normas gerais das UCs, incluindo normas de ocupação e utilização das instalações;
- Modelos dos relatórios a serem preenchidos pela equipe.

5.5.1.2 Ação 27: *Estabelecimento de protocolos de atuação*

A padronização da atuação da equipe das UCs frente às atividades desempenhadas promove maior eficiência à gestão. Portanto, deverá ser realizado o levantamento das atividades que necessitam de padronização de procedimentos, e o posterior estabelecimento de protocolos de atuação específicos para as atividades identificadas.

5.5.1.3 Ação 28: *Estabelecer Sistema Integrado de Informações*

Criar e manter o Sistema Integrado de Informações contendo o banco de dados específico de cada programa e Sistema de Informações Geográficas.

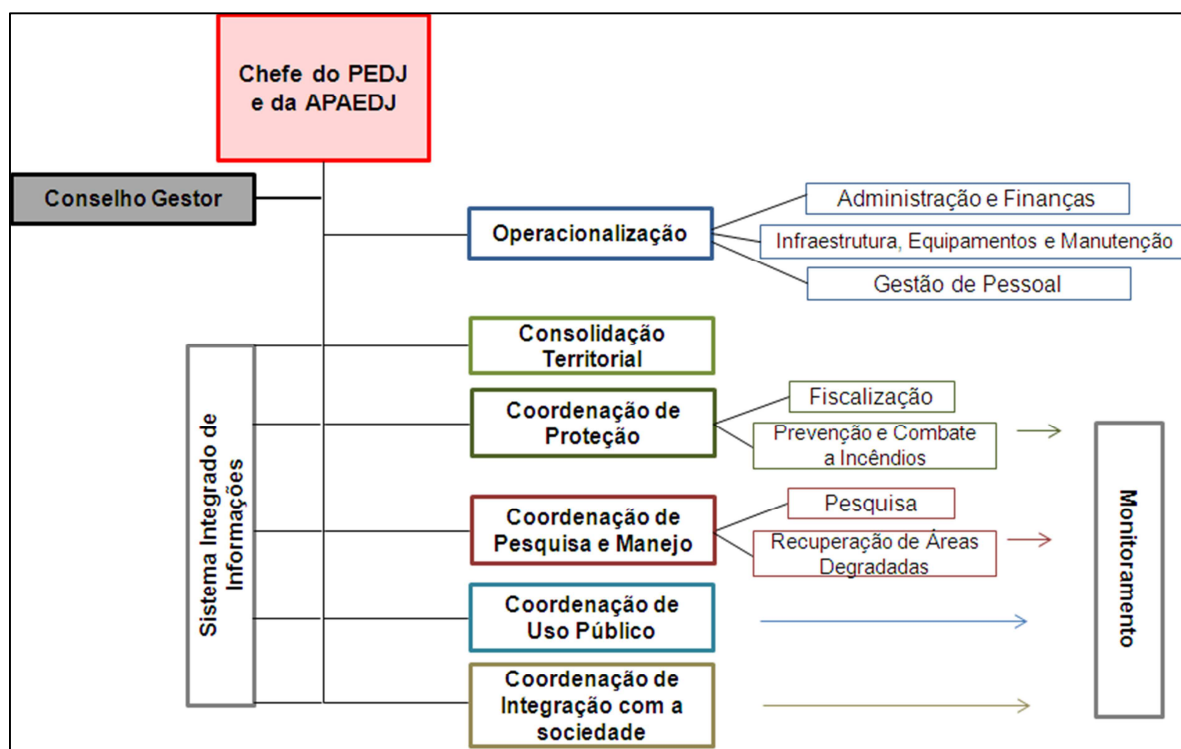


Figura 10: Organograma do PEDJ e APAEDJ.

5.5.2 Linha de Ação : Pessoal

5.5.2.1 Ação 29: Buscar forma de ampliar a capacidade de execução das ações previstas no Plano de Manejo

A equipe que atua na gestão do PEDJ e APAEDJ encontra-se bastante deficiente em relação ao quadro de pessoal técnico e administrativo. Portanto, devem ser identificadas estratégias buscando suprir essas deficiências, considerando-se o sério risco de não cumprimento do estabelecido neste Plano de Manejo, tendo em vista a falta de pessoal. Considerando que não há previsão de realização de concurso público para provimento dos cargos, sugere-se que seja averiguada a disponibilidade de cedência/relotação de servidores de órgãos públicos estaduais com cargos compatíveis. Além disso, na oportunidade da realização dos Planejamentos Operativos Anuais das UCs (ver ação 40, item 5.5.6.1), deve ser considerada a possibilidade da realização das ações por servidores lotados em outros setores da Secretaria.



5.5.2.2 Ação 30: Manter estrutura funcional de serviços terceirizados mínima para atender a gestão das UCs

O funcionamento da APAEDJ e PEDJ depende da execução de serviços como os de vigilância patrimonial, limpeza, manutenção, e pilotagem de embarcações, os quais devem ser supridos por meio de contratação de serviços terceirizados.

5.5.2.3 Ação 31: Elaborar e executar Plano de Capacitação da equipe

Contar com equipe qualificada é imprescindível para o adequado funcionamento das UCs. Para tanto, deve ser elaborado um plano prevendo a capacitação continuada da equipe das UCs, suprimindo as demandas de aperfeiçoamento identificadas. Conforme o estabelecido neste Plano de Manejo, e demandas apontadas nos Planos Operativos Anuais das UCs, sugere-se a inclusão dos seguintes temas no plano de capacitação:

- Geoprocessamento
- Gestão de Conflitos
- Participação social e gestão participativa
- Pilotagem de embarcações

5.5.2.4 Ação 32: Realização de reuniões periódicas da equipe das UCs

Estabelecer uma rotina de reuniões, com o objetivo de integrar e qualificar a equipe das UCs, para organizar as rotinas de trabalho, padronizar procedimentos, e debater os resultados das ações executadas.

5.5.3 Linha de Ação : Estrutura física da APAEDJ

5.5.3.1 Ação 33: Implantar sistema de comunicação eficiente

Uma das principais dificuldades apontadas nos Planos Operativos Anuais da UC é a deficiência do sistema de comunicação, havendo a necessidade urgente de instalação de sistema de telefonia e internet, bem como de sistema de comunicação via rádio.

- Ação 34: Manter e adequar a estrutura administrativa da UC

Deverá ser realizada a manutenção da estrutura física da sede administrativa da UC, bem como a adequação dos espaços existentes, conforme as necessidades decorrentes das ações previstas nos Planos de Manejo do PEDJ e APAEDJ.



- *Ação 35: Estruturar a APAEDJ com os equipamentos necessários para o bom funcionamento da UC*

Deve ser elaborada relação com os materiais e equipamentos necessários à gestão da APAEDJ, e posterior estabelecimento da forma de aquisição dos mesmos.

5.5.4 Linha de Ação : Inserção da APAEDJ nos fóruns que tratam do planejamento e gestão do território

As características da APAEDJ fazem com que as ações para o cumprimento de seus objetivos sejam temas de interesse em nível regional, sendo, desse modo, debatidos nos fóruns que tratam do território, como os Comitês de Bacia, e os conselhos municipais de meio ambiente, e dos Planos Diretores, por exemplo. A gestão da APAEDJ deve, então, buscar inserir-se nesses fóruns, participando dos debates e das tomadas de decisão, garantindo a representação dos objetivos da UC nesses processos.

5.5.4.1 Ação 36: Acompanhar as reuniões dos fóruns que tratam do planejamento e gestão do território

A gestão da APAEDJ deve acompanhar as pautas dos fóruns que tratam do planejamento e gestão do território (Conselhos municipais de Meio Ambiente, do Plano Diretor, Comitês de Bacia, entre outros), fazendo-se presente nas discussões sobre temas de interesse para UC.

5.5.5 Linha de Ação : Fortalecimento do Conselho Gestor

5.5.5.1 Ação 37: Dotar o Conselho Gestor com a estrutura adequada ao seu funcionamento

Para que o Conselho Gestor da APAEDJ cumpra eficazmente seu papel, é necessário que o mesmo conte com a estrutura adequada, e faça uso das ferramentas para seu funcionamento. Desse modo, a equipe da APAEDJ deve investir na qualificação desse espaço, buscando:

- Planejar as reuniões com a antecedência necessária;
- Manter o calendário de reuniões do Conselho;
- Definir a Secretaria Executiva do Conselho, garantindo a elaboração das atas e o devido envio aos Conselheiros, após cada reunião;
- Manter atualizado o registro de faltas e justificativas, aplicando o disposto no Regimento Interno;
- Estabelecer a dinâmica das reuniões, conforme Regimento Interno;
- Definir encaminhamentos em cada uma das reuniões, incluindo a conferência da realização dos mesmos como ponto fixo da pauta das reuniões;



- Fazer uso da instalação de grupos de trabalho e câmaras temáticas, em conformidade com o que estabelece o Regimento Interno;

5.5.5.2 Ação 38: Promover a renovação periódica do Conselho Gestor

A renovação periódica do Conselho Gestor, além de consistir em uma previsão legal, oportuniza um momento para avaliar se a composição do mesmo é representativa dos setores da sociedade envolvidos direta e indiretamente com a UC. Portanto, é importante que, no âmbito da execução deste Plano de Manejo, sejam promovidos os processos de renovação do Conselho Gestor, conforme prevê o seu Regimento Interno. Para a execução desta ação, sugere-se a alteração do Decreto Estadual n.º 44.516/2006, tendo em vista que o mesmo estabelece a composição do Conselho da APAEDJ. Nesse caso, sugere-se que a composição do mesmo seja estabelecida e alterada por meio de Portaria.

5.5.5.3 Ação 39: Elaboração de Planos de Ação do Conselho Gestor

O Plano de Ação é a ferramenta de organização do trabalho do Conselho, onde ações são identificadas e priorizadas, de acordo com a realidade da UC. Deve ser elaborado anualmente, devendo prever, a partir do estabelecido neste Plano de Manejo, as demandas nas quais o Conselho pretende atuar, e a forma como vai atuar.

5.5.6 Linha de Ação : Seguimento e avaliação

Esta linha de ação trata da forma como o estabelecido neste Plano de Manejo vai ser executado e avaliado.

5.5.6.1 Ação 40: Elaboração dos Planos Operativos Anuais

O Plano de Manejo estabelece o planejamento tático da APAEDJ, ou seja, define o que deve ser feito a fim de atingir objetivos, mas não define os detalhes de como o que foi definido será executado, sendo isso papel do planejamento operacional. O planejamento operacional considera o curto prazo, e identifica as atividades e tarefas necessárias para a execução do previsto, buscando eficiência. Dessa forma, anualmente, a equipe das UCs deverá elaborar o Plano Operativo Anual da APAEDJ e do PEDJ. Para a elaboração dos Planos Operativos Anuais, sugere-se seguir a orientação de prioridades estabelecidas no quadro 12. As ações prioritárias foram definidas a partir da priorização dos desafios, constante no quadro 7 do item 2.3.



5.5.6.2 Ação 41: Elaborar o mecanismo de monitoramento do Plano de Manejo

Para que o planejamento seja eficiente, é necessário avaliar as ações executadas visando a detectar o cumprimento, bem como desvios quanto aos objetivos estabelecidos. Para tanto, é fundamental o estabelecimento de um mecanismo para o monitoramento do Plano de Manejo, identificando-se indicadores eficientes em demonstrar o cumprimento das metas e a eficácia das ações estabelecidas.

Quadro 12: Prioridade das ações por Programa de Gestão

Programa de Gestão	Ações	Prioridade		
		1	2	3
Integração com os Órgãos Responsáveis pela Gestão do Território	Ação 1: Firmar parcerias formais com os municípios, visando à execução de ações conjuntas para o cumprimento dos Planos Diretores no território abrangido pela APAEDJ			
	Ação 2: Padronização de fluxo para o trâmite dos processos de licenciamento junto aos órgãos licenciadores			
	Ação 3: Elaboração de documento formal estabelecendo as atividades e empreendimentos passíveis de receberem Autorização prévia da UC			
	Ação 4: Articulação com os órgãos licenciadores para adequação das atividades e empreendimentos aos objetivos da APAEDJ			
	Ação 5: Execução de Plano de Ação Específico para a adequação das lavouras de arroz no interior da APAEDJ			
	Ação 6: Interlocução com órgãos responsáveis e instituições envolvidas visando à regularização da gestão dos resíduos sólidos na APAEDJ			
	Ação 7: Articulação com os municípios e demais instituições envolvidas com o controle de zoonoses, visando à elaboração de um plano de controle de zoonoses			
	Ação 8: Articulação para encaminhamento de melhorias na infraestrutura básica dos núcleos de ocupação urbana da APAEDJ			
	Ação 9: Estabelecimento de protocolo de atuação para o caso de acidentes relacionados à navegação comercial			
	Ação 10: Estabelecimento de protocolo de atuação nos casos de incidentes envolvendo fauna silvestre			
	Ação 11: Executar o previsto no Plano de Ação da Situação Fundiária da APAEDJ			



Programa de Gestão	Ações	Prioridade		
		1	2	3
Integração com a Sociedade	Ação 12: Elaboração e execução de programa de atividades educativas junto ao ensino formal, voltado às instituições de ensino abrangidas pela APAEDJ			
	Ação 13: Continuidade da execução do programa Guarda-Parque Mirim			
	Ação 14: Elaboração de material informativo referente ao papel da APAEDJ e demais órgãos responsáveis pela gestão do território			
	Ação 15: Realização de reuniões com a comunidade residente na APAEDJ			
	Ação 16: Execução de ações e projetos específicos junto à comunidade residente na APAEDJ			
	Ação 17: Apoio ao cumprimento do Termo de Compromisso que estabelece diretrizes para a prática de pesca artesanal no interior do PEDJ			
	Ação 18: Elaboração e execução de projetos voltados à geração de renda com práticas da cultura local			
	Ação 19: Articulação para formatação de roteiro turístico voltado à difusão da cultura local			
Geração de Conhecimento	Ação 20: Realização de estudos prioritários			
Proteção	Ação 21: Sinalização dos pontos críticos da APAEDJ			
	Ação 22: Instalação de placas informativas			
	Ação 23: Estabelecimento da rotina de fiscalização da APAEDJ			
	Ação 24: Estabelecimento de protocolo de atuação em casos de identificação de novas ocupações irregulares			
	Ação 25: Elaboração do Plano de Prevenção e Combate a incêndios da UC			
Fortalecimento da Gestão	Ação 26: Elaborar o Regimento Interno do PEDJ e APAEDJ			
	Ação 27: Estabelecimento de protocolos de atuação			
	Ação 28: Estabelecer Sistema Integrado de Informações			
	Ação 29: Buscar forma de ampliar a capacidade de execução das ações previstas no Plano de Manejo			
	Ação 30: Manter estrutura funcional de serviços terceirizados mínima para atender a gestão das UCs			
	Ação 31: Elaborar e executar Plano de Capacitação da equipe			
	Ação 32: Realização de reuniões periódicas da equipe das UCs			
	Ação 33: Implantar sistema de comunicação eficiente			
	Ação 34: Manter e adequar a estrutura administrativa da UC			
	Ação 35: Estruturar a APAEDJ com os equipamentos necessários para o bom funcionamento da UC			
	Ação 36: Acompanhar as reuniões dos fóruns que tratam do planejamento e gestão do território			
	Ação 37: Dotar o Conselho Gestor com a estrutura adequada ao seu funcionamento			
	Ação 38: Promover a renovação periódica do Conselho Gestor			
	Ação 39: Elaboração de Planos de Ação do Conselho Gestor			
	Ação 40: Elaboração dos Planos Operativos Anuais			
	Ação 41: Elaborar o mecanismo de monitoramento do Plano de Manejo			



6. ADEQUAÇÃO DOS LIMITES DA APAEDJ

Conforme descrito no item 1, que trata do histórico de criação da UC, verifica-se que a criação da APAEDJ está intimamente relacionada à necessidade de readequação do PEDJ frente à incompatibilidade entre a categoria parque e a existência de ocupações humanas em seu interior. No município de Canoas, a APAEDJ foi estabelecida nos limites que eram do PEDJ, conforme Decreto Estadual nº 28.160/1979. A análise realizada no processo de elaboração deste Plano de Manejo, com o estabelecimento dos objetivos específicos da APAEDJ e seus valores de conservação possibilitou a avaliação da conformação da UC no município de Canoas, realizada como encaminhamento das reuniões realizadas com representantes do poder público municipal. Como resultado dessa avaliação, sugere-se a desafetação das áreas abrangidas pela APAEDJ a leste da rodovia BR 448, conforme identificadas na figura 12.

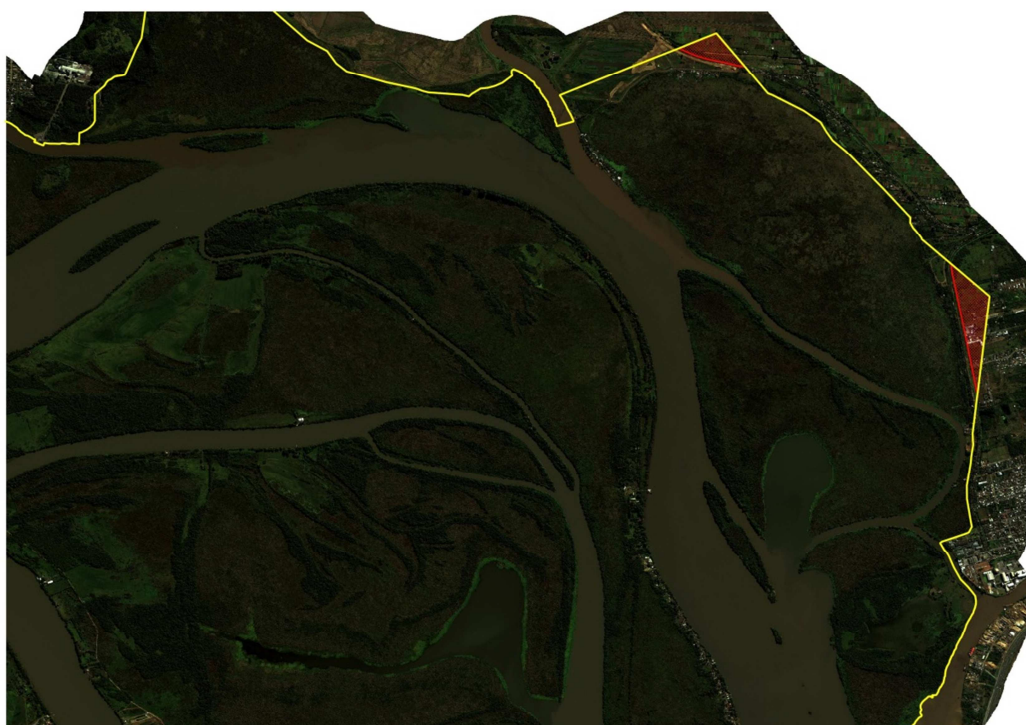


Figura 11: Detalhe da porção nordeste da APAEDJ, com as áreas sugeridas para serem excluídas dos limites da UC no município de Canoas (em vermelho).



7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANPC, Direção Nacional de Planejamento de Emergência. **Guia para a caracterização do Risco no Âmbito da Elaboração de Planos de Emergência de Proteção Civil**. Cadernos Técnicos PROCIV #9. Carnaxide, Portugal. 2009.

BERVIAN, P.V. **Aspectos do gerenciamento flexível dos estoques pesqueiros do Delta do Jacuí**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Dissertação de Mestrado. 2010.

CONVENÇÃO DE RAMSAR. 1975. **Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional**, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas, realizada no Irã na cidade de Ramsar em 1971. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidadeaquatica/comfsfglossary/zonas-umidas-convencao-de-ramsar>>, acesso em 18.12.2012.

HASSE, Geraldo, BONES, Elmar. **Os Pioneiros da Ecologia**. Porto Alegre, Já Editores, 2002.

PORTO ALEGRE. 1979. Secretaria do Planejamento Municipal. **Grupo de Planejamento do Parque Estadual Delta do Jacuí: Plano básico**. Porto Alegre, PLANDEL, 88p il. 4 mapas



8. ANEXOS

- **Anexo I:** Atas das Reuniões Ordinárias do Conselho Deliberativo da APAEDJ
- **Anexo II:** Planos de Ação Específicos
 - Anexo II-A: Plano de Ação para adequação das lavouras de arroz no interior da APAEDJ
 - Anexo II-B: Plano de Ação da Situação Fundiária da APAEDJ



ANEXO I

- Atas das Reuniões Ordinárias do Conselho Deliberativo da APAEDJ -

- Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da APAEDJ de 11 de junho de 2015;

- Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da APAEDJ de 09 de julho de 2015;

- Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da APAEDJ de 14 de abril de 2016;



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

DEPARTAMENTO DE BIODIVERSIDADE
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Ata de Reunião do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí

1 Aos 11 dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, reuniram-se, na sede da APAEDJ, os
2 Conselheiros e demais interessados, conforme Lista de Presença em anexo. A reunião inicia com
3 Rafael agradecendo a presença de todos, e informando que não há quórum para deliberações.
4 Desse modo, dá-se início à discussão dos assuntos em pauta, enquanto aguarda-se a chegada
5 de mais Conselheiros, e mais tarde verifica-se novamente o quórum. Rafael informa que o
6 assunto principal da reunião é o Plano de Manejo da APA, que está em um momento crítico,
7 delicado, e importante, que é o zoneamento. Ressalta que, embora complexo, é importante que o
8 assunto avance, tendo em vista a ação judicial que está correndo, a qual determina a conclusão
9 dos Planos de Manejo. Destaca que o Plano do Parque está homologado, mas o da APA ainda
10 está em elaboração. Diz que estamos avançando nas conversas com os municípios, conforme
11 memórias de reunião encaminhadas. Destaca a importância do Conselho como órgão que
12 chancela tudo que vem sendo produzido, e solicita a dedicação de todos para garantir o
13 andamento dos trabalhos. Após, solicita uma rodada de apresentação dos participantes. A seguir,
14 passa a palavra para Paola fazer a apresentação. Paola inicia dizendo que o tema zoneamento
15 vem sendo trabalhado desde março nas reuniões do Conselho, e a intenção é finalizar a proposta
16 do zoneamento da APA na reunião de hoje. Para tanto, a reunião será dividida em duas partes.
17 Na primeira, trabalham-se as zonas, e na segunda trabalhamos o texto das normas para cada
18 zona. Paola apresenta a figura com as zonas propostas para a APA (em anexo). Paola relembra o
19 andamento dos trabalhos, dizendo que, na reunião de março foram trabalhados os textos da zona
20 1, na reunião de abril, os textos da zona 2, e na reunião de maio, os textos das zonas 3 e 4, sendo
21 a zona 5 constituída pelo Parque. Repassa a localização e o objetivo das zonas. Considerando
22 que um dos pontos mais importante do zoneamento da APA é que o mesmo esteja bem costurado
23 com o planejamento municipal, paralelamente à discussão da proposta do zoneamento com o
24 Conselho, foram realizadas reuniões com os municípios. A partir dessas reuniões com os
25 municípios, surgiram propostas de alteração de zonas, as quais serão apresentadas uma a uma
26 para discussão. Paola mostra figura com a distribuição das zonas, conforme proposta de limites
27 das zonas da APA até a reunião passada. Diz que foram feitas reuniões com Canoas, Eldorado do
28 Sul e Porto Alegre, pois são os municípios que apresentam a interface com questões urbanísticas
29 de forma mais acentuada. A seguir, apresenta figura com a delimitação das zonas conforme
30 propostas existentes, as quais serão discutidas caso a caso. As alterações ocorreram
31 principalmente em Eldorado do Sul. Na reunião com o município, estando presentes as
32 Secretarias municipais de Meio Ambiente e de Planejamento, foi apresentado o Plano Diretor,
33 onde foi possível verificar que áreas urbanas instituídas constavam como zona 3. Desse modo, foi
34 feita a alteração para zona 2, para não dar descompasso entre o Plano de Manejo e o Plano
35 Diretor, pois aprovando o zoneamento como zona 3, congelaria a área como zona rural. Outra
36 alteração feita foi em uma área na margem do Jacuí, conforme discussão feita anteriormente no
37 Conselho na reunião de abril, no sentido de restringir o uso alterando a zona, e não incluindo
38 restrições nas normas. Desse modo foi alterado de zona 3 para zona 4, conforme delimitação
39 estabelecida na reunião com o município. A outra proposta de alteração é ao norte do bairro
40 Picada, que na proposta anterior constava como zona 1. No entanto, pelas características da área
41 estarem mais similares aos ambientes da zona 2 do que com as áreas mais consolidadas da zona
42 1, foi feita a alteração para zona 2, para deixar o zoneamento mais coerente. Sérgio questiona se
43 a área é zona urbana de Eldorado do Sul. Paola responde que sim, assim como toda a zona 2. A



44 alteração foi feita considerando que o perfil que a área apresenta no presente momento, é mais
45 parecido com isto aqui (apontando para as áreas de zona 2 em Eldorado do Sul) do que com isto
46 (apontando para as áreas dos bairros Picada e Cidade Verde em Eldorado do Sul). A última
47 proposta fica no município de Canoas, que solicitou alteração de áreas que estavam na zona 1
48 para zona 2, no limite norte da APA, ao norte da Praia do Paquetá. Rafael diz que a área já está
49 urbanizada, mas a Prefeitura não quer uma ocupação densa, por isso solicitaram a alteração de
50 zona, para ter uma restrição maior. Luiz Morador diz que, no seu entendimento, a zona 2 não é
51 tão restritiva assim. Paola diz que a grande diferença entre a zona 1 e a zona 2, em termos da
52 gestão da APA, é que, a zona 1 remete ao Plano Diretor, ou seja, a APA vai auxiliar a garantir o
53 que estiver estabelecido lá. Na zona 2, a APA coloca um freio, para que, no momento do início do
54 processo de urbanização dessas áreas, elas sejam ocupadas de forma rarefeita, planejada e
55 adaptada às condições locais, conforme as normas já apresentadas. Luiz Morador diz que tem
56 que se definir o termo “rarefeito”, pois ele pode significar dois habitantes por quilometro quadrado.
57 Rafael diz que a ideia é discutir isso com os municípios, para que essas áreas não tenham o
58 mesmo perfil ocupação urbana tradicional. Desse modo, na zona 2, existe uma orientação aos
59 municípios de que aquelas áreas são mais delicadas, e requerem um certo cuidado. Luiz Morador
60 diz que a questão da densidade é complicada, pois ao urbanizar áreas próximas ao rio, embora o
61 empreendimento tenha uma área grande, as ocupações deverão ser mais concentradas, pois o
62 custo para construção de estradas naquele ambiente é muito alto. Maria Carmen diz que isso é
63 uma questão de Plano Diretor. Luiz Morador concorda, mas tem receio de que o Plano Diretor
64 possa ser cerceado. Rafael diz que isso não ocorre de forma alguma. Paola lembra estamos
65 falando do texto que foi repassado na discussão das normas. Salienta que, pelo que está
66 estabelecido no zoneamento, todas as áreas da zona 2 vão mudar de perfil, saindo de um perfil
67 rural, sofrendo processo de urbanização seguindo o planejamento dos municípios. Passa-se,
68 então à apresentação das propostas para manifestação do Conselho. A proposta 1 é a alteração
69 no município de Canoas, na qual houve solicitação do município para alterar a área localizada na
70 entrada da Praia do Paquetá de zona 1 para zona 2. Daniel questiona se é uma proposta feita
71 pelo município. Paola responde que sim. Juramar aponta que o representante do município não
72 está presente na reunião. Sérgio comenta que é difícil votar, pois não conhece a região em
73 questão. Paola diz que nem sempre é necessário fazer uma votação. Juramar diz que, no seu
74 conhecimento, o planejamento de Canoas encaixa-se como uma luva no Plano de Manejo, e
75 entende como positiva a alteração proposta. Paola diz que a solicitação de Canoas aumenta a
76 proteção das áreas. Inclusive, no documento que encaminharam com a proposta de alteração de
77 zonas, além da alteração apresentada, eles solicitaram que os banhados localizados às margens
78 da BR 448 fossem incluídos na zona 5 da APA. No entanto, a zona 5 corresponde ao Parque,
79 então, a solicitação de Canoas é para a ampliação do Parque naquelas áreas. Sérgio questiona
80 se as áreas são públicas ou privadas. Rafael responde que são áreas privadas, pois são
81 remanescentes do que foi desapropriado para a construção da estrada. Sérgio questiona como
82 serão compradas essas áreas. Paola diz que essa proposta é para o futuro, pois hoje as áreas
83 estão na APA, como zona 4. Daniel diz que, se for o caso, o próprio município pode transformar a
84 área em Parque. Paola diz que por isso é importante essa discussão com o município, pois na
85 elaboração dos Programas podem ser propostas ações conjuntas para garantir a manutenção das
86 áreas com a condição do ambiente que elas apresentam hoje. Canoas não tem interesse na
87 urbanização daquelas áreas. Juramar destaca que a urbanização daquelas áreas é muito
88 complicada. Daniel diz que o município pode estar querendo auxílio para evitar a invasão
89 daquelas áreas. Cristiano opina que, se a proposta foi feita pelo município, dando um caráter mais
90 restritivo, e não há presença de representantes na reunião, passa-se para a próxima proposta.
91 Maria Carmen questiona se a presente reunião não teria como pauta a definição quanto ao
92 zoneamento. Paola diz que entende que ao passar adiante, o Conselho estaria chancelando a
93 proposta de Canoas. Pergunta se todos estão de acordo, e ninguém manifesta-se em contrário.
94 Passa-se para a alteração 2, que corresponde à área às margens do Jacuí no município de
95 Eldorado do Sul. Paola diz que consiste em um local mais conservado de área úmida, que hoje
96 compõe a zona 2 da APA, e passaria para zona 4, aumentando o grau de proteção. Luz Morador
97 diz que essa área é bastante complicada, tanto que quem planta arroz no entorno não conseguiu



98 implantar lavouras no local. Daniel reforça que a proposta seria alterar de zona 2 para zona 4.
99 Paola diz que essa proposta foi levantada na reunião do Conselho de abril. Luiz Morador
100 complementa que a proposta da reunião de abril era uma área maior, que foi ajustada na reunião
101 com o município. Pergunta se todos estão de acordo, e ninguém manifesta-se em contrário.
102 Passa-se para a alteração 3, correspondente à área localizada ao norte do bairro Picada no
103 município de Eldorado do Sul, cujo perfil é mais parecido com a zona 2. Daniel questiona se a
104 proposta foi apresentada pelo município. Paola responde que o assunto foi tratado na reunião com
105 o município. Daniel diz que fez o questionamento porque essa área faz parte historicamente de
106 toda uma evolução que vem desde a reunião do CONSEMA de 2004, e olhando a memória da
107 reunião, percebe-se que foi uma proposta da SEMA, e não de Eldorado do Sul. Paola diz que o
108 assunto surgiu durante a reunião com o município. Daniel diz que a memória traz claramente que
109 Maria Patrícia sugere que a SEMA apresente a proposta na reunião, ou seja, não é uma proposta
110 de Eldorado, mas uma proposta da SEMA. Na última reunião, fizemos o zoneamento geral,
111 fechamos o zoneamento, e foi combinado que estudaríamos propostas que fossem apresentadas
112 pelos municípios. Reitera que essa proposta não é do município, mas uma proposta da SEMA,
113 que, mais uma vez, tenta mexer nos limites da zona 1, que já foi votado diversas vezes, inclusive
114 agora em maio. Além do mais, isso tudo nasceu da reunião do CONSEMA, conforme
115 documentado. Paola diz que esse foi, inclusive, um dos critérios adotados para a definição do
116 zoneamento da APA, conforme consta no texto que foi enviado aos Conselheiros. Paola faz a
117 leitura do texto, cujo item diz “deliberação da septuagésima primeira reunião do CONSEMA,
118 ocorrida em 17 de dezembro de 2004”. Daniel diz que agora, casualmente, existe uma área
119 incluída nessa deliberação que está querendo ser revista pela SEMA. Paola diz que temos que ter
120 consciência do nosso papel, pois depois isso vai ser repassado aos municípios. Sérgio diz que
121 isso já foi votado. Daniel concorda, dizendo que já foi votado e já passou, que está havendo um
122 retrocesso, e daqui a pouco vamos estar votando novamente a área ao norte da ilha das flores
123 entre outras. Não entende como pode algo que já foi determinado a SEMA querer dar um passo
124 atrás no que já foi votado. Rafael diz que, no seu entendimento, a proposta do Daniel é que esta
125 alteração não seja discutida. Daniel diz que sim. Maria Carmen diz que entende que o Conselho é
126 soberano. A SEMA está trazendo uma proposta que foi discutida com o município. Luiz Morador
127 diz que ela foi apresentada pela SEMA. Daniel diz que entrou como proposta da SEMA. Maria
128 Carmen diz que Daniel está sendo preciosista. Daniel diz que não está sendo preciosista, isso é
129 um interesse da SEMA que se sobrepõe ao que já foi deliberado pelo Conselho. Daniel questiona
130 ao representante de Eldorado do Sul se, na reunião, a proposta foi apresentada pelo município ou
131 pela SEMA. Luiz Morador responde que a proposta foi apresentada pela SEMA. Daniel diz que,
132 sendo assim, a SEMA amanhã pode trazer uma outra proposta, e depois mais outra, de modo a
133 inviabilizar as decisões tomadas pelo Conselho. Paola diz que não é isso, o que ocorre é que
134 estamos fechando o documento de planejamento da APA, e, nas discussões que surgiram,
135 estamos tentando deixar o zoneamento coerente com o perfil atual das áreas. Daniel diz que a
136 SEMA, mais uma vez, está querendo trazer uma questão que já foi deliberada. Desse modo,
137 propõe que esse ponto não seja nem votado, haja visto que já foi deliberado por nós. Paola diz
138 que a deliberação do CONSEMA traz a descrição das áreas a serem ocupadas na APA. Desse
139 modo, tanto na zona 1 como na zona 2 as áreas serão ocupadas. A alteração proposta é para
140 deixar o zoneamento minimamente coerente com o perfil atual de ocupação da área. Káthia diz
141 que gostaria de ouvir a posição de Eldorado do Sul, para saber o que eles acharam da proposta.
142 Luiz Morador responde que a questão é mais pelo que foi decidido pelo CONSEMA do que pelo
143 perfil da área. As áreas realmente são similares. Káthia diz que não foi isso que perguntou,
144 gostaria de saber o posicionamento da Prefeitura quando a proposta foi feita na reunião. Luiz
145 Morador responde que a Prefeitura acha que as áreas são similares, mas o que Daniel está
146 levantando é se serão consideradas as votações anteriores ou não. Sergio diz que não entende
147 mais nada, pois passa-se uma tarde inteira para votar o zoneamento para votar tudo de novo na
148 próxima reunião. Daniel diz que, em reunião com o Secretário de Planejamento de Eldorado do
149 Sul, o mesmo afirmou que não tem nada contra em manter a área como zona 1, ao contrário, tem
150 todo o interesse, pois é a favor do desenvolvimento. Depois, se Eldorado quiser tratar a área
151 como zona 2, 3 ou 4, é assunto de Eldorado, mas existem muitas desconsiderações, querendo



152 voltar atrás, querendo desconsiderar o que já foi votado, desconsiderar o que o CONSEMA
153 mapeou, a SEMA tem que alguma vez ouvir o Conselho, por isso mantém sua proposta. Rafael
154 diz que a proposta de Daniel foi entendida, mas gostaria de esclarecer o que aconteceu. Foi
155 informado ao Conselho que haveria reuniões com os municípios, e foi acordado que tudo que
156 fosse discutido nessas reuniões seria trazido ao Conselho. Daniel discorda, dizendo que o
157 acordado era que as modificações propostas pelos municípios seriam trazidas para o Conselho.
158 Rafael questiona se o Conselho, então, não tem interesse em saber o que foi discutido nas
159 reuniões com os municípios. Daniel diz que, conforme apresentado na memória, na reunião com
160 Porto Alegre Paola menciona que o norte da ilha das Flores tem o perfil de zona 2, e essa
161 proposta não foi apresentada na reunião do Conselho. Rafael pede para concluir a sua
162 manifestação. Rafael diz que a proposta não foi trazida para a presente reunião porque o assunto
163 com Porto Alegre não avançou, tanto que está agendada reunião com o Vice-Prefeito para a
164 semana que vem. Se a SEMA quisesse desconsiderar o Conselho, apenas apresentaria a
165 alteração. No entanto, esse ponto foi levantado em reunião com Eldorado do Sul, o município não
166 se manifestou em contrário, diferentemente de Porto Alegre, e optou-se por trazer essa discussão
167 ao Conselho novamente. Se o Conselho optar por não entrar nessa discussão, e manter a
168 deliberação, está mantido. Estamos apenas trazendo o que foi discutido nas reuniões, justamente
169 em respeito às atribuições do Conselho, e desse modo, não é uma desconsideração. Rafael diz
170 que a proposta de Daniel, como acredita que tenha ficado claro para todos, é que nem discutamos
171 esse ponto. Salienta que estamos trazendo essa informação, e informa à Káthia que não está
172 deliberado. Rafael faz a verificação de quórum, informando que sequer há quórum para deliberar.
173 Desse modo, propõe que seja dada continuidade à apresentação, colhendo as manifestações e
174 opiniões dos presentes, como de praxe. Rafael pergunta se todos estão de acordo. Sergio
175 responde que, mais ou menos, pois está em desacordo não com a proposta apresentada, mas
176 com a situação do Delta, que está “ao léo”, pois com o acúmulo de funções de Chefe das
177 Unidades e Chefe da DUC, Rafael não consegue acompanhar todas as reuniões. Acontece que
178 esse assunto vem sendo discutido há muito tempo, desde reuniões com a Secretária Jussara do
179 PCdoB, lá no União, que essa isso ficou como área aprovada para condomínios. A SEMA teve
180 todo o tempo trabalhando o Plano de Manejo para propor o que quisesse propor, aí de repente
181 traz isso em uma reunião com o município de Eldorado sendo que nunca trouxe para o Conselho.
182 Paola responde que estamos trazendo, o assunto foi, inclusive, discutido na Câmara Temática.
183 Sergio diz que, vamos, então, tratar tudo de novo. Daniel questiona se a SEMA não tem prazo
184 para parar de trazer propostas. Rafael diz que o fórum é aberto. Sergio diz que as coisas tem um
185 caminho. Rafael diz que a manifestação de Sergio é muito bem vinda, e está sendo acolhida, mas
186 houve mudança na gestão, e o que podem surgir questionamentos a respeito do que já foi
187 deliberado. Sergio questiona se é a gestão que está mudando, considerando que são as mesmas
188 pessoas que continuam trabalhando. Rafael diz que houve mudanças, e o ponto em questão foi
189 aventado na reunião com Eldorado pela Secretária Adjunta. Sergio pergunta se a Secretária é da
190 área técnica ou jurídica. Rafael responde que ela é da área jurídica, com conhecimento da área
191 ambiental. Reitera que a manifestação é bem-vinda, mas sentiu-se na obrigação de trazer essa
192 informação ao Conselho, nem que seja apenas para conhecimento. Paola pede para esclarecer o
193 que aconteceu na reunião com Eldorado do Sul, dizendo que estavam discutindo o perfil das
194 áreas com o mapa aberto, e a Secretária Adjunta questionou porque a área em questão, com o
195 perfil que tem está dessa cor (cor roxa da zona 1), e aí começamos a discutir isso. Daniel diz que
196 a Secretária não conhece o histórico, chegou de pára-quebras. Paola responde que ela conhece o
197 histórico, a proposta da SEMA tem o fim de deixar o zoneamento coerente com o perfil
198 apresentado pelas áreas em suas respectivas zonas. Káthia questiona por que essa proposta não
199 foi apresentada pela SEMA anteriormente, por que essa mudança agora, por que antes vocês não
200 viram que deveria ser uma área mais restritiva. Daniel salienta que essa zona foi assim
201 determinada como área consolidada lá na Câmara Técnica do CONSEMA, onde a Káthia era
202 conselheira, o Juramar Sergio e eu participamos lá em 2004. Apresenta cópia do parecer,
203 ressaltando que o mesmo foi assinado por Vera Pitoni. Em dezembro de 2004, foi aprovado por
204 unanimidade pelo CONSEMA, em reunião extraordinária. Isso serviu de base para a instituição da
205 lei. Depois, ficou determinado nas oficinas realizadas pela MRS que a área era para lazer e



condomínios. Depois foi para a Câmara Temática, ficando lá decidido que ia seguir-se a determinação do CONSEMA. Depois veio para o Conselho, ficando aprovado o que a Câmara Temática tinha deliberado. Então, na última hora, a SEMA aproveita uma reunião com Eldorado para enfiar uma proposta. Paola salienta que é uma proposta. Daniel diz que tudo bem, mas então na semana que vem a SEMA traz outra proposta. Paola diz que não, pois hoje é a reunião de decisão das propostas de zoneamento. Daniel diz que isso já foi definido. Paola diz que isso sempre foi debatido na Câmara Temática. Daniel salienta que sempre foi decidido dessa maneira. Juramar diz que está claro que houve uma manifestação da Procuradora (Secretária Adjunta). Paola complementa que a manifestação foi trazida como proposta. Irmão Laurindo diz que vem acompanhando o processo desde o começo, e a SEMA sempre esteve junto trabalhando, mas cada vez que mudam as pessoas envolvidas, começa a mudar tudo. Assim as coisas não caminham. Questiona que autoridade a SEMA tem, se não tem autoridade nem para autorizar o corte de uma árvore seca, como aconteceu com ele, tendo que esperar três meses. Nelson diz que essa proposta significa que pode, vir a ser trazido à tona a discussão sobre o norte da ilha das Flores. Juramar que a orientação da SEMA de trazer como proposta um tema já discutido pode gerar mais conflito. Maria Carmen opina que toda essa discussão é gerada no momento em que é muito demorado o processo de elaboração do Plano de Manejo, havendo, inclusive, mudança de governo ao longo do processo. Desse modo, sugere que seja decidido se o Conselho vai olhar para essa questão, ou vai passar adiante, para não perder tempo em discussões. Daniel opina que deve ser aberto espaço para os municípios, mas não para a SEMA, considerando que é uma nova administração. Sergio diz que respeita a Secretária Adjunta, mas parece que a proposta partiu dela. Paola responde que foi uma proposta mútua. Sergio questiona se isso significa que a proposta partiu da Secretária e da Paola. Paola responde que a proposta surgiu a partir de um debate. Paola salienta, para deixar claro, que independente de ser zona 1 ou zona 2, a área é passível de urbanização, a diferença é que gostaríamos de deixar destacado no Plano de Manejo que essa área é mais complexa, pelas características da área. Daniel diz que o CONSEMA já trabalhou em cima disso anos, examinando metro por metro, a MRS também, todo mundo já examinou, não podemos mais abrir portas para propostas da SEMA. Káthia sugere seguir com encaminhamentos, pois não há quórum para deliberar. Sergio questiona o que estamos fazendo, para poder entender. Paola responde que, no seu entendimento, mantemos a área como zona 1. Kathia diz que na reunião que vem temos que olhar novamente para aprovar. Juramar diz que é problemática a questão da falta de quórum no Conselho, exemplificando com a discussão sobre Canoas, sem ter a representação do município, que não se faz presente há tempos. É complicado nós virmos, fazermos a discussão e só passarmos para a reunião seguinte. Maria Carmen sugere passar as propostas para que todos tenham conhecimento, considerando que nada será deliberado hoje, e informa que tem uma pequena apresentação, que gostaria de apresentar ao Conselho. Rafael propõe seguir com a apresentação, até por respeito aos presentes, registrando a manifestação dos presentes em ata. Em relação ao quórum, já estamos trabalhando nisso, inclusive, adiantando a pauta, aproveita para informar que será entregue aos presentes, e encaminhado aos demais, ofício solicitando o cancelamento das indicações. Destaca que estamos tendo problemas com o resgate da representação oficial de alguns conselheiros. Por isso estamos fazendo esse trabalho, essas análises, a fim trabalhar o quórum sobre as representações que não estão se fazendo presentes, em cumprimento ao Regimento Interno. Reitera o pedido para que os conselheiros levem o ofício, reúnam-se com suas entidades, e, o mais rapidamente possível, encaminhem as indicações. Luiz Morador questiona o que acontece com as entidades que não se manifestarem. Rafael responde que elas deixam de fazer parte do Conselho. Káthia ressalta que para deixar de fazer parte do Conselho, tem que alterar a sua composição. Rafael concorda, dizendo que há um trâmite, mas que serão feitos todos os encaminhamentos. Luiz Morador diz que tem que haver encaminhamentos, pois se essas entidades permanecerem no Conselho, seguiremos sem quórum. Rafael solicita que seja dada continuidade à apresentação. Paola questiona como fica o encaminhamento em relação à proposta de alteração 3, entendendo que há o indicativo de manter como zona 1. Rafael responde o indicativo, pela maioria dos presentes, é não avaliar essa proposta. Luiz Morador diz que o indicativo é manter as decisões anteriores. Káthia diz que nessa reunião não se deliberou nada. Rafael diz que se refere a esse



260 momento. A seguir, Paola apresenta a última proposta, a alteração 4, localizada em Eldorado do
261 Sul, passando de zona 3 para zona 2 a fim de adequar o zoneamento ao Plano Diretor, pois
262 mantendo a área como zona 3, que corresponde à manutenção de áreas com perfil rural, causaria
263 um descompasso, pois a área constitui zona urbana pelo Plano Diretor. A seguir Maria Carmen
264 pede a palavra para manifestar-se sobre o ponto relacionado ao norte da ilha das Flores. Informa
265 que foi dado seguimento à discussão dentro da SMAM, após a reunião com a SEMA, que resultou
266 em uma proposta, a qual gostaria de apresentar. Maria Carmen diz que a proposta consiste na
267 alteração de zona 1 para zona 2. Juramar questiona se a proposta é do município. Maria Carmen
268 diz que sim, que o assunto não foi levado ao Prefeito, mas ao Dilda e ao Mauro Moura,
269 informando que Mauro Moura assumirá como Secretário de Meio Ambiente. Maria Carmen
270 apresenta a localização da proposta de alteração. Diz que, ao avaliarmos a área proposta para
271 alteração, percebemos todas as outras áreas tem uma ocupação bem mais intensa que a área
272 proposta para alteração, a qual apresenta algumas casas, mas são distantes umas das outras, e a
273 ocupação já é rarefeita. Embora não haja diferença em relação à APA se a área estiver como
274 zona 1 ou 2, quando formos fazer o licenciamento, vamos ter que pedir para a área ser rarefeita,
275 não tem como ser diferente. Desse modo, o que queremos como SMAM é ter o respaldo do Plano
276 de manejo da APA para nos auxiliar como justificativa para pedir uma ocupação mais rarefeita.
277 Relata que a SEMA e a Prefeitura de Porto Alegre estão se aproximando para tentar fazer o
278 detalhamento do Plano Diretor para essa região da APA, pois hoje, no Plano Diretor de Porto
279 Alegre, tudo isso é Parque, e isso é uma das coisas que dificulta o licenciamento de tudo aqui na
280 APA. Até hoje o licenciamento não foi feito pela SMAM porque no Plano Diretor aqui é parque, e a
281 posição é aguardar o Plano de Manejo. No entanto, isso vai mudar em breve. Desse modo,
282 estamos tentando resolver, caminhando para uma resolução. Juramar diz que o município tem
283 que ter a proposta, pois em relação à legislação, está defasado, fora a questão do planejamento,
284 que sequer está incluído. Maria Carmen faz a leitura da descrição e dos objetivos da zona 1,
285 destacando que eles se encaixam nas áreas mais ocupadas, mas não se encaixam na área
286 proposta para alteração. Essa área encaixa-se melhor nos objetivos da zona 2, que é garantir uma
287 ocupação planejada, contribuir para a regularização fundiárias, pois as casas que ali se
288 encontram, mesmo que poucas, não estão regulares. Por isso estamos fazendo essa proposta de
289 alterar de zona 1 para zona 2. Rafael esclarece o motivo da proposta ter vindo através da Maria
290 Carmen, e não na apresentação da Paola, explicando que, apesar dessa alteração ter sido
291 discutida nas reuniões da SEMA com o grupo de representantes de Porto Alegre, isso não foi
292 deliberado pelo grupo, pois não havia chancela da prefeitura para esse tipo de deliberação. Sérgio
293 diz que, como manifestado anteriormente, esse assunto vem sendo discutido há dez anos, em
294 outros fóruns, e depois trazido para este fórum. A prefeitura foi chamada várias vezes, diversas
295 pessoas ligadas ao delta trabalharam durante anos, e de repente, na reunião de votação é
296 solicitado que se faça abertura para nova proposta. Sérgio diz que não está avaliando o mérito, se
297 está bem ou se está mal. Maria Carmen diz que essa é a questão, não estão avaliando os
298 méritos. Daniel questiona quem está autorizado a fazer apresentações com propostas de
299 alteração. Sergio diz que somente as Prefeituras, o Conselho não pode mais. Paola diz que
300 estamos exatamente no momento de avaliar proposta de alteração do zoneamento para discutir
301 no Conselho. Sergio diz que isso já foi zoneado. Paola diz que entende que o processo está
302 arrastado, mas é exatamente isso que estávamos tentando fazer há tempos, alinhar com os
303 planejamentos municipais. Sergio destaca a anotação existente no quadro branco feita por Paola
304 com o prazo para o fechamento do Plano, e opina que não tem como abrir novamente para
305 discussão do zoneamento, pois estamos trabalhando há anos, e vamos vir na próxima reunião,
306 com pessoas que não participaram do processo, e vamos começar tudo de novo. Paola diz que
307 não vamos começar tudo de novo, o problema é que trabalhamos com um descompasso. Lembra
308 que um dos objetivos do Plano é melhorar a articulação com os municípios, a fim de acabar com
309 essa confusão no território. O que a Maria Carmen, que é da Secretaria de Meio Ambiente de
310 Porto Alegre trouxe, é o posicionamento de que, a princípio, o planejamento de Porto Alegre para
311 o norte da ilha das Flores é de que o processo de ocupação seja feito de forma mais rarefeita,
312 para que possamos adequar o Plano da APA com o planejamento do município, senão vamos
313 estar gerando confusão no território. Sergio diz que não há necessidade de alterar o zoneamento,



314 já que Porto Alegre é soberana para legislar em relação à ocupação da área. Rafael questiona por
315 que não conciliar o planejamento da APA com essa proposta. Daniel questiona se a proposta é da
316 SMAM. Maria Carmen diz que sim. Daniel diz que Porto Alegre sequer nomeou quem vai fazer a
317 proposta pelo município. Rafael diz que Porto Alegre nomeou três pessoas para discutir o
318 assunto, entre elas a Maria Carmen. Daniel diz que ninguém foi autorizado a apresentar a
319 proposta oficial. Rafael diz que pela SMAM, sim. Maria Carmen diz que não houve tempo hábil
320 para levar a proposta ao Prefeito. Rafael diz que o assunto não foi passado pelo Gabinete do
321 Prefeito, mas vem sendo discutido junto à PGM e SMURB. Daniel diz que não existe Plano Diretor
322 para aquela área. A SMAM foi autorizada a conversar e apresentou uma proposta que nem se
323 sabe se Porto Alegre quer que aquilo seja rarefeito ou não. A SMAM considera que sim. Paola diz
324 é exatamente porque os processos vão passar pela SMAM. Daniel diz que a SMAM tem que
325 cumprir a lei. Se a lei do Plano Diretor determinar que ali é uma zona que pode construir, pode
326 fazer o que for, a SMAM simplesmente vai ter que atender. Maria Carmen diz que não, a SMAM
327 pode ser mais restritiva, exemplificando que pode haver áreas de banhado, de área de
328 preservação permanente. Daniel diz que a SMAM pode ser restritiva, mas vai ter que apresentar
329 seus argumentos no momento certo. Rafael diz que é em cima dessas justificativas e dessas
330 construções técnicas que está sendo trazida essa manifestação. Está se buscando trazer o
331 máximo de informações a este fórum, para que a discussão enriqueça, ou seja, não é uma
332 questão de não reconhecimento ou de não aceitar as deliberações do Conselho, e sim de trazer
333 todas as informações discutidas fora do fórum para dentro do fórum. Além disso, é uma
334 oportunidade vista pelos técnicos que estão participando dessa construção de conciliar o que está
335 sendo pensado na administração municipal com o Plano de Manejo desta Unidade. Daniel
336 destaca que é na SMAM. Rafael responde que a SMAM faz parte da administração municipal.
337 Daniel opina que não se pode restringir, primeiro porque essa área está incluída na área do
338 CONSEMA, e segundo porque nós não podemos restringir sem uma posição oficial do município,
339 pois o município, pode inclusive, decidir posteriormente que essa área é Parque. Rafael pede que
340 os Conselheiros avaliem, dentro do que foi apresentado, e das considerações feitas, qual vai ser a
341 posição deste fórum, conciliar os planejamentos, ou manter como está, lembrando que,
342 mantendo-se como está, o Plano de Manejo fica menos restritivo, ficando a cargo de o município
343 decidir se vai querer ser mais restritivo ou não. Faz uma observação dizendo que na reunião que
344 originou a presente discussão, na qual Maria Carmen estava presente, junto com a PGM e
345 SMURB, que é a Secretaria responsável pelo planejamento do município de Porto Alegre,
346 levantou a questão de que essa área, não só é reconhecidamente ambientalmente sensível, como
347 existe uma Ação Civil Pública ajuizada também contra o Estado por permitir a construção da
348 estrada da AMOFLORES. Desse modo, o Estado está respondendo, sendo obrigado a cumprir
349 ações de mitigação dos impactos dessa estrada, que só vão ter efeito se a ocupação for rarefeita
350 naquela região. Salaria que hoje é somente o Estado que responde, mas é possível que venha
351 algum compromisso futuro ao município. Essa não deve ser a nossa linha principal de raciocínio,
352 mas deve ser esse ponto deve ser incluído nos critérios de avaliação para decisão sobre essa
353 zona. Patrícia diz que a situação é complicada, tivemos sempre uma dificuldade tremenda em
354 mobilizar o município, sim foi de última hora, e haviam decisões tomadas anteriormente, mas se
355 as coisas estão se encaminhando de forma a casar os dois planos, não vê porque não podemos,
356 pelo menos, ouvir a proposta e debater. E se o Conselho decidir pelo não, então é não, mas
357 deveríamos ouvir a proposta e sair desse bate e rebate. Solicita que se possa ouvir todas as
358 propostas que vierem, e então decide-se se votamos ou não. Daniel diz que isso foi feito, e
359 questiona se Maria Carmen teria algo mais a expor. Maria Carmen diz que não. Daniel diz que
360 houve o espaço, e que é muito saudável que a SMAM se faça presente, tendo em vista que
361 acompanhou no começo, mas depois desapareceu. Nestor sugere que, ao invés de ficar
362 subdividindo a área em zonas, deixasse uma contínua, para ser definido no Plano Diretor. Daniel
363 diz que restringir antecipadamente é complicado. Irmão Laurindo diz que, conforme já discutido
364 muitas vezes, há a necessidade de terminar o Plano de Manejo. Depois, se Porto Alegre quiser
365 alterar alguma coisa, pode fazer posteriormente. Salaria que são quinze anos de reuniões, e o
366 Plano tem que ser aprovado de uma vez. Maria Carmen destaca que o Plano de Manejo só pode
367 ser alterado na sua revisão. Cristiano diz que a questão dos prazos é importante, assim como é



importante a construção com Porto Alegre e os demais municípios. As coisas estão acontecendo agora porque o processo afunilou, e não tem mais como ficar empurrando com a barriga. Estamos nos encaminhando para ter um documento que nos respalde, saindo do cenário de ficar pedindo para liberar um caminhão de terra aqui e ali. No entanto, está faltando um passo a mais, para não perdermos a oportunidade, como aconteceu hoje. Primeiramente, os Conselheiros não estão levando a sério não comparecendo, e em segundo lugar, ficamos nos atendo a picuinhas, e não chegamos a discutir o que teríamos que discutir. Na sua visão, conforme já apresentado, está claro quais são os passos para a finalização do Plano da APA, o que está faltando é colocar isso em um cronograma, estabelecendo prazos para as etapas, comunicando as partes desse cronograma. Paola diz que isso foi feito nas reuniões com os municípios, foi informado que em junho haveria a reunião para a votação final do zoneamento, e as considerações deveriam se encaminhadas até este prazo. Por isso que disse anteriormente que não haverá mais proposta de alteração depois desse momento. Cristiano reforça que é necessário deixar claro, na forma de um cronograma, as etapas para finalização do Plano, estabelecendo prazos para a entrega de documentos, informando que, se os mesmos chegarem após o prazo estabelecido, não serão avaliados, pois é melhor ter um Plano não tão bom do que ficar sem o Plano. Assim, inclusive, valorizamos os municípios que vem participando bastante, como Eldorado. Luiz Morador concorda com a proposta, Eldorado precisa do Plano, porque quanto mais o tempo passa, mais restrições acontecem, e Eldorado está no miolo de tudo isso, ou seja, precisamos dessas regras o mais rápido possível. Patrícia sugere elaborar o cronograma e oficializar aos municípios, alertando para os prazos. Daniel diz que isso já foi feito. Cristiano pergunta onde está o cronograma. Daniel diz que o cronograma já foi apresentado diversas vezes. Não podemos ficar abrindo novas frentes, até porque, se o Plano não ficar perfeito, os municípios vão poder restringir. Cristiano diz que entendeu e concorda. Maria Carmen solicitou auxílio porque, se colocarmos a restrição no Plano da APA, reforça o planejamento do município, embora não tenha necessidade, pois a proposta é mais restritiva. Desse modo, o Plano Diretor pode contemplar essa proposta. Patrícia diz que o interessante para Porto Alegre é que os dois planejamentos fiquem bem alinhados, tendo em vista que a gestão das ilhas é muito complicada. Se não deixar isso muito bem costurado agora, deixar para a SMAM legislar depois, todos sabem a encrenca que isso vai dar. Então, o que puder ficar mais afinado, para nós que moramos aqui, é melhor. Daniel diz que o Plano de Manejo não pode interferir nos Planos Diretores municipais. Em Porto Alegre, toda essa zona é considerada reserva biológica e parque, ou seja, não daria nem para entrar. Por Alegre vem, ano após ano, governo após governo, sendo incompetente. Temos que entregar o Plano de Manejo logo para Porto Alegre e dizer que agora a bomba é deles, e entrar com Ações Públicas para fazer logo esse Plano Diretor. É uma desumanidade o que se faz com quinze mil pessoas que moram lá. Patrícia diz que é por isso a necessidade de alinhar, pois hoje não se sabe para quem se encaminham as coisas, é tudo confuso. Daniel diz que, se formos esperar por Porto Alegre, vamos passar mais dez anos aqui. Patrícia diz que por isso é importante estabelecer os prazos. Daniel diz que os prazos já venceram. Patrícia diz que se não fizermos esse cronograma, vamos passar reunião após reunião discutindo a mesma coisa, sem ter quórum. Rafael diz que todos conhecem bem o histórico, e muitos já estão envolvidos nesse processo há muito tempo. Diz que a sugestão do Cristiano é muito boa, e vamos buscar formas de encaminhar isso com a maior celeridade possível. Juramar destaca que as coisas que Maria Carmen trouxe não são novas. Veio agora como proposta da SMAM, mas faço uma constatação como Conselheiro de que essa zona do braço norte da ilha das Flores realmente é uma zona rarefeita, um local importante para ilhas, que, devido a construção ilegal de estradas, existem hoje ações, e, independente das deliberações do Conselho, essas ações estão correndo, e não adianta o Conselho deliberar sobre essas ações que antecedem as deliberações, o que pode causar complicação. Temos uma porta aberta de oportunidade para adequar o Plano Diretor, que hoje não existe, tanto é que o município trabalha em cima de especificidades quando se dá conta que tem que fazer as coisas, como no caso da realocação das pessoas pela nova ponte. O braço norte tem a função de absorver as águas, além de outras funções que tem que ser ditas, e que já foram ditas, e que nunca houve o entendimento. Entendemos que lá tem que ter uma APA, e não estou falando do Parque, que é uma APP, uma zona de proteção permanente. Mas as APAs também tem que ter suas zonas de



proteção, onde uma parte tem que ser preservada. Não podemos dizer que por ser uma APA podemos urbanizar toda ela. Moro na ilha das Flores, conheço aquele local há muitos anos, e nunca entendi porque aquela porteira daquele condomínio foi colocada lá, pois não deveria estar lá, inclusive com uma casa de zeladoria. Além disso, tentaram fazer o mesmo na rua dos Pescadores, que, por enquanto não foi adiante, pois houve posicionamento contrário dos moradores locais. Rafael diz que, como proposta de encaminhamento, será formatado um documento final e encaminhado para conhecimento dos Conselheiros. Todos tem conhecimento do zoneamento, as propostas apresentadas pelos municípios de Canoas e Eldorado não tiveram objeções, desse modo, elas voltam a ser apresentadas. Quanto às alterações do norte do bairro Picada e norte da ilha das Flores, as mesmas serão tiradas de pauta nesse momento. Káthia não concorda em retirar as propostas de pauta, pois não há quórum. Se tivéssemos quórum hoje, teríamos deliberado rápido, mas ficamos a tarde toda discutindo se as propostas seriam apresentadas ou não, se iriam para votação ou não. Não temos que ter medo de ir para votação, são somente duas propostas, uma apresentada pela SEMA, e outra que é de interesse da SMAM. Rafael diz que, então, formataremos um documento trazendo essas propostas de alteração para a votação. Daniel diz que para proposta três, foi sugerido que a mesma fosse retirada de pauta. A proposta 5, que não existe ainda, foi trazida pela Maria Carmen, é uma proposta nova, que não pode nem ser estudada aqui e agora. Luiz Morador diz que ela não foi uma proposta, só foi apresentada. Maria Carmen diz que veio apresentar essa proposta, mas se O Conselho entender que não é uma boa ideia voltar a discutir esse zoneamento, então não precisa, pois, como foi falado, o Plano Diretor vai detalhar. Rafael diz que, como encaminhamento, será elaborado documento com o zoneamento da APA, incluído as duas propostas de alteração em Eldorado e a proposta de alteração em Canoas, e as duas outras propostas serão trazidas na reunião para deliberar se acolhemos as mesmas ou não. Luiz Morador diz que vamos rediscutir, então. Rafael diz que, infelizmente não temos quórum para decidir isso, então não vê outro caminho. Daniel diz que Rafael pode colocar que a assembleia, por maioria, decidiu que as duas propostas não deveriam ser levadas para votação. Káthia diz que o grupo não decidiu que as propostas não vão à votação, o grupo não decidiu nada, sequer houve uma concordância. Daniel diz que havia entendido, em virtude da manifestação de Conselheiros, havia uma maioria a favor. Káthia diz que não há quórum. Nestor diz que pode ser deixado como uma zona única, e depois, se os municípios quiserem restringir, restringem. Káthia diz que, se vamos deixar tudo para o Plano Diretor, não precisamos fazer o Plano de Manejo. Sabemos que o Plano Diretor de Porto Alegre não considerou as ilhas como APA, então a Prefeitura não tem onde se guiar. O momento é esse, e se não aproveitarmos esse momento para aprovarmos uma diretriz mínima para o município, perdemos a oportunidade, pois revisão do Plano Diretor e desse Plano de Manejo não vai ter tão cedo. Luiz Morador diz que Eldorado vai fazer a revisão do Plano Diretor ano que vem. Rafael diz que Eldorado tem um Plano Diretor, e está pedindo para que o Plano de Manejo esteja conciliado com esse Plano Diretor. Porto Alegre é diferente, pois tem o Plano Diretor para essa área com regras mais restritivas, está indicando qual a sua intenção de alteração desse Plano Diretor, e está pedindo que o Plano de Manejo se concilie com essa futura alteração. Rafael solicita que em uma próxima reunião que tenha quórum, possamos pular a apresentação de todo o zoneamento, senão não vencemos a pauta. Káthia questiona como vai ser pulada essa etapa se houve Conselheiros que não compareceram. Rafael diz que todos os Conselheiros tiveram acesso ao documento completo. Rafael reforça para que todos os Conselheiros peguem o Ofício com Júlio, a fim de cancelar as representações, pois tentaremos encaminhar isso até a próxima reunião. A próxima reunião ordinária fica confirmada para o dia 09/07. Rafael solicita esforço maior na mobilização dos Conselheiros, para que na próxima reunião tenhamos quórum. Juramar diz que veio com uma expectativa de encaminhar as coisas, pois houve um chamamento dos Conselheiros. Rafael concorda, mas diz que isso não vem fazendo efeito, mas vamos buscar solucionar isso. Sem mais assuntos a serem debatidos, a reunião foi encerrada.

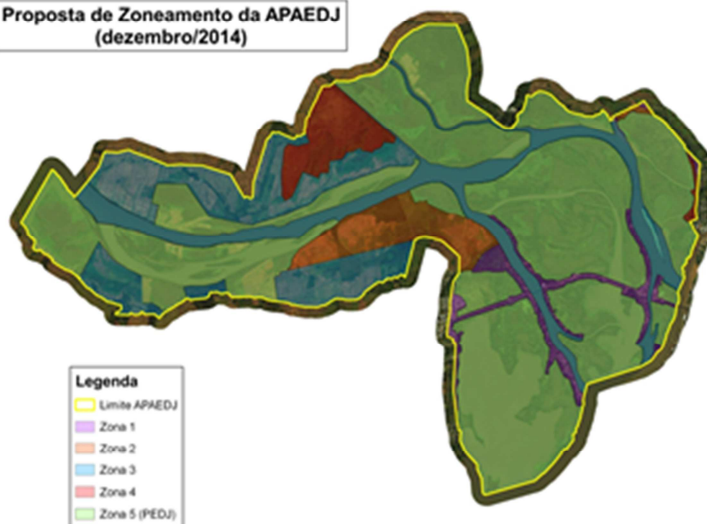
Apresentação realizada pela SEMA na Reunião



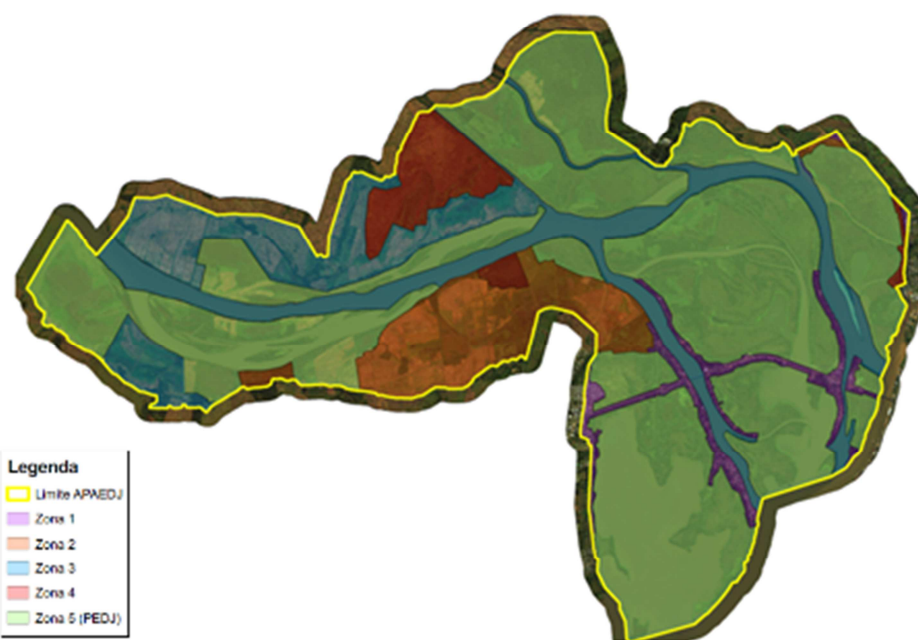
Proposta de alteração nas zonas conforme reuniões realizadas com os municípios (Canoas, Eldorado do Sul, e Porto Alegre)

- Proposta Atual das zonas da APAEDJ

Proposta de Zoneamento da APAEDJ
(dezembro/2014)



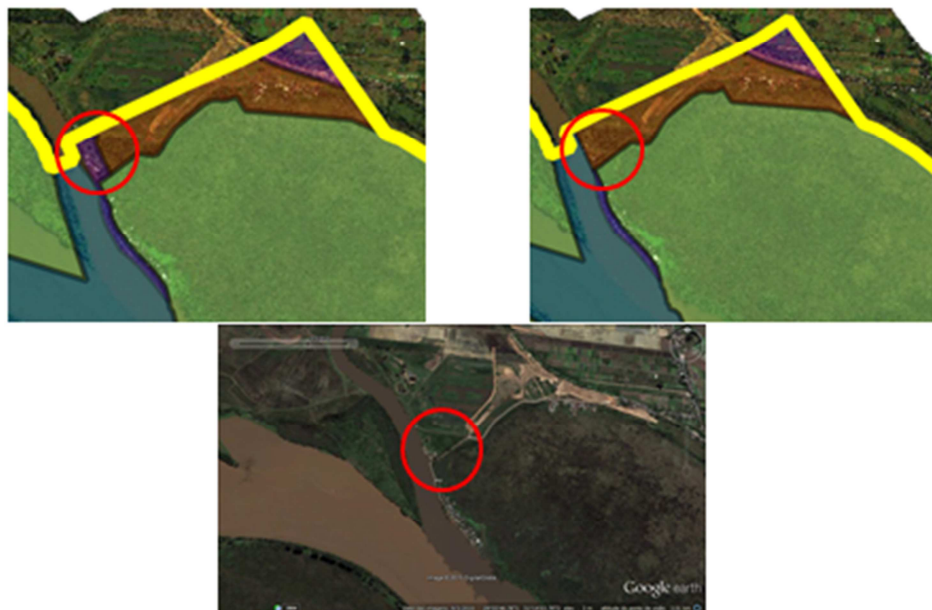
- Proposta a ser apreciada na reunião de 11/06/2015





- Detalhamento das alterações propostas

- Alteração 1: Zona 1 para zona 2 no município de Canoas

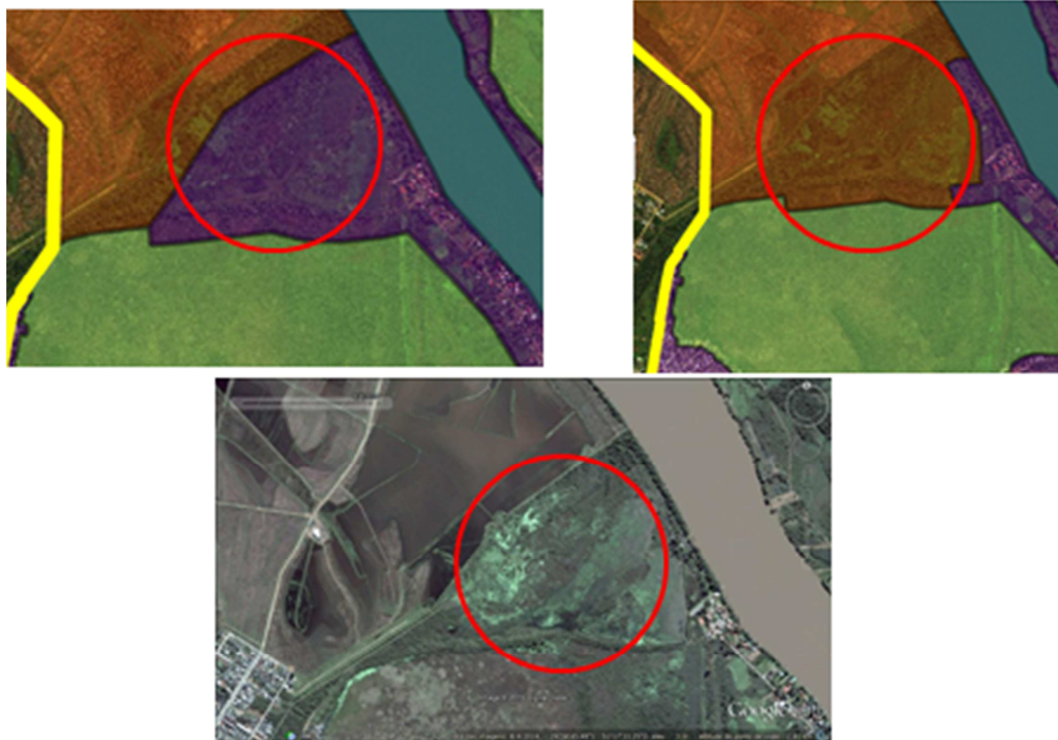


- Alteração 2: Zona 2 para zona 4 no município de Eldorado do Sul





- Alteração 3: Zona 1 para zona 2 no município de Eldorado do Sul



- Alteração 4: Zona 3 para zona 2 no município de Eldorado do Sul



Apresentação realizada pela representante do município de Porto Alegre na Reunião

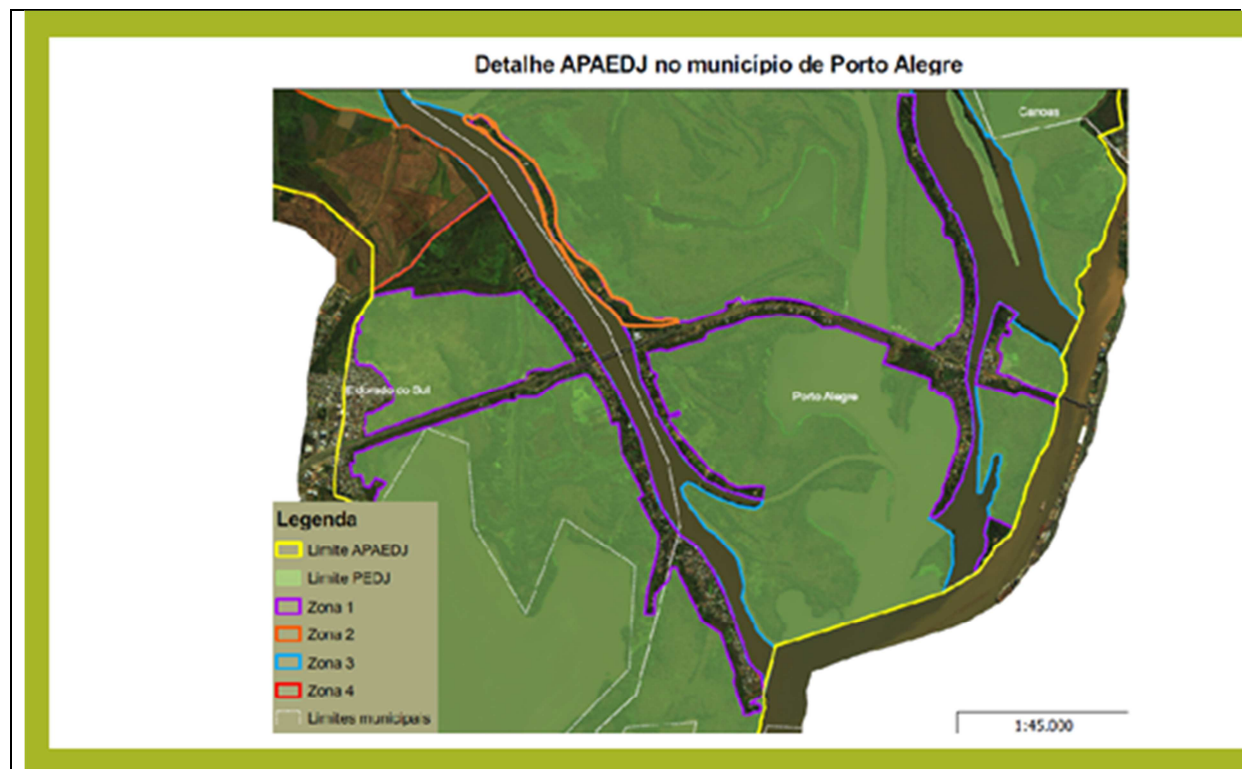



PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO DO ZONEAMENTO DA APA EM PORTO ALEGRE

Maria Carmen Sestren Bastos
SMAM/PMPA

Detalhe APAEDJ no município de Porto Alegre







Zona 1:

1.1.1 Descrição

Compreende os **núcleos de ocupação urbana** inseridos na APAEDJ, abrangendo porções de áreas localizadas no continente e nas ilhas, (...)


1.1.2 Objetivos

1.1.2.1 Contribuir para a regularização fundiária, promovendo a regularização das ocupações, de forma a prevenir e sanar os fatores desencadeadores de risco

"A área onde está delimitada a Zona 1 é ocupada, em grande parte, por assentamentos irregulares, carentes de regularização fundiária, localizados em APPs."

1.1.2.2 Estimular o **ordenamento** urbanístico

1.1.2.3 Estimular o **saneamento básico**



1.2 Zona 2

1.2.1 Descrição

Compreende áreas com características rurais, e áreas com ocupação urbana de baixa densidade.

1.2.2 Objetivos

1.2.2.1 Garantir a ocupação urbana planejada e adaptada às condições ambientais locais;

1.2.2.2 Contribuir para a regularização fundiária, promovendo a regularização das ocupações, de forma a prevenir e sanar os fatores desencadeadores de risco;

1.2.2.3 Adequar os usos, de forma que as atividades sejam realizadas de acordo com os objetivos da APAEDJ.

Paola Prates Stumpf
Técnica Ambiental DUC/DBIO
ID 2735407/02

Em 17/12/2015, a partir de áudio gravado na reunião



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

DEPARTAMENTO DE BIODIVERSIDADE
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Ata de Reunião do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí

1 Aos 09 dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, reuniram-se, na sede da APAEDJ, os
2 Conselheiros e demais interessados, conforme Lista de Presença em anexo. Rafael inicia a
3 reunião fazendo a verificação de quórum, informando que há quórum para deliberações. Destaca
4 que acredita ser a primeira reunião do ano em que iniciamos a mesma com quórum. Diz que,
5 conforme conhecimento dos Conselheiros, a pauta da reunião é a votação do zoneamento, e,
6 desse modo, iniciamos a reunião diretamente com a apresentação das propostas, e, na
7 sequência, informamos sobre os próximos encaminhamentos. Fazendo o resgate, informa que
8 será apresentada a proposta construída, que já é de conhecimento do Conselho, e cinco
9 propostas de alteração de zonas conforme resultado da rodada de reuniões com os municípios.
10 Rafael salienta que essas propostas foram apresentadas na reunião passada. Das cinco
11 propostas, três não geraram discordância entre os participantes. Uma das propostas, localizada
12 em Porto Alegre não ficou claro que a mesma vinha como proposta do município. A quinta
13 proposta será deixada por último a fim de avaliar se a mesma será considerada como proposta,
14 conforme argumentos debatidos na reunião passada. Após, propõe o horário final da reunião para
15 às 16h30min, mas fazendo o esforço para encerrar a reunião no horário regimental, 16h. Paola
16 inicia a apresentação lembrando que a pauta é fechar o zoneamento da APA. Paola apresenta,
17 no primeiro slide (apresentação anexa a esta Ata), a conformação das zonas resultantes da
18 proposta elaborada pela Câmara Temática. Explica a localização, características e objetivos de
19 cada uma das zonas. Essa proposta foi apresentada em uma rodada de reuniões com os
20 municípios, gerando 5 alterações, as quais devem ser apreciadas pelo Conselho, a fim de definir
21 se as alterações serão mantidas, para o fechamento do zoneamento, encerrando-se essa etapa
22 de elaboração do Plano de Manejo. Apresenta a proposta de alteração 1, no município de
23 Canoas, alterando área de acesso à Praia de Paquetá de zona 1 para zona 2. Rafael coloca a
24 proposta em apreciação, a qual foi aprovada por unanimidade. Paola apresenta a proposta de
25 alteração 2, localizada às margens do rio Jacuí no município de Eldorado do Sul de zona 2 para
26 zona 4, tendo em vista trata-se de remanescente de área úmida. Destaca que essa proposta foi
27 sugerida em reunião do Conselho. Rafael coloca a proposta em apreciação, a qual foi aprovada
28 por unanimidade. Paola apresenta a proposta de alteração 3, localizada ao sul da APA no
29 município de Eldorado do Sul, de zona 3 para zona 2. Destaca que a alteração proposta tem o
30 objetivo de adequar a zona com o Plano Diretor do município, que recentemente alterou a área
31 para zona urbana. Ivo Lessa questiona qual o perfil da área proposta para alteração. Rafael
32 responde que atualmente é constituída principalmente por lavouras de arroz, sendo uma área
33 baixa e suscetível a alagamentos. Rafael coloca a proposta em apreciação, a qual foi aprovada
34 por unanimidade. Rafael diz que a proposta de alteração 4 foi trazida pelo município de Porto
35 Alegre de forma oficial, e foi apresentada na reunião passada, que não tinha quórum. Paola
36 apresenta a proposta de alteração 4, consistindo em alteração de zona 1 para zona 2 no norte da
37 ilha das Flores, pela importância da área, e pelas características que a mesma apresenta
38 atualmente. Rafael complementa que essa área é caracterizada por ter uma baixa ocupação,
39 constituída como zona urbana dentro do Plano Diretor, mas faltam diretrizes urbanísticas, e há
40 proposta de discutir isso no âmbito do município. É uma área praticamente inserida toda em APP
41 de margem de rio, com áreas já ocupadas com construções, algumas passíveis de regularização,
42 e áreas com características naturais, como banhados e áreas baixas, suscetíveis à inundação,
43 como é característico da APA. Destaca que hoje não há restrições diretas à ocupação da área, e a



alteração proposta também não implicará em restrições diretas à ocupação. A alteração proposta apresenta diretrizes a fim de garantir uma ocupação mais organizada e adaptada às condições locais, quando ela for ocorrer. Destaca que a área em questão é conhecida pelo condomínio AMOFLORES e é objeto de Ação Civil Pública devido à construção irregular de estrada. Foi solicitado judicialmente que a gestão da APA se manifestasse sobre as medidas necessárias para garantir a manutenção das características naturais da área, minimizando os impactos gerados pela estrada. Dessa forma, existe uma preocupação legal da Secretaria em mitigar e/ou compensar os impactos gerados por essa ocupação. Desse modo a implantação de um regime diferenciado de ocupação é a forma de cumprir as obrigações legais que foram ajuizadas nesta Ação. Existe a determinação do CONSEMA na época da criação da APA de que essa área seria passível de ocupação, e a mudança para zona 2 não contraria essa determinação. Rafael é questionado se o Plano Diretor de Porto Alegre contempla as ilhas. Rafael responde que sim o Plano Diretor inclui as ilhas, o que falta são diretrizes urbanísticas, pois na época o Parque abrangia toda a região. Depois foi criada a APA, mas a revisão do Plano Diretor, posterior à criação da APA não contemplou essa discussão. Patrícia Salcedo complementa que, conforme o artigo 154 da lei do Plano Diretor, Porto Alegre estabeleceu prazo para elaboração das diretrizes urbanísticas da APA. Daniel diz que, com todo respeito aos representantes de Porto Alegre, e com a fala do Rafael, vota não a essa alteração porque esse assunto vem sendo discutido há 20 anos, e já diversas vezes foi determinado que essa área teria o mesmo tratamento das demais. Viemos para uma reunião sem termos sido informados previamente que essa proposta seria analisada, ou seja os proprietários e demais interessados nessa mudança não foram informados. Em relação a questão de APP, todo o delta é constituído por APPs. É sabido que o município de Porto Alegre ignora a questão das ilhas, está de costas para a região. Desse modo, como já foi definido diversas vezes que essa área seria tratada de forma igual às outras, não vê o motivo de estarmos impondo restrições agora, sendo que o município pode perfeitamente restringir em seu Plano Diretor quando quiser. Não entende porque e não concorda em incluir uma alteração polêmica, que veio de última hora, mesmo que sem más intenções, sem que seja feita uma discussão maior anteriormente. A proposta vem completamente fora de hora e fora de contexto, e por isso vota não para ela. Um morador da ilha das Flores diz que estranha Porto Alegre aparecer aos 48 minutos do segundo tempo para mudar algo que vem sendo discutido há muito tempo. Concorda que a parte norte da ilha das Flores é menos ocupada que a parte sul, mas já está densamente ocupada, toda loteada, e com diversas construções em andamento. Desse modo, se essa medida for tomada, ela será extemporânea, mal pensada e mal discutida, lembrando que, se for tomada, não foi dado voz a quem tem direito. Sérgio concorda com o que foi exposto anteriormente e destaca que essa área sempre foi tratada de forma igual às demais, inclusive, pessoas interessadas neste ponto específico estiveram aqui e acompanharam essas votações, porque isso já foi votado em reuniões anteriores, e, de repente aparece essa proposta. É muito bom que Porto Alegre tenha aparecido, mas não vê sentido em mudar isso agora, pois só vai gerar polêmica e acabar postergando o Plano de Manejo muito mais. Beatriz diz que, como foi colocado anteriormente, esse assunto já vem sendo discutido há muito tempo, então, o argumento de que existem interessados que não participaram da discussão não é válido. Houve oportunidade para a participação de todos, inclusive, foi dado tempo para as pessoas se manifestarem quanto a essas propostas. Então, é a favor da alteração, porque temos que pensar no nosso papel como Conselheiros, não estamos votando no nosso mundinho, a questão é mais abrangente, tanto que já votamos alterações para Eldorado e Canoas, por exemplo. A área é importante, e todos tem o conhecimento da situação atual enfrentada devido às ocupações desordenadas na região, tanto de pobres como de ricos, e isso não queremos mais, precisamos avançar. Desse modo, voto pelo sim, pelo tempo que viemos lutando por coisas que não queremos que aconteça mais. Juramar diz que está presente desde o início destas discussões, e sempre fui manifestadamente contra a ocupação dessa área. Tudo o que aconteceu ali foi fora da lei, e as coisas ainda funcionam ali fora da lei, e isso não é desconhecido pelos Conselheiros. Essa área tem uma funcionalidade, e vem sendo descaracterizada. Apesar de apresentar característica de baixa ocupação, por falta de fiscalização do poder público, a área vem sendo ocupada à revelia da lei, pois é isso que o poder econômico faz ele passa por cima da lei. Desse modo, essa proposta de passar de zona 1 para



zona 2 é a forma de sinalizar que ali é um território diferenciado, que as ocupações tem que ocorrer com a garantia da manutenção do meio ambiente. Então, voto sim, que seja alterado de zona 1 para zona 2. Ivo Lessa diz que estamos discutindo o óbvio, pois a ocupação na zona 1 e zona 2 está garantida, assim como a oportunidade de regularizar as ocupações que já existem. Então, entende que a proposta de alteração é válida. Rafael diz que existem mais duas pessoas inscritas para falar, e sugere que as pessoas façam suas manifestações, e avalie-se a abertura de novas inscrições. Élson – N. Sta. Rita diz que já houve bons argumentos a favor e contrários à proposta, não há necessidade de alongar o debate. Beatriz concorda, pois a pauta tem que ser votada. Nestor pede um esclarecimento, questiona se ao passar para zona 2 serão proibidas novas construções. É respondido que não serão proibidas novas construções. Nestor diz que, desse modo, não precisa alterar a zona, pois o próprio município vai poder restringir posteriormente, não precisamos colocar mais confusão no meio. Rafael diz que é essa a decisão que temos que tomar. Daniel diz que, em sua opinião, não foi dado o direito de defesa às pessoas. Beatriz diz que esse ponto já foi falado anteriormente. Daniel enfatiza que nas discussões anteriores, a área sempre foi tratada de maneira igual às outras, e entende essas alterações como uma penalização de proprietários, e que às vezes acaba causando indignação em relação à questão de ricos e pobres. Juramar responde que sua preocupação não é essa, e sim com o meio ambiente, pois a área não diz respeito somente aos proprietários. Daniel diz que em outras áreas, as quais provavelmente Juramar também é contra a ocupação, existem prejuízos muito maiores, pois na área em questão, os proprietários colocam seu filtro, sua fossa, e isso minimiza o impacto. Esse tipo de ocupação é muito mais inofensivo do tipo de ocupação que a SEMA tem permitido que aconteça. Devemos deixar para o município decidir sobre como ele quer ocupar a área. Cláudia questiona se essa alteração apareceu como proposta concreta hoje. Vários participantes se manifestam, uns dizendo que sim, outros dizendo que não. Rafael diz que isso foi discutido na reunião anterior, e foi trazida para essa reunião como proposta oficial. Beatriz propõe que a proposta seja colocada em apreciação. Paola diz que temos que definir o que achamos importante para a APAEDJ. Mantendo como zona 1, apenas remetemos ao município para que ele faça os regramentos no seu Plano Diretor. Mantendo como zona 2, a APA entra como um agente auxiliar ao município, com diretrizes para garantir a ocupação ordenada da área. Rafael complementa que a porção norte da ilha das Flores ainda apresenta áreas com características naturais, o que não ocorre na porção sul. Rafael coloca a proposta em apreciação. Nove Conselheiros votam a favor da alteração proposta, cinco Conselheiros votam em contrário à alteração proposta, e um Conselheiro abstém-se. Desse modo, a alteração foi aprovada por maioria de votos. A seguir, Rafael questiona se os Conselheiros são favoráveis à apresentação de uma proposta de alteração de zona pela SEMA, localizada ao norte do bairro Picada, no município de Eldorado do Sul. A proposta de alteração de zona 1 para zona 2 justifica-se por razões similares às do norte da ilha das Flores. A área em questão apresenta características naturais, não está densamente ocupada, então a Secretaria entende que é mais coerente manter a área como zona 2. Essa proposta surgiu em uma reunião realizada entre a SEMA e o município de Eldorado do Sul, o qual não se manifestou nem a favor nem contrariamente à proposta. Desse modo, questiona os Conselheiros se a proposta pode ser apresentada para ser posteriormente votada, ou se não a incluímos como pauta. Sérgio diz que não entende o motivo da SEMA estar apresentando essa proposta hoje, sendo que esteve sempre presente. Não entende o motivo de querer alterar algo que já foi votado, já foi apresentado em audiência pública, naquela realizada no Grêmio Náutico União, onde a área foi indicada como área para condomínios. Rafael diz que é por isso que está solicitando que a proposta seja pautada, está fazendo o seu papel como servidor da Secretaria. Daniel diz que a proposta não veio do município, e em conversa com o Secretário Adelar, quando eles entenderam a proposta se posicionou contrário à mudança. Desse modo, por ser uma proposta da SEMA apresentada de última hora, sendo que não há mais tempo hábil para apresentação de propostas, e pelo município ser contrário à alteração, a proposta não deve ir à votação. Maria Carmen diz que está tendo dificuldades em entender o que estamos fazendo aqui hoje, pois o Conselho é soberano, estamos aqui para deliberar, e os que estão presentes tem toda a liberdade para aprovar ou reprová-lo o que for apresentado. Não entendeu porque foi mencionado diversas vezes por alguns Conselheiros que o assunto já foi votado, e que isso já está decidido.



Daniel diz que isso foi votado na reunião de maio, inclusive uma reunião com quórum. Não podemos admitir que uma coisa que já foi definida a SEMA continue pautando até o Conselho mudar de opinião. Além disso, Eldorado é contra, e se a SEMA leva os municípios em consideração, que a SEMA ouça Eldorado. Luiz Morador diz que essa área está definida em Plano Diretor, que traz regramentos, define o que pode e o que não pode fazer no local. Daniel diz que entende que, com a manifestação do representante de Eldorado, é melhor manter como zona 1. Rafael diz que a SEMA está propondo essa alteração porque a área apresenta características similares às demais áreas enquadradas como zona 2, inclusive, foi esse o ponto apontado pelo Gabinete da Secretaria na reunião com Eldorado. Juramar destaca que trata-se da mesma situação da ilha das Flores, só que do outro lado do rio. Maria Carmen destaca que a área ainda está menos ocupada que o norte da ilha das Flores. Daniel enfatiza que Eldorado não pediu para mudar. Káthia questiona o que houve na reunião entre a SEMA e Eldorado. Luiz Morador diz que foi sugerido pela SEMA e não houve oposição. Daniel enfatiza que foi uma sugestão, e não um pedido vindo de Eldorado. Rafael coloca em apreciação a decisão de incluir a proposta na pauta de votação. Sérgio diz que isso já foi votado anteriormente. Rafael diz que traz um pedido de reconsideração da Secretaria. Sérgio questiona o que estamos fazendo aqui se isso já foi votado. Rafael pede a opinião dos demais Conselheiros, que se manifestam pela realização da votação. Rafael coloca em apreciação se a proposta será colocada em votação. Daniel enfatiza que essa proposta não foi apresentada pelo município, e que a SEMA está querendo mudar o jogo na última hora. Káthia opina que o Conselho não tem que discutir o mérito, vamos decidir se o Conselho aceita rediscutir essa área ou não. Rafael questiona que é a favor de colocar a proposta em apreciação. Oito Conselheiros são a favor de rediscutir a proposta. Seis Conselheiros são contrários a rediscutir a proposta. Dois Conselheiros abstêm-se. Rafael questiona se algum Conselheiro gostaria de se manifestar antes da proposta de alteração ser colocada em apreciação. Káthia diz que gostaria de ouvir alguma manifestação favorável dos Conselheiros, tendo em vista que, foram apresentados somente argumentos contrários à alteração. Maria Carmen diz que, apesar de conhecer pouco as áreas da APA fora da região das ilhas, tem muita experiência com Unidades de Conservação e Planos de Manejo, e o zoneamento deve ser coerente com a realidade local, e com os usos existentes, bem como deve representar um reflexo para os usos futuros. Nesse caso, fica estranho, e até constrangedor a gente dizer que uma zona é uma coisa, quando, visivelmente no mapa, ela é outra. Se essa área constitui uma zona urbana, ela deve ficar na zona 2, pois é alvo de um processo futuro de ocupação. Ela é diferente da zona 1, cujo planejamento principal é de regularização, e não de planejamento da ocupação. Desse modo, olhando o mapa, a área é propícia para ser zona 2. Ivo Lessa questiona ao representante do município qual o impacto para a Prefeitura em relação à área ser zona 1 ou zona 2. Daniel diz que implica em muito mais restrição. Ivo solicita a manifestação do representante do município. Luiz Morador diz que a área está definida no Plano Diretor, e apresenta regramentos, dentro dos quais estão previstos os licenciamentos necessários. Daniel questiona o que a Prefeitura prefere, zona 2, que é mais restritiva, ou zona 1. Luiz morador diz que toda essa área já tem uma característica mais restritiva. Na área em questão, existe a antiga estrada do Limoeiro, a qual vai ser reaberta muito em breve. É a área onde o município tem para crescer, mas a questão da restrição é definida pelo Plano Diretor. Daniel diz que ao ser zona 2, já vem com restrição, que sobrepõe a vontade do município. Sérgio questiona porque alterar uma área que já está como zona urbana no Plano Diretor, e é evidentemente importante para o desenvolvimento do município. A SEMA teve todo o tempo do mundo para apresentar isso, pois participou das discussões na Câmara Temática. Rafael diz que esse assunto sempre foi pontuado nas reuniões. Patrícia diz que o assunto foi discutido nas Câmaras Temáticas, e foi votado, inclusive com a previsão dessa área servir para realocações, ainda quando Danusa era a representante do município. Esse material, com a proposta de alteração para zona 2 foi recebido ainda na época do Maurício Scherer. Paola diz que está havendo confusão entre assuntos, que quem tiver interesse, pode acessar os relatórios, os quais contém o registro de todas as discussões feitas na Câmara Temática. Káthia diz que essa questão já foi vencida, porque já foi deliberado que a proposta vai à votação. Juramar diz que temos que analisar as coisas pela questão da funcionalidade, pois trata-se de um delta, e como Conselheiros, temos que ter isso claro, não podemos fugir disso. A



206 primeira questão que me motivou a integrar as discussões para a criação da APA foi a questão da
207 adequação humana para ocupação deste território. A área em questão não é nem rarefeita, ela
208 está desocupada, e tem uma funcionalidade, como freio da vazão do rio Jacuí, que fica
209 periodicamente submersa. Temos que relevar essas coisas antes de começar a descaracterizar
210 essa área. Se há uma proposta para incluir essa área como zona 2, a fim de dar maior relevância
211 a esse planejamento, melhor. A seguir, Rafael coloca em apreciação a alteração proposta,
212 lembrando que a proposta é alterar a área localizada ao norte do bairro Picada em Eldorado do
213 Sul de zona 1 para zona 2. Dez Conselheiros são a favor da alteração. Seis Conselheiros são
214 contrários à alteração. Não há abstenções. Desse modo, a alteração foi aprovada por maioria dos
215 votos. Rafael diz que, encerrando-se a votação, temos o zoneamento da APAEDJ. Temos agora,
216 a questão dos textos com as regras do zoneamento. Esses textos já foram apreciados pelo
217 Conselho. Daniel diz que os textos não, pois eles foram alterados depois de passar pelo
218 Conselho. Rafael diz que era isso que iria colocar a seguir. Paola diz que os textos com as
219 alterações foi enviado aos Conselheiros. Daniel diz que receberam os textos e já discordaram pois
220 o que foi alterado não apareceu, mas a SEMA faz sempre assim, que é um palhaço aqui. Rafael
221 diz que as alterações foram incluídas as alterações nos textos das normas e enviadas aos
222 Conselheiros. Daniel diz que foi colocado o que interessava, o que não interessava não foi
223 colocado. Paola questiona se Daniel está se referindo às normas. Daniel responde que sim que é
224 só ver o que vocês alteraram, tem fotos e tudo do que vocês fizeram, e agora alteraram um monte
225 de coisas, e omitiram coisas. Paola diz que agora é o momento de revisar essas alterações.
226 Daniel diz que já são 15h50min, é sempre assim, na última hora. Paola lembra que os textos
227 das normas foram repassados nas reuniões de março, abril e maio. Daniel diz para Paola olhar os
228 textos que foram repassados, e compará-los com os que foram enviados, pois não tem nada a
229 ver. Paola diz que no arquivo enviado, os dois textos podem ser visualizados ao mesmo tempo.
230 Na coluna da esquerda é apresentado o texto discutido nas reuniões, com marcações em
231 vermelho que correspondem às sugestões levantadas pelo Conselho. A coluna da direita é a
232 proposta de texto conforme as sugestões do Conselho, e na última coluna, está indicado quando
233 surgiu essa sugestão de alteração. Daniel faz a leitura do primeiro item, que trata dos objetivos da
234 zona 1, citando que foi omitida a questão de incluir o desenvolvimento urbanos nos objetivos,
235 conforme sugerido por Conselheiros na reunião em questão. Paola diz que, no exemplo citado por
236 Daniel, o que foi feito a partir da sugestão do Conselho, foi desenvolver um texto explicativo para
237 cada um dos objetivos, destacando que esse documento também foi enviado aos Conselheiros.
238 Sérgio diz que não entende porque tudo foi alterado, sendo que já havíamos redigido as
239 alterações nas reuniões, tem inclusive fotos comprovando isso. Paola diz que nas reuniões foram
240 redigidos os apontamentos, e depois o texto foi ajustado. A ideia desse próximo passo é conferir
241 se o texto está de acordo com os apontamentos. Maria Carmen diz que a ideia é fazer a
242 conferência do texto, não incluir alterações. Sérgio diz que se houver algum ajuste que não esteja
243 de acordo, o texto deve ser votado novamente. Paola dá alguns exemplos, lembrando a
244 dinâmica das reuniões, e como foi o procedimento para o ajuste dos textos. Daniel diz que leu o
245 texto com lupa, e sabe o que foi alterado, pois é o único que faz isso, o único que vem em todas
246 as reuniões e acompanha todas as tramoiás da SEMA. Diz que, tendo em vista que percebe que
247 não representa mais este Conselho, gostaria de renunciar à Vice-Presidência. Desse modo,
248 solicita incluir na pauta da próxima reunião a eleição de um novo Vice-Presidente, pois não tem
249 mais condições de lutar todos os dias contra as pequenas sacanagens que a SEMA prepara.
250 Então quem compactua com isso, que continue o trabalho. Beatriz pede para que se dê sequência
251 à pauta, pois deixou seu trabalho para fazer esse serviço comunitário como Conselheira. Desse
252 modo, solicita que seja feita a leitura dos textos, para ver se há ou não necessidade de alterações,
253 pois esse é o momento. Daniel diz que esse não é o momento e questiona se Beatriz fez a leitura
254 do mesmo e analisou as alterações propostas, tendo em vista que esteve ausente em algumas
255 reuniões. Beatriz questiona se, no entendimento de Daniel, tudo foi alterado. Daniel responde que
256 foi alterado só o que interessa para dificultar a urbanização dos setores. Maria Carmen solicita
257 que se deixe a SEMA mostrar os textos. Daniel opina que não, pois a SEMA vai aprontar outra,
258 mas a decisão é do Conselho. Irmão Laurindo diz estar indignado com a SEMA, pois faz quinze
259 anos, e centenas de reuniões, com todas as autoridades da SEMA, que toda hora mudam,



260 mudando a diretriz do trabalho. Diz que é contra o modo como vem sendo conduzido o trabalho.
261 Sempre se trabalhou com dois projetos, o Plano de Manejo da APA, onde tem moradores, e o
262 Plano de Manejo do Parque. No entanto, nesse “documentozinho” que vocês apresentaram, e que
263 está para ser assinado, colocam tudo na mesma panela. Esse Plano de Manejo que vocês
264 apresentaram está cheio de contradições, não vai passar, pois passam todos os problemas para a
265 Prefeitura. Diz que está há tempos buscando solução no CAR para que seja feita a poda de
266 árvores, pois está perigoso, pode machucar alguém pela janela do ônibus, e não tem solução, a
267 Prefeitura não assumiu as ilhas. Diz que até pode votar pela aprovação do documento para
268 acabar com a “lenga lenga”, mas ele não vai funcionar. Rafael lamenta que esse seja o
269 entendimento dos Conselheiros Laurindo e Daniel, mas vem tentando sempre tocar o processo da
270 forma mais transparente e mais participativa possível. Esclarece que a tentativa é deixar gravado
271 no Plano de Manejo da APA as responsabilidades de cada um dos entes políticos que tem
272 responsabilidades nesse território, pois as competências tem que ser respeitadas. Todos tem
273 conhecimento de que a região há tempos é bastante negligenciada, inclusive pela SEMA, mas
274 isso não justifica a criação de poderes paralelos, nem o repasse de atribuições para um ente que
275 não tem essa competência porque o ente responsável não cumpre as suas obrigações, pois isso
276 está errado, e acaba gerando mais confusão. Por isso o esforço de deixar claro a todos, quem é
277 responsável pelo que, à luz da legislação. Se alguém tiver um entendimento diferente desse, que
278 traga seu posicionamento para que possamos discutir nesse fórum. Finaliza dizendo que nunca
279 teve a intenção de desrespeitar, ou passar por cima de qualquer um, seja representante da
280 comunidade ou representante de um ente político. Pablo Gusmão se apresenta, e informa que
281 participou das reuniões da Câmara Temática para elaboração do Plano de Manejo como
282 representante de Triunfo. Diz que participou de todo o processo de construção do que está sendo
283 apresentado, e não fez uma conferência precisa comparando os textos, até porque não tem
284 motivo nenhum para duvidar, ou para achar que houve má-fé em alguma mudança que passou
285 por cima do que havia sido decidido anteriormente. Inclusive, opina que esse tipo de acusação é
286 grave. Então, o momento para trazer as inconformidades é agora, na conferência dos textos. Ivo
287 Lessa diz que sente-se em uma situação desconfortável no que se refere a análise de
288 documentos hoje, tendo em vista que Daniel, o qual foi eleito por nós como Vice-Presidente,
289 levantou algumas situações, envolvendo a Paola e o Rafael. Isso pode ser uma questão de
290 interpretação, mas entendo que a gente deve repensar a forma como o texto está sendo colocado,
291 pois não está funcionando dessa forma. Já estamos adiantados na hora, e hoje não temos
292 condições para fazer mais nada. Além disso, temos que resolver essa situação antes de seguir o
293 trabalho, porque tudo que fizermos daqui para frente não vai dar coisa boa. Diz que temos que
294 investir em um esforço concentrado para evoluirmos nessa situação, de uma forma compartilhada
295 e transparente. Devido aos acontecimentos de hoje, não temos condições de avaliar nada.
296 Pessoalmente, conhece a credibilidade do Daniel, assim como conhece o trabalho do Rafael e da
297 Paola. Desse modo, precisamos contornar essa situação a fim de dar sequência no trabalho, pois
298 a situação não está tranquila. Rafael diz que está de acordo. Káthia diz que está surpresa com a
299 entrada desse novo ponto de pauta, pois na pauta enviada estava a informação sobre os próximos
300 passos e assuntos gerais, e veio trazendo assuntos gerais. Diz que precisamos definir os
301 próximos passos agora enquanto temos quórum. Rafael questiona aos Conselheiros se agenda-
302 se uma reunião extraordinária para discutir os textos do zoneamento. Solicita o envio das
303 considerações pelos Conselheiros, especialmente para Daniel, para que isso possa ser
304 apresentado na próxima reunião, a fim de evitar qualquer desconforto na deliberação desse
305 assunto. Daniel solicita que seja pautada na próxima reunião a eleição de um novo Vice-
306 Presidente. Rafael diz que está registrado, mas a eleição deve ser realizada em reunião ordinária.
307 Fica agendada reunião extraordinária para o dia 23/07 cuja pauta única é a apreciação dos textos
308 do zoneamento. Paola diz que os documentos serão encaminhados novamente aos Conselheiros.
309 Rafael diz que o próximo passo, finalizando o zoneamento, é a apreciação dos programas de
310 gestão. Se houver tempo hábil, na reunião extraordinária, será apresentada a estrutura dos
311 programas de gestão da APAEDJ. A seguir, é aberto espaço para os assuntos Gerais. Káthia
312 questiona que está nomeado como gerente das duas Unidades de Conservação, pois não sabe a
313 quem se dirigir. Rafael responde que o responsável nomeado pelas duas Unidades é o colega



314 Júlio Rolhano. Káthia responde que ações estão sendo tomadas pela SEMA em relação às
315 ocupações irregulares nas ilhas, pois em reportagem que assistiu, existe uma enorme quantidade
316 de mansões que foram construídas de forma irregular. Solicita que essas respostas sejam
317 enviadas por escrito. Rafael diz que vai encaminhar essa solicitação esclarecendo que o
318 procedimento é autuar essas construções quando elas são identificadas, sendo encaminhada
319 documentação ao Ministério Público e Polícia Civil. Existe um grande passivo, que requer uma
320 ação específica, pois é um problema crítico. Beatriz diz que a comunidade já apresentou
321 documentação ao Ministério público de tudo que estava sendo construído irregularmente na
322 região, e a situação é monstruosa. A seguir, Luisa informa que está havendo esforço para a
323 reorganização do Conselho, tendo sido entregue ofício solicitando a indicação de representantes
324 das instituições. Até o momento estão faltando algumas indicações como a FARSUL, ONG
325 Amigos do Parque do Delta, Marina das Flores e a instituição de ensino e pesquisa. Káthia
326 questiona quando haverá novas eleições. Rafael diz que esse é um primeiro passo, após esse
327 recadastramento, vamos trazer à plenária a fim de organizar as eleições. Daniel diz que já faz três
328 meses que solicitou ao Júlio a entrega de um mapa com os limites do Parque e da APA, mas
329 ainda não foi atendido. Solicita o envio aos Conselheiros, pois precisamos saber o que a SEMA
330 considera como os limites do Parque e da APA. Rafael diz que não tinha conhecimento de que o
331 pedido não havia sido atendido, e vai providenciar. . Sem mais assuntos a serem debatidos,
332 Rafael encerra a reunião agradecendo a presença de todos, destacando a presença da equipe do
333 DNIT que está trabalhando na segunda ponte.

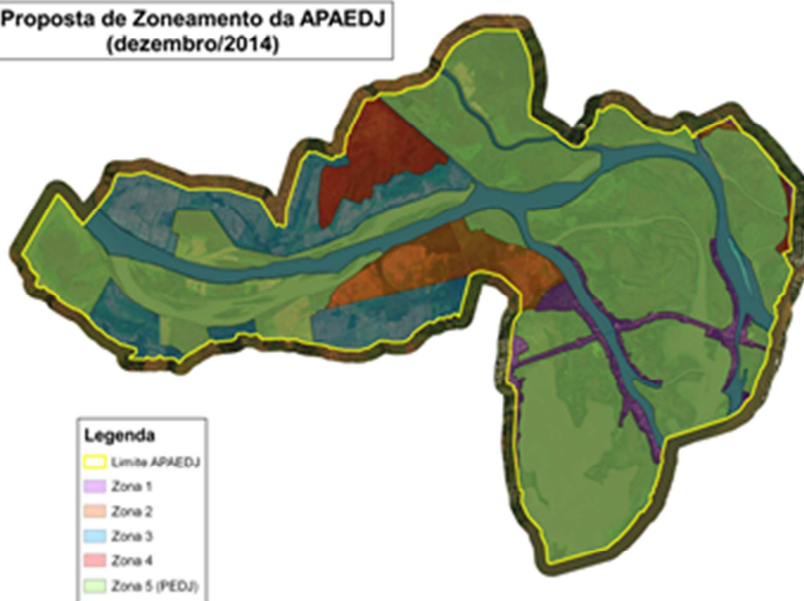


Apresentação realizada pela SEMA na Reunião

Proposta de alteração nas zonas conforme reuniões realizadas com os municípios (Canoas, Eldorado do Sul, e Porto Alegre)

- Proposta Atual das zonas da APAEDJ

Proposta de Zoneamento da APAEDJ
(dezembro/2014)





- Detalhamento das alterações propostas

- Alteração 1: Zona 1 para zona 2 no município de Canoas



- Alteração 2: Zona 2 para zona 4 no município de Eldorado do Sul





- Alteração 3: Zona 3 para zona 2 no município de Eldorado do Sul



- Alteração 4: Zona 1 para zona 2 no município de Porto Alegre no norte da ilha das Flores





- **Alteração 5:** Zona 1 para zona 2 no município de Eldorado do Sul ao norte do bairro Picada





Proposta de Zoneamento da APAEDJ		
Proposta de texto apresentada com as considerações do Conselho (em vermelho)	Proposta final de texto	Observações
Zona 1		
Objetivos - Contribuir para a regularização fundiária, promovendo a regularização das ocupações, de forma a prevenir e sanar os fatores desencadeadores de risco; - Estimular o ordenamento urbanístico; - Estimular o saneamento básico. (deixar evidente a questão do parcelamento do solo, deixando mais clara a visualização de que essa atividade é permitida nessa zona)	Para cada Objetivo, foi elaborado texto explicativo, que pode ser visualizado no item 1.1.2 do texto constante no documento_3	Proposta sugerida na reunião de 12/03
Normas		
Todas as novas construções, bem como o parcelamento do solo deverão respeitar o regime urbanístico constante nos Planos Diretores Municipais, bem como outras normas relacionadas, devendo ser respeitada a legislação pertinente às Áreas de Preservação Permanente	Todas as novas construções, bem como o parcelamento do solo deverão respeitar o regime urbanístico constante nos Planos Diretores Municipais, e demais normas relacionadas, devendo ser respeitada a legislação pertinente às Áreas de Preservação Permanente;	Proposta sugerida na reunião de 12/03
A atividade de parcelamento do solo para fins de instalação de condomínios e loteamentos só poderá ser autorizada mediante a garantia da adoção de sistema de tratamento e disposição do esgotamento sanitário em conformidade com os critérios e padrões ambientais estabelecidos pela legislação vigente	A atividade de parcelamento do solo para fins de instalação de condomínios e loteamentos só poderá ser autorizada mediante a garantia da adoção de sistema de tratamento e disposição do esgotamento sanitário em conformidade com os critérios e padrões ambientais estabelecidos pela legislação vigente;	Sem sugestões de alteração
Nas ocupações em Áreas de Preservação Permanente, deve ser assegurada a viabilidade da manutenção das ocupações existentes, por meio da promoção da regularização fundiária nos termos das leis 11.977/2009 (Programa Minha Casa Minha Vida) e 12.651/2012 (novo Código Florestal Federal) e demais legislações vigentes. (criar item separado para situações de ocupações nas faixas de domínio)	Nas ocupações em Áreas de Preservação Permanente, deve ser assegurada a viabilidade da manutenção das ocupações existentes, por meio da promoção da regularização fundiária nos termos das leis 11.977/2009 (Programa Minha Casa Minha Vida) e 12.651/2012 (novo Código Florestal Federal) e demais legislações vigentes que tratam sobre o tema;	Proposta sugerida na reunião de 12/03
	A faixa de domínio da BR 116/290 deve ser mantida em conformidade com as normas vigentes que tratam do tema, garantida a inclusão dos ocupantes da faixa de domínio, que se enquadrem na situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos programas de reassentamento promovidos pelos órgãos competentes.	Norma incluída para complementar a anterior, conforme sugestão feita na reunião de 12/03
O aterramento de lotes, com fins construtivos, deverá ser previamente autorizado pelo município, observado o regime hidrológico e o fluxo gênico da região	O aterramento de lotes, com fins construtivos, deverá ser previamente autorizado pelo município, observado o regime hidrológico e o fluxo gênico da região;	Sem sugestões de alteração
A pavimentação das vias públicas e privadas deve priorizar materiais que garantam a permeabilidade do terreno. Quando, de maneira justificada, não for possível atender aspectos de maior permeabilidade, o projeto deve contemplar soluções de drenagem compatíveis com a manutenção da qualidade ambiental	A pavimentação das vias públicas e privadas deve priorizar materiais que garantam a permeabilidade do terreno. Quando, de maneira justificada, não for possível atender aspectos de maior permeabilidade, o município deve exigir soluções de drenagem compatíveis com a manutenção da qualidade ambiental;	Sem sugestões de alteração
Deverão ser mantidos e garantidos os acessos públicos à orla atualmente existentes	Deverão ser mantidos e garantidos os acessos públicos à orla atualmente existentes;	Sem sugestões de alteração
As atividades relacionadas à triagem, transporte e armazenamento de resíduos sólidos urbanos devem ser praticadas exclusivamente em locais licenciados para tais atividades.	As atividades relacionadas à triagem, transporte e armazenamento de resíduos sólidos urbanos devem ser praticadas exclusivamente em locais licenciados para tais atividades;	Sem sugestões de alteração
No território das ilhas do Delta do Jacuí, as centrais de triagem de resíduos sólidos urbanos já existentes poderão ser regularizadas pelo órgão ambiental competente em até 24 meses a partir da homologação deste Plano de Manejo. Não serão autorizadas instalações de novas centrais.	No território das ilhas do Delta do Jacuí, as centrais de triagem de resíduos sólidos urbanos já existentes poderão ser regularizadas pelo órgão ambiental competente em até 24 meses a partir de 27 de outubro de 2014. Não serão autorizadas instalações de novas centrais;	Utilizada a data de homologação do Plano de Manejo do PEDJ, para deixar a norma igual nos dois Planos
O Termo de Referência de regularização de centrais de triagem na APAEDJ deve considerar, prioritariamente, os riscos de percolação de efluentes contaminados, a oferta indesejada de alimento para a fauna silvestre, e a disponibilização de habitat para espécies sinantrópicas	O Termo de Referência de regularização de centrais de triagem na APAEDJ deve considerar, prioritariamente, os riscos de percolação de efluentes contaminados, a oferta indesejada de alimento para a fauna silvestre, e a disponibilização de habitat para espécies sinantrópicas;	Sem sugestões de alteração
É proibida a instalação de atividades de triagem de resíduos sólidos da construção civil (RSCC)	É proibida a instalação de atividades de triagem de resíduos sólidos da construção civil (RSCC);	Sem sugestões de alteração
Os municípios devem elaborar plano de controle de zoonoses visando principalmente o controle de animais domésticos, considerando a adoção de mecanismos para que evitem a entrada de animais domésticos na área do PEDJ	Os municípios devem elaborar plano de controle de zoonoses visando principalmente o controle de animais domésticos, considerando a adoção de mecanismos para que evitem a entrada de animais na área do PEDJ;	Sem sugestões de alteração
Os empreendimentos do ramo terminal de minério devem adotar mecanismos que minimizem os impactos à APP da margem do rio Jacuí. Não será autorizada a instalação de novos empreendimentos deste ramo	Os empreendimentos do ramo terminal de minério devem adotar mecanismos que minimizem os impactos à APP da margem do rio Jacuí. Não será autorizada a instalação de novos empreendimentos deste ramo	Sem sugestões de alteração
	Os empreendimentos do ramo marinha serão autorizados somente se a área objeto do licenciamento ambiental possuir acesso direto ao rio ou canal, excetuando-se empreendimentos localizados na área de ocupação intensiva da ilha da Pintada	Proposta sugerida na reunião de 12/03



Zona 2		
Objetivos - Garantir a ocupação urbana planejada e adaptada às condições ambientais locais; - Contribuir para a regularização fundiária, promovendo a regularização das ocupações, de forma a prevenir e sanar os fatores desencadeadores de risco; - Adequar os usos, de forma que as atividades sejam realizadas de acordo com os objetivos da APAEDJ	Para cada Objetivo, foi elaborado texto explicativo, que pode ser visualizado no item 1.2.2 do texto constante no <i>documento_3</i>	
Normas		
A autorização para licenciamento de empreendimentos só poderá ser emitida se a área apresentar as normas de regime urbanístico, as quais devem prever: ocupação predominantemente residencial com atividades complementares à habitação, com baixa densidade de ocupação, baixa taxa de ocupação dos terrenos, e alta proporção de área livre permeável	A autorização para licenciamento de empreendimentos só poderá ser emitida se a área apresentar as normas de regime urbanístico, as quais devem prever: ocupação predominantemente residencial com atividades complementares à habitação, com baixa densidade de ocupação, baixa taxa de ocupação dos terrenos, e alta proporção de área livre permeável;	Sem sugestões de alteração
Serão autorizados somente os empreendimentos que, comprovadamente, por meio de projetos elaborados por profissionais habilitados para tal, não comprometam significativamente o fluxo natural das águas.	Serão autorizados somente os empreendimentos que, comprovadamente, por meio de projetos elaborados por profissionais habilitados para tal, não comprometam significativamente o fluxo natural das águas	Proposta sugerida na reunião de 16/04
É vedada qualquer intervenção que envolva a supressão ou alteração das características originais dos banhados identificados no mapa XXX – proposta de incluir essas áreas na zona 4		Norma excluída devido à alteração de zona
As atividades que requerem supressão de vegetação devem observar condicionantes que permitam a integridade e continuidade da conectividade entre as áreas úmidas do PEDJ	As atividades que requerem supressão de vegetação devem observar condicionantes que permitam a integridade e continuidade da conectividade entre as áreas úmidas do PEDJ	Sem sugestões de alteração
As áreas consolidadas com uso agrossilvopastoril às margens do rio Jacuí deverão recompor Área de Preservação Permanente mínima de 100 metros	As áreas consolidadas com uso agrossilvopastoril às margens do rio Jacuí deverão recompor Área de Preservação Permanente mínima de 100 metros	Sem sugestões de alteração
O acesso público à orla deve ser garantido nessa zona, sendo permitida a instalação de equipamentos públicos considerados de baixo impacto ambiental, conforme inciso X do artigo 3º da lei 12.651/2012 (novo Código Florestal Federal) – melhorar o texto de forma a deixar mais clara a intenção da norma (O acesso público, bem como seus espaços, devem ser garantidos e definidos, de acordo com o planejamento do município...)	O acesso público à orla deve ser garantido nessa zona, de modo que o regramento do regime urbanístico, no âmbito do planejamento municipal, deve prever os locais e formas de acesso. É permitida a instalação de equipamentos públicos considerados de baixo impacto ambiental nas Áreas de Preservação Permanente, conforme inciso X do artigo 3º da lei 12.651/2012 (novo Código Florestal Federal)	Proposta sugerida na reunião de 16/04
Os licenciamentos para atividades de irrigação na área da APAEDJ serão realizados mediante Termo de Referência estabelecido pelo órgão licenciador competente com a participação do gestor da UC	Os licenciamentos para atividades de irrigação na área da APAEDJ serão realizados mediante Termo de Referência estabelecido pelo órgão licenciador competente com a participação do gestor da UC	Sem sugestões de alteração
A aplicação aérea de agrotóxicos deverá respeitar uma distância mínima de 500 metros dos limites do PEDJ. Não será permitida a aplicação aérea de agrotóxicos em áreas situadas a uma distância mínima de 500 metros de povoações, cidades, vilas, bairros, mananciais de água para abastecimento de população e de 250 metros de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos animais	A aplicação aérea de agrotóxicos deverá respeitar uma distância mínima de 500 metros dos limites do PEDJ. Não será permitida a aplicação aérea de agrotóxicos em áreas situadas a uma distância mínima de 500 metros de povoações, cidades, vilas, bairros, mananciais de água para abastecimento de população e de 250 metros de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos animais	Sem sugestões de alteração
Não serão permitidos plantios comerciais com as espécies exóticas do gênero <i>Pinus</i> , e da <i>Hovenia dulcis</i> (uva-do-japão)	Não serão permitidos plantios comerciais com as espécies exóticas do gênero <i>Pinus</i> , e da <i>Hovenia dulcis</i> (uva-do-japão)	Sem sugestões de alteração
O licenciamento para o plantio de espécies exóticas invasoras deve observar o que dispõe a portaria estadual que trata das espécies exóticas invasoras do território do Rio Grande do Sul	O licenciamento para o plantio de espécies exóticas invasoras deve observar o que dispõe a portaria estadual que trata das espécies exóticas invasoras do território do Rio Grande do Sul;	Sem sugestões de alteração
As atividades de piscicultura com espécies exóticas devem adotar mecanismos que impeçam a dispersão de indivíduos no ambiente natural. Os criatórios existentes terão três anos a partir de 27 de outubro de 2014 para adequarem-se à norma, sempre observando o que dispõe a portaria estadual que trata das espécies exóticas invasoras no território do Rio Grande do Sul	As atividades de piscicultura com espécies exóticas devem adotar mecanismos que impeçam a dispersão de indivíduos no ambiente natural. Os criatórios existentes terão três anos a partir de 27 de outubro de 2014 para adequarem-se à norma, sempre observando o que dispõe a portaria estadual que trata das espécies exóticas invasoras no território do Rio Grande do Sul	Utilizada a data de homologação do Plano de Manejo do PEDJ, para deixar a norma igual nos dois Planos
Os empreendimentos que operam utilizando a margem do rio Jacuí devem adotar mecanismos que minimizem os impactos à APP correspondente	Os empreendimentos que operam utilizando a margem do rio Jacuí devem adotar mecanismos que minimizem os impactos à Área de Preservação Permanente correspondente	Sem sugestões de alteração
É proibida a instalação de empreendimentos do ramo terminal de minério	É proibida a instalação de empreendimentos do ramo terminal de minério	Sem sugestões de alteração
É proibida a instalação de indústrias de médio e alto potencial poluidor	É proibida a instalação de indústrias de médio e alto potencial poluidor	Sem sugestões de alteração
É proibida a instalação de empreendimentos de extração mineral	É proibida a instalação de empreendimentos de extração mineral	Sem sugestões de alteração



Zona 3		
Objetivo - Adequar os usos, de forma que as atividades sejam realizadas de acordo com os objetivos da APAEDJ		Sem sugestões de alteração
Normas		
É permitida a atividade de pesca, desde que praticada de acordo com as normas vigentes que tratam sobre o tema	É permitida a atividade de pesca, desde que praticada de acordo com as normas vigentes que tratam sobre o tema	Sem sugestões de alteração
É permitida a navegação e prática de esportes náuticos, desde que praticados de acordo com as normas vigentes que tratam sobre o tema	É permitida a navegação e prática de esportes náuticos, desde que praticados de acordo com as normas vigentes que tratam sobre o tema	Sem sugestões de alteração
É vedada qualquer intervenção que envolva a supressão ou alteração das características originais dos banhados identificados no mapa XXX aguardar manifestação de Eldorado		Norma excluída devido à alteração de zona
As atividades que requerem supressão de vegetação devem observar condicionantes que permitam a integridade (alterar para qualidade ambiental) e continuidade da conectividade entre as áreas úmidas do PEDJ	As atividades que requerem supressão de vegetação devem observar condicionantes que permitam a integridade e continuidade da conectividade entre as áreas úmidas do PEDJ	Mantido o termo integridade para manter o mesmo texto da norma da ZA do PEDJ e evitar confusão
As áreas consolidadas com uso agrossilvopastoril às margens do rio Jacuí deverão recompor Área de Preservação Permanente mínima de 100 metros	As áreas consolidadas com uso agrossilvopastoril às margens do rio Jacuí deverão recompor Área de Preservação Permanente mínima de 100 metros	Sem sugestões de alteração
Os licenciamentos para atividades de irrigação na área da APAEDJ serão realizados mediante Termo de Referência estabelecido pelo órgão licenciador competente com a participação do gestor da UC (destacar que a regra vale para os casos de renovação das licenças)	Os licenciamentos para atividades de irrigação na área da APAEDJ serão realizados mediante Termo de Referência estabelecido pelo órgão licenciador competente com a participação do gestor da UC. A renovação das licenças existentes fica condicionada ao atendimento do estabelecido no referido Termo de Referência	Proposta sugerida na reunião de 14/05
A aplicação aérea de agrotóxicos deverá respeitar uma distância mínima de 500 metros dos limites do PEDJ. Não será permitida a aplicação aérea de agrotóxicos em áreas situadas a uma distância mínima de 500 metros de povoações, cidades, vilas, bairros, mananciais de água para abastecimento de população e de 250 metros de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos animais	A aplicação aérea de agrotóxicos deverá respeitar uma distância mínima de 500 metros dos limites do PEDJ. Não será permitida a aplicação aérea de agrotóxicos em áreas situadas a uma distância mínima de 500 metros de povoações, cidades, vilas, bairros, mananciais de água para abastecimento de população e de 250 metros de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos animais	Sem sugestões de alteração
Não serão permitidos plantios comerciais com as espécies exóticas do gênero <i>Pinus</i> , e da <i>Hovenia dulcis</i> (uva-do-japão)	Não serão permitidos plantios comerciais com as espécies exóticas do gênero <i>Pinus</i> , e da <i>Hovenia dulcis</i> (uva-do-japão)	Sem sugestões de alteração
O licenciamento para o plantio de espécies exóticas invasoras deve observar o que dispõe a portaria estadual que trata das espécies exóticas invasoras do território do Rio Grande do Sul	O licenciamento para o plantio de espécies exóticas invasoras deve observar o que dispõe a portaria estadual que trata das espécies exóticas invasoras do território do Rio Grande do Sul	Sem sugestões de alteração
As atividades de piscicultura com espécies exóticas devem adotar mecanismos que impeçam a dispersão de indivíduos no ambiente natural. Os criatórios existentes terão três anos a partir de 27 de outubro de 2014 para adequarem-se à norma, sempre observando o que dispõe a portaria estadual que trata das espécies exóticas invasoras no território do Rio Grande do Sul	As atividades de piscicultura com espécies exóticas devem adotar mecanismos que impeçam a dispersão de indivíduos no ambiente natural. Os criatórios existentes terão três anos a partir de 27 de outubro de 2014 para adequarem-se à norma, sempre observando o que dispõe a portaria estadual que trata das espécies exóticas invasoras no território do Rio Grande do Sul	Utilizada a data de homologação do Plano de Manejo do PEDJ, para deixar a norma igual nos dois Planos
Os empreendimentos que operam utilizando a margem do rio Jacuí devem adotar mecanismos que minimizem os impactos à APP correspondente	Os empreendimentos que operam utilizando a margem do rio Jacuí devem adotar mecanismos que minimizem os impactos à Área de Preservação Permanente correspondente	Sem sugestões de alteração
É proibida a instalação de indústrias de médio e alto potencial poluidor	É proibida a instalação de indústrias de médio e alto potencial poluidor	Sem sugestões de alteração
É proibida a instalação de empreendimentos de extração mineral	É proibida a instalação de empreendimentos de extração mineral	Sem sugestões de alteração
A autorização para a execução das atividades de dragagem de implantação, manutenção, mineração e recuperação ambiental dos canais de navegação será concedida pelo Capitão dos Portos, após a obtenção, pelo interessado, do respectivo licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental competente; seguindo o disposto em NORMAN (Normas de Autoridade Marítima) específica.	A autorização para a execução das atividades de dragagem de implantação, manutenção, mineração e recuperação ambiental dos canais de navegação será concedida pelo Capitão dos Portos, após a obtenção, pelo interessado, do respectivo licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental competente; seguindo o disposto em NORMAN (Normas de Autoridade Marítima) específica	Sem sugestões de alteração
O descarte de água de lastro deverá seguir normas e diretrizes estipuladas em NORMAN específica da Autoridade Marítima – destacar que trata-se de navegação comercial	O descarte de água de lastro deverá seguir normas e diretrizes estipuladas em NORMAN específica da Autoridade Marítima	A referida NORMAN (NORMAN 20 - DCP) já isenta embarcações de esporte e recreio
Todas as embarcações deverão adotar medidas preventivas quanto à contaminação das águas durante o abastecimento, troca de óleo e limpeza, devendo cumprir o estabelecido em regimento específico da Administração do Porto ou Terminal.	Todas as embarcações deverão adotar medidas preventivas quanto à contaminação das águas durante o abastecimento, troca de óleo e limpeza, devendo cumprir o estabelecido em regimento específico da Administração do Porto ou Terminal	Sem sugestões de alteração
As embarcações de transporte de carga deverão adotar medidas preventivas para evitar o despejo dos produtos nas águas durante o carregamento/descarregamento, respeitando normativas e procedimentos estabelecidos pela Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul e respectivas portarias	As embarcações de transporte de carga deverão adotar medidas preventivas para evitar o despejo dos produtos nas águas durante o carregamento/descarregamento, respeitando normativas e procedimentos estabelecidos pela Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul e respectivas portarias	Sem sugestões de alteração



Zona 4		
Objetivo - Assegurar a conservação de ambientes de áreas úmidas relevantes, constituídas por banhados íntegros, a fim de garantir a conectividade com os ambientes do PEDJ		Sem sugestões de alteração
Normas		
É vedada qualquer intervenção que envolva a supressão ou alteração das características originais dos ambientes que compõem a zona	É vedada qualquer intervenção que envolva a supressão ou alteração das características originais dos ambientes que compõem a zona	Sem sugestões de alteração
É permitida a prática de atividades ambientalmente sustentáveis e de baixo impacto, que não envolvam supressão nem descaracterização da cobertura vegetal existente, como pecuária, exploração agroflorestal e coleta de produtos não madeireiros	É permitida a prática de atividades ambientalmente sustentáveis e de baixo impacto, que não envolvam supressão nem descaracterização da cobertura vegetal existente, como pecuária, exploração agroflorestal e coleta de produtos não madeireiros	Sem sugestões de alteração
	Poderão ser autorizadas atividades referentes à manutenção e ampliação das estruturas de saneamento existentes, referentes à captação e adução de água no município de Canoas	Norma incluída por manifestação da CORSAN na Audiência Pública do Plano de Manejo do PEDJ

Paola Prates Stumpf
Técnica Ambiental DUC/DBIO
ID 2735407/02

Em 05/01/2016, a partir de áudio gravado em reunião.



**ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL**
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

**DEPARTAMENTO DE FLORESTAS E ÁREAS PROTEGIDAS
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

**Reunião Ordinária nº 01/2016 do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental
Delta do Jacuí**

Ao décimo quarto dia do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às treze horas e trinta minutos em primeira chamada e quatorze horas em segunda chamada, reuniram-se na Sede Administrativa da APA Delta do Jacuí, os membros do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí para a Reunião Ordinária, convocada pelo Presidente do Conselho Deliberativo, Sr. Rafael Caruso Erling. Estavam presentes as entidades através de seus representantes e visitantes conforme lista de presenças.

O Presidente do Conselho Deliberativo, Sr. Rafael Erling, deu início à reunião dando as boas vindas aos Conselheiros, se apresentou como chefe da Divisão das Unidades de Conservação e presidente deste conselho, para aqueles que não o conheciam. Falou sobre as novidades, o sistema de som que foi um pedido feito pela equipe de administrativos para melhor acompanhamento das reuniões e facilitar a produção das atas. Também estão contando com o auxílio de mais servidores nas reuniões para facilitar o registro das atas. Tudo isso como forma de corrigir as falhas do passado. Antes de fazer um relato sobre o histórico do conselho e o porquê da interrupção das reuniões, primeiramente fez uma manifestação e um pedido a todos. Explica que naquele momento falaria como membro representante da secretaria e que em nenhum momento houve a intenção da secretaria ou da equipe desta unidade, de impedir o andamento do processo de plano de manejo ou impedir a participação de nenhum dos representantes aqui presentes. Então se houve algum transtorno ou equívoco na condução do processo no passado, estão tentando corrigir neste momento. Como todos sabem o plano de manejo da Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí está em fase de construção desde dois mil e quatorze. E como está em fase avançada essa construção do plano de manejo do Parque Delta do Jacuí, foi iniciada a construção do plano da APA do Delta do Jacuí. E esse assunto tem dominado as reuniões deste conselho, pelo envolvimento e pela responsabilidade que este conselho tem de acompanhar e aprovar o plano de manejo antes da sua publicação. É fato e ele reconhece aqui publicamente esse fato, de que as reuniões não estavam sendo conduzidas adequadamente. Houveram falhas em alguns instrumentos como na questão das convocações com pautas claras e a produção das atas. Então voltaram a última reunião que foi no mês de agosto de dois mil e quinze. Foi decidido paralisar as atividades deste conselho e a construção do plano de manejo para



buscar a informação do que havia acontecido nas reuniões anteriores e registrar isso para poder deixar claro e documentado esses acontecimentos. Explica que foi o que aconteceu, ele se comprometeu naquela data em produzir as atas das reuniões, que estavam sem as atas produzidas. E inicialmente produziu as últimas três atas, para que pudesse retomar os trabalhos e ter claro o que estava acontecendo. Naquela reunião foi contestada a votação de algumas propostas de alteração do zoneamento do plano de manejo da APA do Delta do Jacuí. Explicou que todas as gravações das reuniões existem, estão armazenadas, então as informações não estão totalmente perdidas. Na verdade já foi feita a gravação, a leitura de todas as atas, mas como as gravações são muito longas, porque as reuniões são longas e ainda falta refiná-las para poder encaminhar aos conselheiros. Como o processo estava sendo conduzido por ele, na sua percepção identificou, após verificar as convocações, as gravações e produzindo as atas dessas reuniões, que aquelas duas propostas contestadas que serão esclarecidas a seguir, não tinham sido apresentadas previamente. O conselho não estava devidamente informado de que as propostas seriam deliberadas naquela data que foi a reunião de julho. Entende que a contestação que aconteceu na reunião de agosto é válida e decidiu, ele, Rafael como chefe da divisão, voltar atrás nessa decisão. Entende que foi apreciado por este conselho mas que foi apreciado de uma forma incorreta, ou seja, sem ter sido apresentada previamente a todos. Explica que não está anulando as propostas, mas se houver entendimento de algum conselheiro em trazer esse assunto de volta a pauta, poderão colocar novamente em apreciação, mas agora seguindo os ritos processuais e previstos no regimento interno deste conselho. Pediu a todos os conselheiros que quiserem se manifestar usem o microfone e já vai corrigir a forma de condução da reunião, estão só concluindo o relato. Pediu que os conselheiros aguardassem que ele já iria passar a palavra àqueles que quisessem se manifestar, pois já estão quase entrando no primeiro assunto de pauta. Mas antes de entrar neste assunto ele fará uma leitura da convocação da ata proposta para essa reunião de hoje. O ofício de convocação foi enviado no dia seis de abril, informando que a reunião se realizaria nesta data de hoje, quatorze de abril às treze e trinta primeira chamada, às quatorze horas em segunda chamada na sede administrativa do Parque da APA Delta do Jacuí e a pauta será a seguinte: A apreciação das atas das reuniões dos dias onze de junho de dois mil e quinze, nove de julho de dois mil e quinze e treze de agosto de dois mil e quinze. Segundo ponto: apreciação do zoneamento da APA Delta do Jacuí, sem as alterações contestadas da reunião do dia treze de agosto de dois mil e quinze. Terceiro item: apreciação das normas para o zoneamento do plano de manejo da APA. Quarto item: encaminhamentos para eleição do vice-presidente e o último item assuntos gerais. E já informa que ele tem dois relatos para assuntos gerais de dois ofícios enviados a Procuradoria Geral do Estado. Retomando, antes de fazer a apreciação das atas e passar para a pauta do zoneamento, informou que vai passar a palavra a dois conselheiros que desejam se manifestar. **Liane** - se apresenta e informa que tem dúvida e quer um esclarecimento sobre essa votação que já teve, se foi cancelada por Rafael, ela quer entender isso. **Rafael Erling** – informa que a questão de cancelar a votação, não foi decidida por ele, foi uma análise do histórico da reunião, o entendimento que ele teve, é que aquelas duas propostas votadas não estavam de acordo com o que prevê o regimento interno do conselho que é: para votação os pontos devem ser informados



previamente para apreciação deste conselho, o que não ocorreu. Foi isso que foi contestado na reunião de agosto. A validade daquela votação foi contestada por dois conselheiros e por representantes dos moradores da parte norte da Ilha das Flores e está sendo reconhecida neste momento por este presidente deste conselho. **Juramar Vargas** – pergunta se então o Rafael quis dizer que as propostas podem ser rediscutidas e Rafael informa que sim. **Daniel Santa Catharina** - a princípio o que o Rafael está reconhecendo é que as propostas que vão ser votadas em relação a zoneamento ou qualquer outro assunto, elas previamente tem que ser apresentadas a este conselho para que os conselheiros possa analisar e tomar a decisão correta. Não que a decisão anterior não tenha sido correta, mas o que diz a SEMA não é correto trazer uma proposta no dia da votação para apreciar e votar o conselho deve conhecer a proposta antes da votação. Parabeniza o Rafael pela decisão e diz que isso é muito democrático e bom que os conselheiros tenham essa segurança que não vai cair de paraquedas uma proposta para votação sem que o conselho tenha tempo para conhecê-la. Também aproveitou para pedir um esclarecimento sobre a pauta: o que significa realmente a palavra apreciação? Porque aqui eles tem várias apreciações e ele ficou em dúvida se apreciação é conhecimento ou é decisão e voto? Mantendo essa nova linha da SEMA, algo que vai ser votado deve ser encaminhado com antecedência, é a interpretação dele. E gostaria de propor com relação as atas, já que este conselho não tem tempo de ler ata, que elas fossem aprovadas provisoriamente, sujeitas a alguma contestação encontrada nas gravações que possam aparecer. Então os conselheiros terão acesso as gravações das atas e ouvindo as atas poderão encontrar alguns pontos e fazer suas contestações. Acha que isso faz ganhar tempo e segurança para todos os conselheiros, inclusive para a própria SEMA. **Rafael Erling** – sobre as gravações todas elas estão disponíveis para quem desejar, só que são arquivos digitais e são muito pesados não tem como ser enviadas por e-mail. Estão disponíveis para acessar na sede do Delta, ou na SEMA em Porto Alegre. Quem quiser uma cópia em cd deve solicitar antes, pois não poderão ser gravadas várias cópias sem solicitação, isso não faria sentido, ou no caso também pen-drive. É só procurar com o Júlio no Parque, ou com ele na sede em Porto Alegre. Mas esclarece que sempre é bom dar uma ligadinha antes para não perderem a viagem. Responde a outra questão que foi colocada pelo Daniel sobre apreciação. Rafael entende por apreciação, na verdade ele falou em apreciação apesar de ser uma deliberação em assembleia, porque não há dois pontos para serem aprovados. A apresentação que fará a seguir é como ele entende que ficou o zoneamento neste momento, para depois retomem essa discussão se for o desejo de qualquer conselheiro. E como está hoje, as regras de zoneamento. Essas construções, como não há nenhuma informação nova e não tem duas opções, é uma questão de validar ou não o que está posto neste momento, então foi por isso que ele colocou como apreciação. E perguntou se todos compreendem bem dessa forma ou se há alguma discordância nesse sentido. Todos concordam. E volta a manifestação sobre Z.A, dizendo que sim as alterações não estão descartadas. Hoje a intenção é fazer apresentação de como está o zoneamento, todas as questões que foram apresentadas e não houve contestação e não houve divergência de todos os conselheiros, ou seja, as questões não polêmicas estão sendo apresentadas aqui hoje. E repetiu, não validado ainda para sair o documento final, isso só vai ocorrer quando trouxerem o documento final para a apreciação deste conselho.



Isso é só a forma como ele entende que está o zoneamento hoje para poderem dar os próximos passos. Após a apresentação havendo interesse de qualquer um dos conselheiros ou dos municípios ali envolvidos, que nessa rodada onde eles paralisaram o processo, se quiserem trazer de novo a proposta de alteração, será enviada para informação e vão incluir em pauta da reunião. É isso que ele entende que não houve naquele momento, por isso entendeu que era válida a contestação que aconteceu na reunião de agosto. **Juramar Vargas** – apesar de terem discutido todo esse caminho a questão e citou o exemplo do norte. Ele havia entendido que essa proposta, como havia uma câmara temática com a participação de conselheiros, e havia toda uma discussão com os municípios. Informou que nessas discussões com os municípios ele não participou. Entendeu também que essa proposta era questão da parte norte da Ilha das Flores e que veio do município. E que veio junto com a questão do planejamento da cidade que eles terão que ser inseridos também. Ele entendeu que não vinha ao contrário do que eles especificamente das comunidades dos pescadores e eles como moradores e ele como fundador de instituições tradicionais uma como indígena e outra como Ribeirinho, quis deixar claro que ele não caiu de paraquedas para discutir essas questões, não é o dono do lugar mas pertence aquele lugar. Pertence, não é dono de nada, mas pertence. Então é isso que ele quer ter o entendimento, não estão nem contra A nem contra B, eles tem uma proposta em que se alinhe com essa proposta de Porto Alegre, que ele nem sabe se é uma proposta oficial. **Rafael Erling** – é exatamente isso que ficou entendido. Essa proposta não entrou como proposta do estado. Ela foi apresentada previamente na reunião de junho, mas não havia quórum. E na reunião de julho foi apresentada pela representante do município, naquele ato sim já nomeada com indicação oficial o representante, mas a proposta não foi enviada previamente aos conselheiros e é por isso que ele entende que a votação não foi válida. Primeiro não foi informado que ela seria apresentada e segundo não foi informado que seria deliberado sobre isso. Repetiu que a proposta não está invalidada, e se o município desejar reapresentar essa proposta, eles vão reanalisar e colocar em votação novamente. O plano ainda está aberto e obviamente eles não pretendem parar a execução do plano. Existe uma necessidade de concluir esse processo sim, existe uma ação judicial pedindo a conclusão deste processo sim. Mas também o juiz e o Ministério Público estão informados da necessidade da participação da sociedade nessa construção. Então entregar um plano de manejo construído pela SEMA ou por uma empresa de consultoria não é o interesse e estariam burlando o processo de construção do plano de uma área de proteção ambiental. Só que enfim tem essa questão judicial transcorrendo e que ele vai falar sobre isso mais adiante. Mas esse é o entendimento dele hoje, não está entrando no mérito da proposta, só estava tentando preservar a validade das decisões tomadas dentro da plenária. **Kátia Monteiro** – mais uma vez estamos discutindo, discutindo, discutindo e não estamos informando o ponto de pauta, aprova ou não aprova, Daniel, pode aparecer na próxima reunião para ser discutida novamente. **Rafael Erling** – informou que vai manter a última manifestação e depois vai passar para os pontos de pauta. **Vânia** – falou que na verdade quis se manifestar porque a reunião está sendo gravada e acha importante fazer dois questionamentos ao Rafael. Primeiro se na reunião de hoje eles já terão acesso a ata ou vão ficar aguardando as atas que ainda não foram transcritas. Rafael esclarece que a ata de hoje já estará disponível na próxima



reunião. O outro ponto é parabenizar Rafael porque ele estava conduzindo muito bem a reunião e a SEMA não poderia fazer um plano de manejo sem a avaliação do conselho, mesmo que o Ministério Público mande porque a lei diz isso a APA Delta do Jacuí possui um conselho deliberativo e não consultivo. Ele delibera, então tudo tem que passar pelo conselho antes de ser aprovado. **Rafael Erling** – respondeu dizendo que sim, foi exatamente o que ele disse. Esclarece a questão das atas, que três atas já foram enviadas e a ata desta reunião estará sendo enviada assim que for concluída para apreciação na próxima reunião. Passa para o primeiro ponto de pauta que é exatamente a apreciação das três últimas atas.

Pauta 1 – Apreciação das três últimas atas

Rafael Erling – como foram enviadas na convocação, foi pedido que não se fizesse a leitura das atas naquele momento e informa que ele não recebeu nenhuma contestação ou sugestão de alteração. Perguntou a plenária se há algum questionamento sobre as atas enviadas. **Kátia Monteiro** – Rafael não é assim a votação. A votação é: quem aprova, quem concorda com tal proposta. Nesta altura do encaminhamento, discutir não, quem leu leu, quem não leu não leu. **Liane** – informou que não é essa a questão. A questão é que ela não recebeu a ata. **Kátia Monteiro** – pediu para que Liane fale bem alto que não recebeu, para constar em ata, porque isso tem que constar em ata se alguém não recebeu tem que constar em ata. Tem ser informado na reunião que tem gente que não recebe, para que possam tomar uma atitude. **Rafael Erling** – verificou quais os conselheiros não receberam as atas, Liane, Nazaré e xxxx e a suplente do Sérgio. E surgiram dúvidas quanto ao recebimento dos e-mails se o titular recebe e passa para o suplente ou é só o titular que recebe, como o suplente é cientificado. **Rafael Erling** – as duas formas cabem, tanto ao titular repassar ao suplente e informá-lo quando não vai estar presente quanto a secretaria executiva do conselho de enviar para todos os titulares e suplentes as convocações e as atas. Informou que serão conferidos os contatos de quem não recebeu para devida correção e salientou que seria interessante todos conferirem seus contatos, aproveitando a questão. Coloca em deliberação quem estava de acordo com as atas e aprova as atas. Daniel tentou se manifestar, mas Rafael e Kátia dizem que naquele momento estava em votação as atas. **Kátia Monteiro** – caso a ata não seja aprovada ela volta para os conselheiros e os conselheiros fazem as modificações que julgarem necessárias e que deve ser assim. **Os conselheiros** discutem sobre quem está conduzindo a votação? se a Kátia ou o Rafael. **Kátia Monteiro** – respondeu que tem muita experiência nesse assunto e não sabe se o Rafael já teve. **Daniel Santa Catharina** – falou que não há problema nenhum em aprovar atas desde que a gravação completa seja enviada aos conselheiros. Essa gravação pode ser manada tipo arquivo de compartilhamento. **Kátia Monteiro** – pediu para não discutirem isso. Está em votação, ou é sim ou é não. **Rafael Erling** – pediu para se manifestar. Três atas foram enviadas, foi feito o relato de quatro conselheiros que não receberam, portanto não tiveram condições de avaliá-las. A questão é: estão no momento de aprovação ou não dessas atas? A questão da forma como serão enviadas dali para frente e a questão da disponibilidade das gravações, serão discutidas posteriormente. E coloca novamente em deliberação quem aprova as atas se manifeste



levantando o crachá, seis aprovaram. Quem não aprova se manifeste, cinco votos. Quem se abstém – então um conselheiro disse que na verdade se abstém. Resultado: são quatro votos contrários e duas abstenções, estão aprovadas as atas enviadas. **Vânia** – falou que é conselheira e quer saber se o conselho tem a informação para saber se ela poderia votar. Rafael respondeu que sim e contou o voto.

Pauta 2 – Apreciação do zoneamento da APAEDJ

Pauta 3 – Apreciação das normas para o zoneamento do Plano de Manejo da APA

Daniel Santa Catharina – quer esclarecer uma dúvida sobre as tabelas que receberam. **Kátia Monteiro** – pediu que Daniel não dificulte. **Daniel Santa Catharina** – disse que a Kátia estava atrapalhando enquanto as pessoas estavam falando. **Kátia Monteiro** – falou que aquilo se chamava democracia. **Daniel Santa Catharina** – justamente uma pessoa que não é conselheira, não tem o direito de atrapalhar uma reunião ou interromper os conselheiros quando vão se manifestar. Quem vai dar a palavra para ela é o Rafael que é o presidente do conselho. Voltam ao assunto da pauta. **Daniel Santa Catharina** – falou que já receberam várias dessas questões e ele não via problema em aprovar o que estava ali, desde que fosse mandado uma nova cópia e possa ser discutido algum item. Ele realmente não sabia o que estavam querendo ali. Primeiro lugar porque estavam a seis meses sem trabalhar. Segundo lugar ali eram pontos muito sutis dentro do plano de manejo que às vezes levava para um lado ou para outro. O que ele queria era que os conselheiros, para validar o texto, recebessem o texto para poderem examinar minuciosamente e trazerem para próxima reunião. Achou que bater o martelo naquele momento era incômodo, era sua humilde opinião. **Rafael Erling** – apesar dele ter dito que era o texto final, a intenção desta deliberação seria quanto as regras, porque o texto final do plano será votado somente na última reunião texto final do plano. A proposta dele era deliberar aquelas regras, que todos já conheciam e que eles possam dar continuidade a construção do plano nas próximas etapas. Responsabilizou-se a encaminhar o texto com as regras aprovadas para que todos tenham conhecimento. **Vânia** – falou que entendia que as pessoas já receberam tantas vezes o texto, que é normal que fiquem confusos e de repente com medo de aprovar uma coisa que talvez não tenha sido passado para eles. Sugeriu ao Rafael, que se tivesse menos discussão poderiam dar uma lida e daí colocarem em aprovação. Infelizmente terá que ser assim porque senão não teria jeito. Ninguém irá votar nem aprovar o que não sabe que está escrito. Em consenso, coloquem em votação para o conselho o que eles acham. Aprovamos assim e depois manda para os conselheiros uma ressalva se tem que ser mudado alguma coisa ou leem tudo e saem às dez da noite. Ou aprovam assim com ressalva e com chance de mudança. **Irmão Laurindo** – faz tanto tempo que eles não se reúnem que esqueceram uma porção de coisas. Ele não entende toda essa demora de seis meses. Esteve ali em novembro que disseram que teria reunião, mas chegou lá tudo fechado. Foi em dezembro tudo fechado. Ligou em fevereiro para a SEMA, ninguém atendeu. Passando por ali ouviu ah eles estão viajando, estão de férias. Falou que toda essa demora é um grande problema. Já participou de tantas reuniões, com tantas autoridades e com os municípios e nunca havia encontrado um problema deste jeito, vão empurrando, empurrando. Lembram quando tomaram posse o conselho queria três



meses. Isso não tem mais cabimento. Já se colocou várias vezes, vamos aprovar de uma vez para sempre, mesmo que não estejam de acordo com uma série de coisas e depois, porque no regimento do plano de manejo está bem claro que o plano de manejo está sujeito a mudanças. Não é estático, então se tem alguma coisa para alterar, alterem depois. Ou vão ficar quanto tempo ali para mudar uma linha uma palavra. Pois todas ali foram aprovadas menos uma, que é da Ilha das Flores. Pediu desculpas mas isso não é sistema de trabalho, não neste século. Os conselheiros aplaudem o conselheiro Irmão Laurindo. **Rafael Erling** – agradeceu a manifestação do conselheiro Irmão Laurindo. **Beatriz** – se apresenta como moradora da Ilha da Pintada e presidente da AFROSOL. Estava pasma com o que estava vendo ali hoje. É um vai e volta, vai e volta. Perguntou quem é que está acompanhando tudo isso desde o início? Quem estava lá hoje que acompanha o processo desde o início. Desde quando eles foram deitar no chão na frente da SEMA para que tudo isso acontecesse. Porque daí, tem uma história e essa história não pode ser jogada fora. Eles ali enquanto conselheiros, tem compromisso com todos os municípios com todo mundo, com todas as classes sociais. Agora quem estava lá e deu continuidade sabe muito bem o que está fazendo ali hoje, ou então não sabe como se chama isso. E falou que o Daniel também sabia muito bem o que significa aquilo ali. Por que toda a vez que eles vão a reunião, tem que voltar lá para atrás. Tudo bem é democrático saber, se informar. Mas parem lá, quer dizer os que estiveram ali, sentaram ali, deitaram na laje, não tem valor, são burros. Será que é isso? Eles sim acreditam que pode ser finalizado, colocados os adendos. Podem fazer colocações, mas não é uma guerra. E podem pensar com carinho, mas estão retrocedendo. Quando é que aquilo terá um fim. A região precisa de algumas deliberações assim como Canoas, assim como Eldorado do Sul, porque muitas definições para eles depende desse bendito plano de manejo. Até quando, por favor. E os conselheiros aplaudem a conselheira Beatriz. **Daniel Santa Catharina** – chamou a Beatriz e falou que estava desde o início e que gostaria de deixar uma ressalva em aberto, explica que por ser advogado e advogado é bicho muito desconfiado e burro. Ele tem medo que a SEMA tenha um documento que interprete tudo, ou que de repente outro documento interprete tudo e dali um pouco nas entrelinhas, já tenham coisas que já tenham sido aprovadas por eles e que não conste, apenas isso. Portanto acha que esta proposta deve ser aprovada como está, ressalvado o direito de após lido item por item por todos que tiverem interesse em fazer o repasse, na próxima reunião possam colocar pontos pontualíssimos. A única intenção dele é ver se está ali o que eles decidiram, apenas isso não é protelar. **Pablo** – Porque esses itens foram construídos na câmara temática, foi um trabalho longo, foi passado por ali e a pergunta é se realmente aberta essa brecha para poder mudar regras ou se é só alguma coisa daí pega a ata da reunião e não é bem isso é aquilo. **Rafael Erling** – acha que a sugestão do Daniel é exatamente essa, o entendimento das regras, as regras não serão alteradas dali para frente, só se houver alguma manifestação. Entra em deliberação a proposta de regras para zoneamento conforme já discutidas nas plenárias, então após aprovação deste texto, a versão final dele será enviada, a versão final para todos os conselheiros. Em regime de deliberação a proposta de regras para o zoneamento do plano de manejo da APA Delta do Jacuí, os conselheiros que aprovam esta proposta por favor levantem o crachá. Os conselheiros falam que vão fazer a aprovação com ressalvas. Resultado: quinze aprovam, nenhuma manifestação contrária e nenhuma



abstenção, portanto aprovado por unanimidade, temos um regramento para o plano de manejo. **Nazaré** – pergunta se agora foi votado mesmo. **Rafael Erling** – responde que sim está votado mesmo. Aproveitou para corrigir o número de votos, após uma observação do Júlio, São quatorze votos já que a Vânia é suplente do Daniel, e ele contou os dois votos.

Pauta 4 – Encaminhamentos para eleição do vice-presidente do conselho

Rafael Erling – desde a reunião de julho o Daniel pediu a sua saída da vice-presidência, então deverá ser aberto um processo de eleição. Os conselheiros perguntam se o Daniel voltar atrás? E pedem que ele fique na vice-presidência. **Daniel Santa Catharina** – falou que sempre tentou agradar a todos e tentou lutar pelo desejo de todos. A ideia dele é não concorrer mais. Mas se todos quisessem que ele ficasse ele ficaria, mas isso teria que ser algo que todos eles achassem que ele ainda poderia ser útil. Os conselheiros pedem que ele retire o pedido de saída e se mantenha no cargo. Ele pediu para sair porque em determinado momento apareceu uma história de rico e pobre e ele fica louco com isso porque nunca fez diferença entre ninguém. Não ficará chateado se um disser que quer sangue novo. E fala que para ficar tem que se sentir representando a todos, só alguns não serve. **Rafael Erling** – informou que fez uma leitura do regimento interno e ele não prevê o formato do processo eleitoral, ele prevê inclusive que deve ocorrer uma eleição a cada dois anos. Esse prazo já passou. A proposta dele é: já que acha que deve ter um tempo entre a proposição e a decisão é abrir um prazo para os conselheiros que possam ter interesse ao cargo e trazer isso para a próxima reunião. **Elson** – propõe a recondução do Daniel, estão ali a bastante tempo conhecem todo o grupo, as vezes divergem em algumas coisas, mas a proposta é que Daniel continue. Os conselheiros aplaudem. **Juramar Vargas** – que se sentiu provocado, por ter presenciado muitas vezes inclusive da sua parte, mas hoje diante do processo qual está de afunilamento, compreende exatamente o que o Daniel disse e muitas vezes aconteceu isso dos mais pobres baterem nos mais ricos. Mas queria dizer que hoje pelo menos da parte dele a compreensão já não é mais essa. Não vê todos esses sujeitos estarem discutindo juntos, não tem mais essa separação no contexto atual de discussão que tem de encaminhamento, inclusive direcionando já para os municípios a questão do planejamento das cidades dos seus planos diretores. A proposta dele é que o Daniel deve ficar aonde está. **Irmão Laurindo** – entende que tiveram momentos difíceis no começo, Daniel acompanhou todo o tempo agora que estão no trajeto final ele acredita deve ser dado voto de confiança. E que mesmo que um ou outro esteja contra isso é normal. E também concorda que ele permaneça onde está. **Rafael Erling** – a proposta então é uma aclamação pela recondução do Daniel. **Daniel Santa Catharina** – agradece a todos e pede que se alguém uma hora não estiver de acordo com o que ele faça ou que precise de alguma coisa, não deixe de chegar junto. Porque ele está ali realmente de saco cheio dessas coisas todas, tem que estarem unidos esse é o grande segredo. Os conselheiros aplaudem. **Beatriz** – falou ao Daniel que divergência faz parte da democracia e feliz o país que a tem. Hoje entendem que o momento é outro tem e devem passar por momentos ruins, difíceis e bons. Faz parte do aprendizado humano. Estão ali para aprender uns com os outros e é a dor que te ensinou a gemer e te ensinou



a olhar para todos ali. Rico ou pobre, ele sabe que a tendência das classes operárias é ser oprimidas. E enquanto essas classes estão neste conselho é o papel. Mas falou que sempre o amou e acha que ele conduz muito bem. Os conselheiros aplaudem.

Pauta 5 - Assuntos Gerais

Rafael Erling – dois informes relacionados ao dia de hoje. Primeiro: Informa que foi receber um pedido de manifestação da PGE a pedido da juíza, a pedido do Ministério Público, dentro da ação civil pública que trata homologação dos dois planos de manejo do Parque e da APA Delta do Jacuí. O do Parque já foi homologado, mas ainda tem que cumprir a questão da homologação do plano da APA. Foi questionado sobre o andamento do processo e solicitado um cronograma dos trabalhos daqui para frente. Fez uma proposta mas sabe que depende das decisões deste conselho. A boa notícia é que acabam de entrar dentro do cronograma a partir das deliberações de hoje votando sobre zoneamento e regramento. O cronograma seguinte é que para as próximas três reuniões: na reunião de doze de maio a apresentação do programa de ações e receber as contribuições, na reunião de nove de junho o fechamento do programa de ações do plano e no dia 14 de julho de dois mil e dezesseis a apresentação do texto final do plano e deliberação. E para a segunda quinzena de julho o fechamento do zoneamento final. Trouxe esta proposta para o conhecimento do conselho. Foi a proposta que ele fez dentro da ação civil, Se os conselheiros quiserem colocar isso em discussão e talvez fazer uma nova manifestação pede que tragam na próxima reunião para analisarem juntos. **Vânia** – perguntou se existe a possibilidade de fazer as reuniões do conselho a cada quinze dias ao invés de ser uma vez por mês, já que esperaram tanto tempo e pela urgência do processo. **Rafael Erling** – respondeu que pelo entendimento dele não adiantaria, pelo tempo para fechamento desses textos. O programa de ações ele vai analisar com a equipe que está trabalhando nisso, ele não tem essa segurança. Pode ser chamada extraordinária se preciso for. Mas ele acolhe a solicitação da Vânia, vai ver a possibilidade e trará isso para a próxima reunião o retorno se conseguem adiantar isso ou não. O segundo relato é sobre a outra ação civil que diz respeito diretamente a uma das questões divergentes ali que é o norte da Ilha das Flores. Os representantes dos proprietários e dos moradores já sabem disso porque ele já informou em uma outra reunião. Existe uma ação civil pública para quem não sabe contestando a legalidade da construção da estrada da Ilha das Flores. Na época foi feita sem licenciamento, gerou um impacto lá na ação civil acionada pelo Ministério Público solicitando a mitigação ou a compensação desses impactos, na época da Fundação Zoobotânica, esse processo é bastante antigo. Mas enfim havia uma proposta construir passagens de fauna com pontilhões para garantir a passagem dos animais, mas também fazer uma conectividade hídrica, já que a fauna causava bloqueio mas os lotes também causavam bloqueio. No final do ano passado também foi apresentada uma proposta de que os pontilhões não atenderiam na sua integralidade essa conectividade hídrica e foi proposto se realizar um estudo de quais as ações seriam necessárias para garantir essa conectividade. Esse estudo a SEMA não tem condições de fazer sozinha porque não tem especialistas da área. Então é isso que ele está manifestando para o Ministério Público. A SEMA, não tendo condições de fazer isso se propõe a chamar técnicos especialistas na área para



construir essa proposta e se coloca aberta a contribuições do próprio Ministério Público através do gabinete de assessoria técnica. Ele ainda não teve nenhuma resposta sobre isso ainda, mas a intenção é chamar uma reunião com esses especialistas e ver se houve uma resposta do Ministério Público. **Alexandre** – perguntou se é possível a Associação dos moradores propor esse estudo a SEMA. Eles contrataram uma equipe, propõe aonde seriam essas passagens, o tamanho desses canais de ligação. É possível. **Rafael Erling** – respondeu que sim, é super possível, ele só precisa ver. **Alexandre** – a Associação se propõe a dizer a SEMA em trinta dias, se faz isso ou não. Pode ser? Para constar em ata. **Rafael Erling** – pediu só um aguardo porque ele não teve resposta ainda do Ministério Público então ele não sabe o que está decidido, qual foi o encaminhamento dado pelo juiz. Não sabe se foi acatado isso ou se vai colocar em execução outra medida. **Vânia** – dentro dessa ação civil pública, quando foi embargada o pontilhão, foi proposto as manilhas. Foram tiradas as coordenadas está tudo dentro da ação civil pública isso ela sabe porque ele estava junto para fazer. Foi feita uma proposta da SEMA para que a Associação dos moradores fizesse essa contribuição. Então só para te ajudar, essas propostas já estão dentro da ação civil pública, talvez seja só retomar ou ver qual foi o parecer em relação a isso. É só pedir cópia integral do processo. **Kátia Monteiro** – pediu o número da ação civil. **Rafael Erling** – 001/1-13-0186091-4 a outra ação civil pública que é a dos planos de manejo ele não tem no momento, mas diz que encaminha para Kátia depois. **Daniel Santa Catharina** – falou que eles são um conselho deliberativo, mas muitas vezes isso é decorativo. Às vezes entram em conflito com a SEMA. A SEMA é um mutante, uma figura que tu não sabe se vai te manter ou te afastar. Muitas vezes fizeram coisas boas e muitas vezes fizeram coisas ruins, outras vezes fizeram coisas sem nenhuma justificativa, outras vezes apresentaram pareceres completamente fora da casinha, outras vezes legislaram, outras vezes ajudaram. Ou seja, tudo aconteceu. Então ele acha que esse plano de manejo tem que prever uma segunda instância. Porque o gerente é que vai definir o que vai ser feito. Esse conselho tem que ser uma segunda instância para discordar do que o gerente fez a pedido de interessados. Interesses importantes luz, água, desenvolvimento o que for. Essa segunda instância ele não sabe ainda como funcionaria ele não definiria porque a última palavra é da SEMA. Ela teria que se juntar ao Ministério Público e departamento jurídico da SEMA para exatamente definir se essa atitude da gerência está correta ou não. Não se pode ficar refém de um gerente seja ele quem for. Sabe-se perfeitamente que os gerentes mudam. Os gerentes muitas vezes defendem interesses políticos. Bom na SEMA já defenderam interesses econômicos. Na SEMA já houve escândalos de corrupção. Isso acontece em qualquer executivo nesse Brasil de guerra, então não podem ficar reféns de decisões de gerentes, nem de chefes de DUC, de chefes de DEFAP. Daqui a pouco alguém vai ter que explicar para o conselho porque aquele camarada que está lá em cima que geralmente foi nomeado ele é que está definindo se vai para um lado ou para outro. Não é um ataque a esta SEMA. Não é um ataque ao Rafael, nem a ninguém. O que ele acha eles tem direito sim a rever posições. Então ele sugere ao Rafael que juntamente com o jurídico da SEMA se procure um mecanismo que seja juridicamente correto e quem sabe até a participação do Ministério Público para que este conselho tenha força. **Kátia Monteiro** – pergunta se pode falar como não conselheira. No estatuto em seu artigo sétimo diz assembleia é instância soberana do



conselho deliberativo. Não se fala em alguma coisa superior a este conselho. Este conselho é que bate o martelo. Os conselheiros discutem sobre isso. **Rafael Erling** - informa quem são as instâncias superiores. O chefe do parque, acima dele o chefe da DUC, acima dele o diretor do departamento, acima dele o secretário, acima dele o governador do estado. Além disso as outras instâncias de controle a Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público. E deu sua opinião como Rafael não como servidor da secretaria, mas na experiência dele essas instâncias como os conselhos, a única forma de garantir voz e poder ao conselho é manter o conselho ativo. **Vânia** – o gestor é um e o conselho é a maioria. **Rafael Erling** – mesmo que o conselho seja consultivo é difícil o gestor ir contra. **Irmão Laurindo** – já tiveram dezenas de reuniões com secretários sucessivos da SEMA e assim por diante Também com Ministério Público. Tendo plano de manejo já pronto só faltava detalhes e coisas e foi tudo jogado para o lixo. E ele está muito preocupado, expõe o seu modo de pensar e de ver. Ele tem em casa uma pilha de documentos do plano de manejo. Então ele está preocupado quem, qual é a equipe que está elaborando o texto final do plano de manejo. **Rafael Erling** – responde que sim a Paola Stumpf que todos conhecem ela é a técnica responsável por redigir o texto final. **Irmão Laurindo** – diz que é o conselho que tem que estar junto. **Rafael Erling** – explicou que quem está elaborando o plano de manejo é o conselho nesse momento, algumas vezes através da câmara temática, algumas vezes por decisões da plenária, algumas vezes a técnica Paola fica responsável por redigir o texto, puramente transcrever o texto as coisas que já foram discutidas ou adaptar textos que já existem a realidade de hoje. Se algum conselheiro se dispõe a colaborar sentar ao lado dela e revisar o que ela está fazendo ou colaborar com a digitação do texto. A SEMA está super tranquila e a vontade para fornecer o material que for possível. O documento que o senhor se refere que estava pronto no momento que ele assumiu era um documento entregue pela empresa MRS Consultoria e que não era um plano de manejo, isso não é a opinião pessoal dele. Opinião pessoal é sobre os quais ele se sente a vontade para opinar. Pede que os conselheiros não o interpretem mal e se alguém entender que ele está agindo de má fé, por favor lhe comunique que ele vai reavaliar sua postura nesse primeiro momento. Agora repete, aquele documento que já existia foi feito pela empresa NRS, sequer foi um documento final porque a consultoria não conclui o trabalho para o qual foi contratada e aquele documento não era um plano de manejo, essa é a opinião técnica da SEMA, não é a opinião dele. Aliás ele sequer leu aquele texto todo. O senhor desculpe se o senhor teve esse entendimento. E repetiu o que ele falou lá no início sobre essa reunião sobre a condução desse processo e quando ele assumiu a presidência deste conselho. Abre parênteses (ele até acha que não tem tempo suficiente para conduzir o conselho de uma unidade como ele faz para o Delta do Jacuí. Mas pela importância desta unidade ele continua assumindo essa responsabilidade) fecha parênteses. Mas em nenhum momento ele teve a intenção como gestor, ou como chefe da DUC, ou como servidor da secretaria em desviar o processo ou retirar ou invalidar a participação do conselho, dos conselheiros, da sociedade de forma geral na participação da construção deste processo. Se alguém enxergou dessa forma, por favor me avisem me pontuem os pontos onde ele foi incorreto que ele vai tentar corrigir. O que ele traz é uma forma de condução para que possam avançar. Desculpem mas sobre o tempo, fora os erros que ele já assumiu, que foi na condução dos instrumentos de gestão deste



conselho que são de atas, de convocações e pautas que ele assume que esse erro foi dele como condutor do processo. Mas todos os outros atrasos que estão tendo são por não conseguir deliberá-los em reunião e pelas divergências e discussões que eles tem em reunião. Desculpem mas essa responsabilidade não é da secretaria. Ela tem parcela de culpa pelo erro na condução do processo. Só não tem o plano completo por alguns erros do passado da secretaria na condução do processo. Mas nesse momento só não tem porque não conseguem avançar nas deliberações, não que isso seja problema, acha que isso faz parte do processo de participação. Ele é bem tranquilo na condução do processo, ele assumiu essa responsabilidade e segue fazendo esse trabalho porque é de sua responsabilidade. Mas se alguém tem uma forma melhor de conduzir isso, uma forma melhor de conduzir isso, por favor se apresente porque ele está de portas abertas para aceitar contribuições. Os conselheiros aplaudem a manifestação do Rafael. **Irmão Laurindo** – quer dizer tem o documento que tem que estar integrado ao plano de manejo está sendo integrado. Então o plano está vivo? **Juramar Vargas** – não entendeu a questão que ele trouxe da ação. Porque na verdade é um puxão de orelhas, não para castigar, mas para deixar de sobre aviso a questão da participação. Essa ação ela não é nova e então ele chama a questão da compreensão do pessoal do braço do norte. Do quanto nessa questão participativa eles não estiveram. Não por terem sido excluídos porque não foram excluídos. A porta deste conselho sempre esteve aberta para as discussões. E daí quando se fala essas questões do braço do norte que saia do número um do dois que é mais restritivo, é mais para evidenciar a característica daquele local de tantas atrocidades que fizeram. Entraram com aqueles caminhões com pedras de toneladas para fazer aquela estrada. Ele testemunhou isso no governo Olívio que era anterior a criação da área de proteção ambiental, do quanto se fez força combatendo isso e o que foi ineficiente, porque o poder econômico que estava fazendo aquilo se sobrepunha com aqueles caminhões. Os caminhões indo, indo a polícia vinha e não adiantava. Não houve quem estancasse aquilo. E aí quando acontece daquelas famílias colocam aquela porteira e inclusive tiram gente de lá. Tiram gente de lá com ameaças, com arma em punho, que saíram de lá ainda estão na Ilha, mais saíram de lá. Então o que ele quer chamar atenção é para eles virem para cá discutir, para não dizer que nós... Hoje temos até um conselheiro da região dois, presente que poderia no final dar um informe do quanto eles terão que trabalhar com foco de planejamento para discutir as questões das ilhas. Eles não vão lá para o continente discutir as ilhas, eles vão discutir as ilhas dentro das ilhas. É de chamar a atenção dessa ação, da questão da mitigação, já deveriam ter feito isso antes e está aí a proposta da própria associação. A informação que ele tem de um conselheiro do orçamento participativo, que ao entrar naquela área tem cachorros, não sabe se isso é verdade ele está fazendo o relato como trouxeram. Cachorros soltos que atacam, se atacar ele, ele vai gritar mas e se atacar a fauna? O morador que mora lá tem que entender que não é só ele que mora lá, existe toda uma fauna e uma flora e que já estavam lá. É isso que ele não entendeu quando o Rafael entrou naquela questão do braço do norte se foi só para informar. **Rafael Erling** – responde que sim que foi só para dar o informe do pedido de informação do Ministério Público dentro da ação civil. Na verdade a proposta da ação é cobrar do estado a mitigação do impacto gerado pela estrada que foi feita na época sem licenciamento, sem autorização. **Kátia Monteiro** – informa que na próxima reunião vai trazer a sua indicação



para ser membro substituindo da entidade que não aparece ali a muito tempo. **Beatriz** – para aqueles que não sabem, o Rafael tem se desdobrado em dez, inclusive para aprender as demandas da comunidade das ilhas que se confrontam em momentos com as demandas do município. E parabenizou o trabalho do Rafael, dizendo que tem trabalho sim e que tem avançado sim e que ele não tem culpa se outros governos ficaram sentados em cima do nosso processo.

Não havendo nada mais a ser acrescentado, o Presidente do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí, **Sr. Rafael Caruso Erling** encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e eu **Ana Paula Ribeiro** lavei a presente ata.



ANEXO II-A

- PLANO DE AÇÃO PARA ADEQUAÇÃO DAS LAVOURAS DE ARROZ NA APAEDJ –

1. Contextualização

Na região onde se localiza a APAEDJ, a principal cultura produzida em grande escala é a do arroz, ocupando a planície de inundação do rio Jacuí. Isso se reflete no cenário atual do uso e ocupação das terras abrangidas pela Unidade de Conservação, tendo em vista que grande parte da área da APAEDJ é constituída por lavouras de arroz, as quais se concentram na porção oeste da UC, conforme pode ser visualizado na figura 1.

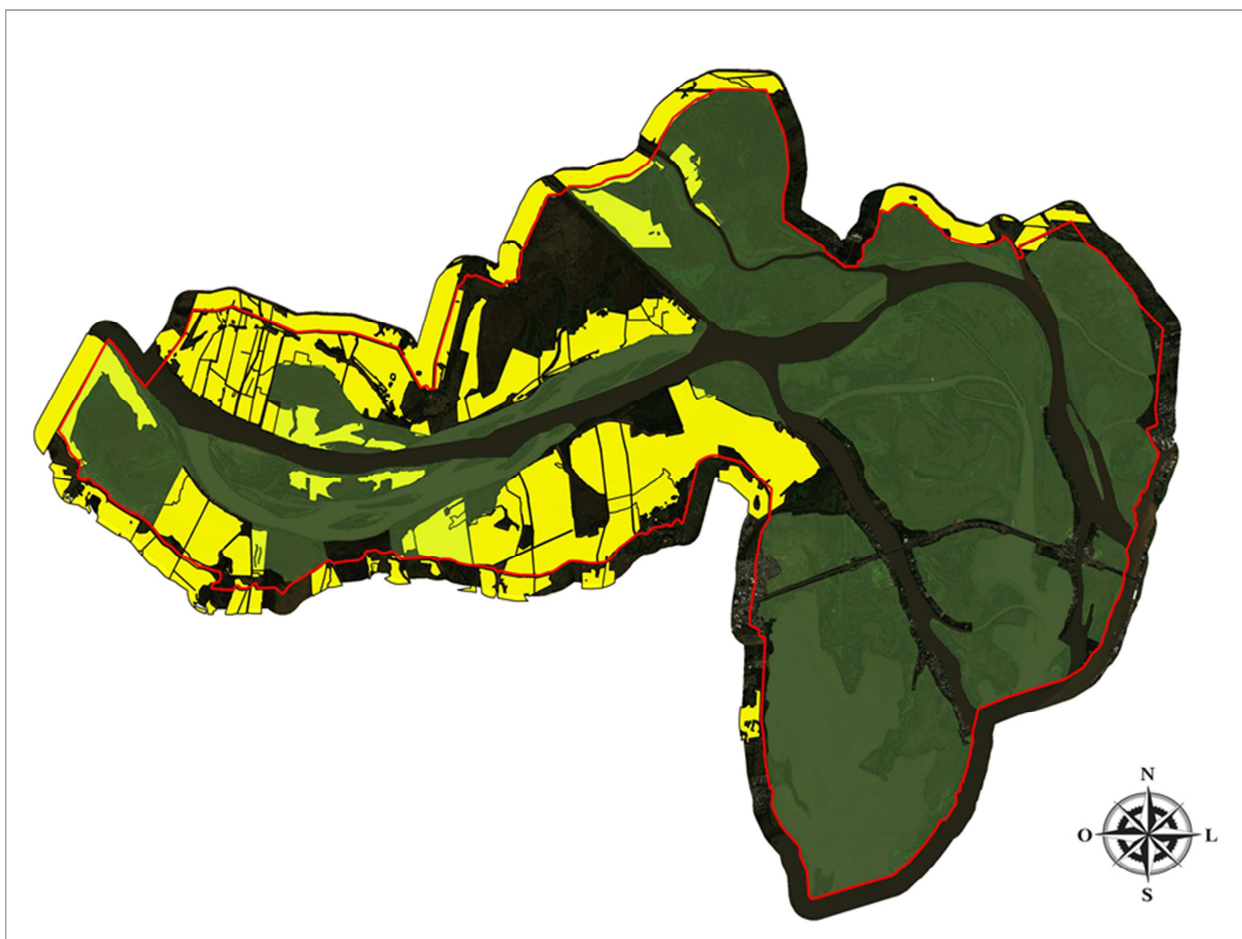


Figura 1: localização das lavouras de arroz no interior da APAEDJ e PEDJ. Em amarelo, estão identificadas as lavouras de arroz. A linha vermelha identifica o limite da APAEDJ, e os polígonos verdes identificam os limites do PEDJ.



Conforme a tabela 1, ao subtrairmos a área do PEDJ da APAEDJ, verifica-se que 46,92% da APAEDJ é constituída por lavouras de arroz. A APAEDJ tem o papel de contribuir com a conectividade entre áreas úmidas, auxiliando na manutenção da funcionalidade ecossistêmica do delta do Jacuí. Nesse contexto, as lavouras de arroz adquirem um papel relevante para a gestão da APAEDJ, pois, mesmo consistindo em ambientes artificiais, as lavouras de arroz são, também, áreas úmidas, e fornecem parte dos serviços ambientais que as áreas naturais prestam. Desse modo, no âmbito da gestão da APAEDJ, as lavouras de arroz podem servir como estratégia de conservação de áreas úmidas. No entanto, para que as mesmas desempenhem esse papel, devem ser corretamente manejadas.

Portanto, o objetivo deste Plano de Ação é estabelecer as ações necessárias a fim de adequar o manejo das lavouras de arroz aos objetivos da APAEDJ, visando a obter produtividade adequada à sustentabilidade. Destaca-se que, para haver êxito, é necessário que este Plano seja executado de forma integrada com a gestão do PEDJ.

Tabela 1: Área e porcentagem dos ambientes naturais e lavouras de arroz em relação às áreas totais da APAEDJ e PEDJ.

	Área Total (ha)	Ambientes Naturais		Lavouras de Arroz	
		Área (ha)	% da área total	Área (ha)	% da área total
APAEDJ	22.826,39	16.549,16	72,49	4.864,97	21,31
PEDJ	14.242,05	12.634,18	89,43	836,92	5,92
APAEDJ sem o PEDJ	8.584,34	3.914,98	45,60	4.028,05	46,92

2. Plano de Ação

2.1 Etapa 1: Identificação e Espacialização das lavouras existentes

Ações a serem realizadas:

- Coleta de informações referentes aos empreendimentos licenciados ou em processo de licenciamento junto aos órgãos licenciadores;
- Levantamento de informações referentes aos empreendimentos não licenciados, através de atividades a campo e contato com os proprietários;
- Elaboração de banco de dados espacial com as informações referentes às lavouras existentes na APAEDJ



2.2 Etapa 2: Regularização dos empreendimentos

Estabelecido o cenário com a situação das lavouras existentes na APAEDJ, por meio da execução das ações previstas na Etapa 1, deverá ser promovida a regularização dos empreendimentos. Desse modo, a partir dos resultados obtidos, a gestão da APAEDJ deverá atuar através das seguintes estratégias:

a) Empreendimentos localizados no interior do PEDJ

Deverá ser realizada articulação junto aos órgãos licenciadores e proprietários visando à elaboração de Termo de Compromisso, a fim de que o empreendimento possa operar mediante o estabelecimento de ações (compromissos) para a regularização fundiária e recuperação da área.

b) Empreendimentos não licenciados

Os proprietários de empreendimentos não licenciados deverão ser notificados, estabelecendo-se um prazo para que providenciem o licenciamento do empreendimento. Os órgãos licenciadores deverão ser informados dos empreendimentos pendentes de regularização. Deverá ser realizada a fiscalização do cumprimento das notificações.

c) Empreendimentos licenciados ou em fase de licenciamento

Deverá ser feita articulação junto aos órgãos licenciadores a fim de estabelecer a forma como será cumprida a norma “d” dos itens 4.2.3, e 4.3.3, que dispõe “*As áreas consolidadas com uso agrossilvopastoril às margens do rio Jacuí deverão recompor Área de Preservação Permanente mínima de 100 metros*”, por meio do estabelecimento de condicionante das licenças de operação. Deverá ser estabelecida rotina de fiscalização a fim de verificar o cumprimento da condicionante estabelecida.

2.3 Etapa 3: Estabelecimento da compatibilização do manejo das lavouras com os objetivos da APAEDJ e PEDJ

O objetivo desta Etapa é estabelecer as práticas de manejo das lavouras a serem inseridas como condicionantes das licenças de operação, como resultado de debates realizados com proprietários, órgãos licenciadores, e demais órgãos e instituições envolvidos com o tema. Para tanto, deverá ser instituída Câmara Temática específica no âmbito do Conselho Gestor da APAEDJ, que atuará como o fórum de articulação e desenvolvimento dos debates.



3. Avaliação

Ao final de cada Etapa, deverá ser elaborado relatório contendo a descrição das atividades realizadas para a execução deste Plano de Ação, e resultados obtidos, para fins de avaliação e adequação do Plano, caso verifique-se necessidade de ajustes.

4. Cronograma

Atividade	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
	Mês 1 a 6	Mês 7 a 12	Mês 1 a 6	Mês 7 a 12	Mês 1 a 6	Mês 7 a 12	Mês 1 a 6	Mês 7 a 12	Mês 1 a 6	Mês 7 a 12
Coleta de informações junto aos órgãos licenciadores										
Levantamento de informações de empreendimentos não licenciados										
Elaboração de banco de dados espacial										
Elaboração de Termos de Compromisso para empreendimentos no interior do PEDJ				8						
Notificação dos empreendimentos não licenciados										
Articulação com órgãos licenciadores para cumprimento do zoneamento da APAEDJ										
Fiscalização e alimentação do banco de dados										
Criação de Câmara Temática específica no Conselho Deliberativo da APAEDJ										
Trabalho na Câmara Temática para elaboração da proposta de condicionantes referentes ao manejo das lavours										
Elaboração de relatório e avaliação dos resultados				7			1			12



ANEXO II-B

- PLANO DE AÇÃO DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA APAEDJ –

1. Contextualização

O principal amparo para a realização da regularização fundiária está insculpido no art. 6º da Constituição Federativa do Brasil, promulgada em 1988, quando garante o direito à moradia. Já, em seu art. 5º, o artigo das garantias individuais, está a propriedade como uma delas, desde que esteja cumprindo com sua função social. A APAEDJ abrange assentamentos humanos irregulares carentes de regularização fundiária, ocupados por população de baixa, média, e alta renda, instalados em margens de curso d'água e banhados, espécies de áreas de preservação permanente (APPs) cujo uso se dá à título de exceção, devendo ser regularizado quando em desconformidade com a legislação ambiental vigente.

As APPs não retiram o domínio do particular, tampouco geram direito à indenização, a menos que estejam a esvaziar o conteúdo econômico da propriedade, hipótese que pode ser argumentada e discutida através das vias adequadas (administrativa e ou judicial, conforme o nível de negociação). Os usos permitidos nas APPs estão autorizados, à título de exceção, pela Lei Federal n.º 12.651 de 2012 (novo Código Florestal Federal³), incluída pela Lei n.º 12.727 de 2012, desde que caracterizados como de utilidade pública, interesse social e eventuais e de baixo impacto ambiental. Dentre tais usos, tem-se a regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas consolidadas, considerada de interesse social (art. 3º, XI, “d”), observadas as condições estabelecidas na Lei n.º 11.977, de 7 de julho de 2009 (Lei PMCMV) tratado a seguir. É de salientar que para a espécie de APP “banhado”, não há exceção prevista possibilitando a regularização fundiária *in loco*, fazendo-se necessária a realocação.

A regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais é uma das diretrizes gerais da política urbana promulgada pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal n.º 1.257 de 2001, art. 2º, XIV. Em 2009, outro mecanismo para regularização de ocupações irregulares em APP foi autorizado pela Lei Federal n.º 11.977 de 2009, conforme já referido, flexibilizando alguns requisitos anteriormente impostos pelo CONAMA (Resolução CONAMA n.º 369/2006, hoje revogada), mas, notadamente um importante avanço para a regularização fundiária no Brasil, pois elevou-a a uma compreensão tal, que hoje deve ser considerada como uma solução integrada

³ As primeiras exceções de intervenções passíveis de incidirem em APPs, foram autorizadas pela MP n.º 2.166-67/2001, que alterou o antigo texto do CFF, mais tarde, tais exceções foram regulamentadas pelo CONAMA, por meio da Resolução n.º 369/2006, posteriormente, novas alterações sobrevieram com a publicação da Lei n.º 11977/2009, que instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, que reforçou a possibilidade de regularização fundiária em APP e estendeu o marco temporal limite da ocupação antes previsto para 10 de julho de 2001, para 31 de Dezembro de 2007.



também para as questões de degradação ambiental e social, para as situações de risco e de problemas na infraestrutura, como também, de sistema viário e de áreas públicas.

Na visão de Alfonsin (1997, p. 24), a regularização fundiária deixou de ser um instrumento meramente legalista e incorporou a vertente voltada ao social, segundo o autor, a regularização fundiária é o processo de intervenção pública, sob os aspectos jurídico, físico e social, que objetiva legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei para fins de habitação, implicando acessoriamente melhorias no ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiária.

A Lei Federal n°. 11.977 de 2009, em seu artigo 46, conceituou regularização fundiária de forma a abranger todas as suas vertentes: “consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais (...) de modo a garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, proporcionando a ponderação e razoabilidade na aplicação dos princípios constitucionais garantidos a todos os cidadãos.

Em suma, essas normas supracitadas passaram a permitir a regularização fundiária de ocupações consideradas de baixa renda em APP, mediante uma série de requisitos e condições. Trata-se, por sua vez, de uma forma para tentar equalizar dois direitos fundamentais garantidos constitucionalmente, são eles: o direito à moradia e ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, duas contraposições que necessitam ser ponderadas requerendo o equilíbrio de qualquer decisão a ser tomada sobre o assunto, de modo a garantir a compensação dos valores quando sobrepostos um ao outro. É nesse ponto que encontra justificativa o presente plano de ação.

De referir que o subprograma proposto vai, praticamente, atingir o território da APAEDJ, que também é gravado como área de preservação permanente (APP), espaço protegido motivo pelo qual a regularização fundiária é de modo a preceder ao levantamento fundiário, à análise da documentação e, por fim, à regularização fundiária nos termos legalmente permitidos.

Normalmente, os assentamentos humanos apresentam dois tipos de irregularidade fundiária, quais sejam: a irregularidade dominial e a urbanística e ambiental. A primeira diz com a ausência de qualquer título que confira ao proprietário a garantia jurídica da posse, a segunda, ocorre quando o parcelamento não está de acordo com a legislação ambiental e urbanística, como por exemplo, falta de licenciamento. É por esse motivo que a regularização fundiária envolve várias etapas e um conjunto de medidas.

Outro ponto importante merecedor de destaque é o fato de que se está falando em propriedades sobre ilhas, que, em princípio, pertencem ao Estado do Rio Grande do Sul, por força da Constituição Federal de 1988. Por conta disso, os títulos legítimos devem ser comprovados como oriundos originariamente de terras públicas cedidas através das sesmarias pelos capitães-mores ou vice-reis, ou ainda, oriundas da legitimação da posse prevista nos termos da Lei de Terras n.º 601 de 1850, desde que registradas no Livro da Paróquia Católica, ou, Livro do Vigário, como ficou conhecido. As propriedades em ilhas desde a primeira norma que se tem notícias, as Ordenações Filipinas (1603-1916), sempre pertenceram ao domínio público, à época, ao patrimônio real. Consequentemente, as Cartas Constitucionais subsequentes, mantiveram-nas sob o domínio público, ora da União (se oceânicas ou costeiras, ou ainda, as lacustres ou fluviais fazendo fronteira



com outros países), ora dos Estados (art. 20, IV da CF de 1988), conforme é o caso das ilhas fluviais que compõem o arquipélago do Delta do Jacuí.

Portanto, a forma de regularização da propriedade privada em ilhas se dá através da comprovação da cadeia dominial, com origem nas capitânicas hereditárias transferidas por sesmarias ou posse legitimada nos termos da Lei de Terras n.º 601 de 1850. Excluída está a alegação de usucapião sobre tais áreas, no mínimo desde o advento da mencionada Lei, por faltar-lhe um dos requisitos essenciais, *hes habilis*.

Isso porque na situação em tela, existem ocupações irregulares instaladas nas APPs das ilhas que compõem a APAEDJ (além das áreas continentais) que poderão não ser passíveis de regularização fundiária, por faltar-lhes os requisitos e condições previstos pelas normas que excepcionam a regularização de ocupações de baixa renda e sem justo título nessas áreas consideradas de preservação permanente. Para o caso, elencou-se, no item 5 do Encarte I, capítulo que dispõe sobre os aspectos jurídicos, um mecanismo especial para tentativa de regularização das ocupações que fogem do enquadramento acima referido, todavia, requerem a prova do domínio inequívoco.

2. Público-alvo

Proprietários, posseiros ou invasores que ocupam, seja com moradia, comércio ou outra atividade, as áreas consideradas de preservação permanente da APAEDJ, quer da espécie margem de curso d'água, quer da espécie banhados ou outras identificadas.

Pormenorizadamente têm-se os seguintes tipos de proprietários, posseiros ou invasores:

- Proprietários de moradias (residências) portadores de domínio inequívoco.
- Proprietários de moradias (residências) portadores de domínio inábil.
- Proprietários de estabelecimentos comerciais ou similares portadores de domínio inequívoco.
- Proprietários de estabelecimentos comerciais ou similares portadores de domínio inábil.
- Posseiros ou invasores de moradias (residências) portadores de cessão de posse.
- Posseiros ou invasores de moradias (residências) sem qualquer título.
- Posseiros ou invasores de estabelecimentos comerciais ou similares portadores de cessão de posse.
- População tradicional.



3. Ações e Atividades

3.1 Linha de Ação n.º 1 – Firmatura de Termos de Compromisso

Estabelecer firmatura de Termos de Compromisso entre os atores do processo de regularização fundiária da APAEDJ, atribuído às responsabilidades e atribuições de cada um.

Atores legitimados a promover regularização fundiária na APAEDJ:

- - Estado e Municípios – são os únicos legítimos para fazer a demarcação urbanística e reconhecer a posse dos moradores por meio da legitimação de posse e aprovar o projeto de regularização fundiária;
- - População moradora dos assentamentos informais, de maneira individual ou em grupo;
- - Cooperativas habitacionais, associações de moradores, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse;
- - Entidades civis constituídas com a finalidade de promover atividades ligadas ao desenvolvimento urbano ou à regularização fundiária;
- - Concessionárias de serviços públicos.
- - Cartórios de Registro de Imóveis;
- - Ministério Público;
- - Defensoria Pública.

3.2 Linha de Ação n.º 2 – Levantamento da Situação Fundiária

- Ação Discriminatória de iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul: por tratar-se do domínio sobre ilhas, considerado o histórico da legitimação da propriedade privada sobre tais porções territoriais, que, em princípio são consideradas do Estado (CF/88, art. 20, IV), sugere-se seja promovida a identificação e a separação das terras devolutas (Estado ou União), das terras de propriedade particular, já tituladas e estremadas do domínio público (Lei no 6.383/1976). É de caráter administrativo quando sobre área discriminada não incidem documentos de propriedade de terceiros.

- Cadastramento da população residente, devendo conter, minimamente as seguintes informações: indicação do tipo de ocupação; se pessoa física ou jurídica, quantas pessoas habitando a mesma moradia, se é sítio de lazer ou a única moradia; renda familiar; tempo da ocupação e, tipo de documento comprovativo do domínio.

- Pesquisa junto ao registro de imóveis competente da circunscrição territorial da área devendo ser levantadas certidões de inteiro teor das matrículas dos imóveis (vintenária,



quinzenária, quinquenária ou de ônus reais). Deve ser verificada a titularidade da área, a sua cadeia dominial, os limites físicos (área total e perímetro) e se existem compromissos registrados, como os de compra e venda ou de cessão. Para tanto, deve ser levantada a cadeia sucessória dos registros da área que, em alguns casos, pode envolver mais de um cartório, devido a eventuais mudanças de circunscrição.

- Pesquisa junto aos cadastros municipais da Secretaria da Fazenda Municipal e da Secretaria Municipal de Planejamento ou de Habitação, devendo-se verificar em nome de quem está lançado o Imposto Predial e Territorial e Urbano (IPTU), verificar eventuais inscrições dos projetos aprovados de parcelamento e ainda buscar o sistema de endereçamento oficial, inclusive, das vias do entorno imediato e outras informações históricas relativas ao processo de ocupação.

- Pesquisa junto a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e nas procuradorias estaduais pode-se pesquisar as terras devolutas (terras pertencentes ao patrimônio da União ou dos Estados).

- Pesquisa junto aos institutos estaduais de terras e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) deverão ser consultados especialmente se a gleba estiver localizada em zona que anteriormente tenha sido rural e não forem localizadas informações nos cadastros municipais

- Levantamento das ações judiciais em curso, incluindo eventuais ações civis públicas, que possam interferir no processo de regularização, inclusive na posse exercida, realizado a partir do nome dos proprietários identificados no Registro Geral de Imóveis. Essa pesquisa é efetuada nos escritórios de distribuição das ações civis no fórum central da Comarca ou na Justiça Federal se a área for federal ou sua confrontante, a partir do nome dos proprietários identificados nas certidões das matrículas, obtidas no Registro de imóveis ou em outros documentos (como escrituras, procurações ou compromissos de compra e venda).

- Levantamento de desapropriações, penhoras, indenizações e de outras formas de intervenções na propriedade pelo Estado, a ser feito nas Secretarias de Assuntos Jurídicos, nas Procuradorias Municipais, Estaduais e nas empresas estatais concessionárias de serviços públicos. Quando houver ação judicial, a informação pode ser encontrada nos cartórios distribuidores dos fóruns cíveis e na Justiça Federal.

3.3 Linha de Ação n.º 3 – Análise Documental

- Avaliação das fichas cadastrais e dos documentos dominiais apresentados.
- Após resultado da Ação Discriminatória, confrontar a propriedade levantada com as informações e documentos dominiais apresentados



3.4 Linha de Ação n.º 4 – Enquadramento Legal da Situação Fundiária Encontrada

Regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas consolidadas, observadas as condições estabelecidas na Lei n.º 11.977, de 7 de julho de 2009

Muito embora a Lei n.º 11.977 de 2009 estabeleça duas hipóteses de regularização fundiária: a de interesse social e a de interesse específico, na sua concepção, a única que se enquadra quando a regularização incide em APPs, é a de interesse social, cuja aplicabilidade restringe-se a assentamentos irregulares ocupados predominantemente por população de baixa renda em que a garantia do direito constitucional à moradia justifica que se apliquem instrumentos, procedimentos e requisitos técnicos especiais. Ocorre que, com as recentes alterações no texto do CFF, esse, que a princípio é o diploma protetor das APPs, abriu a possibilidade de também ser regularizada sobre tais áreas situação fundiária considerada de interesse específico.

Para os dois casos de regularização, o CFF conduz o aplicador da lei à obediência do preconizado pela Lei n.º 11.977, de 2009.

A Regularização Fundiária de Interesse Social exige o enquadramento da ocupação em, pelo menos, uma das condições a seguir:

- As ocupações devem preencher os requisitos para usucapião ou concessão de uso especial para fins de moradia.
- A área deve estar ocupada, de forma mansa e pacífica, há, pelo menos, 5 (cinco) anos.
- As ocupações devem situar-se em Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, ou
- Ser declarada de interesse para a implantação de projetos de regularização fundiária de interesse social, nos casos de áreas da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Dentre os mecanismos criados pela Lei em comento para a regularização fundiária de interesse social está a regularização fundiária em áreas de preservação permanente (APPs), a qual se enquadra perfeitamente na situação fundiária da APAEDJ. Nos termos do novo Código Florestal Federal, conforme já mencionado acima, a Regularização Fundiária de Interesse Específico também foi excepcionalmente autorizada, estando, por sua vez, atrelada às exigências então previstas para àquela, que só é possível e admitida nos casos em que:

- A ocupação da APP for anterior a 31 de dezembro de 2007.
- As ocupações devem enquadrar-se como de baixa renda, prevista pelo art. 1º, da Lei PMCMV em até R\$ 4.650 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e predominantemente residenciais.



- O assentamento estiver inserido em área urbana consolidada, assim entendida a parcela da área urbana com densidade demográfica superior a 50 (cinquenta) habitantes por hectare, malha viária implantada e que tenha, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados: drenagem de águas pluviais urbanas; esgotamento sanitário; abastecimento de água potável; distribuição de energia elétrica; limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.
- Estudo técnico comprovar que a intervenção programada implicará melhoria das condições ambientais relativamente à situação de ocupação irregular anterior o atendimento às condições e padrões aplicáveis aos corpos de água.
- For comprovada a inexistência de risco de agravamento de processos, tais como, enchentes ou implementadas medidas para saná-las.

Comprovadas as exigências acima elencadas, deve ser apresentado pelo Poder Público Municipal, admitido o consórcio com o Estadual, Projeto de Regularização Fundiária, que é genérico, tanto para a Regularização Fundiária de Interesse Social, quanto para a de Interesse Específico, exigido pela Lei Federal n.º 11.977 de 2009, conforme segue:

- A identificação de todas as edificações existentes na área e seu arranjo em lotes.
- Áreas ou lotes a serem regularizados e, quando for o caso, as edificações a serem realocadas.
- Vias de circulação existentes ou projetadas e, quando houver, outras áreas destinadas ao uso público.
- Medidas necessárias para a promoção da sustentabilidade urbanística, ambiental e social, mais as compensações urbanísticas e ambientais previstas em Lei.
- Medidas para a adequação da infraestrutura básica.
- Identificação das áreas consideradas de risco de inundações e outras definidas como de risco.
- Condições para promover a segurança da população em situação de risco consideradas as proibições constantes no parágrafo único do art. 3º, da Lei n.º 6.766, de 1979, a exemplo: proibição de parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas e em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.
- Comprovação da melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental e de habitabilidade dos moradores.



- Garantia de acesso livre e gratuito pela população às praias e aos corpos de água, e
- Demais medidas adicionadas em leis municipais.

A elaboração do Projeto de Regularização Fundiária genérico é também facultada aos seguintes atores: moradores; cooperativas habitacionais; entidades civis e demais legitimados. Entretanto, sua aprovação só pode ser feita por entidade governamental, seja federal, estadual ou municipal, desde que competentes para tanto, podendo se dar dentro do próprio processo de licenciamento urbanístico e ambiental.

Quanto às especificações que devem constar no Estudo Técnico, como condição para a **Regularização Fundiária de Interesse Social**, importa esclarecer que esse deve ser realizado por profissional legalmente habilitado e estar vinculado ao projeto de regularização fundiária, além de conter as seguintes informações:

- Caracterizar a situação ambiental da área a ser regularizada.
- Especificar os sistemas de saneamento básico.
- Propor intervenção para o controle de riscos geotécnicos e de inundações.
- Estabelecer formas de recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização.
- Comprovar a melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental, quando for o caso.
- Comprovar a melhoria das condições de habitabilidade dos moradores propiciada pela regularização proposta; e
- Garantir o acesso público às praias e aos corpos d'água, quando for o caso.

Quanto aos requisitos e condições especiais para a **Regularização Fundiária de Interesse Específico**, tem-se:

- Dependerá da análise e da aprovação do projeto genérico de Regularização Fundiária, pela autoridade licenciadora, bem como da emissão das respectivas licenças urbanística e ambiental:
- Deverá providenciar a contrapartida e compensações urbanísticas e ambientais, na forma da legislação vigente, conforme exigência da autoridade licenciadora.
- Conforme definição das responsabilidades pela autoridade licenciadora, a constar nas licenças urbanística e ambiental, deverá ser providenciada a implantação: do sistema viário; da infraestrutura básica; dos equipamentos comunitários definidos no projeto de regularização fundiária; e das medidas de mitigação e de compensação urbanística e ambiental eventualmente exigidas.



É de referir que as responsabilidades poderão ser compartilhadas entre o Poder Público e os beneficiários da regularização fundiária, devendo-se tomar por base na análise, pelo menos, 2 (dois) aspectos: os investimentos em infraestrutura e equipamentos comunitários já realizados pelos moradores; e o poder aquisitivo da população a ser beneficiada.

Quanto às medidas de mitigação e de compensação urbanística e ambiental exigidas, conforme previsto acima, deverão integrar termo de compromisso, firmado perante as autoridades responsáveis pela emissão das licenças urbanística e ambiental, com força de título executivo extrajudicial.

Quando a Regularização Fundiária de Interesse Específico atingir área urbana consolidada **considerada APP**, o requisito instituído pelo CFF, salvo melhor análise, **a área não deve ser identificada como área de risco**, e o processo de regularização ambiental, para fins de prévia autorização pelo órgão ambiental competente, deverá ser instruído com os seguintes elementos:

- Caracterização físico-ambiental, social, cultural e econômica da área.
- Identificação dos recursos ambientais, dos passivos e fragilidades ambientais e das restrições e potencialidades da área.
- Especificação e a avaliação dos sistemas de infraestrutura urbana e de saneamento básico implantados, outros serviços e equipamentos públicos.
- Identificação das unidades de conservação e das áreas de proteção de mananciais na área de influência direta da ocupação, sejam elas águas superficiais ou subterrâneas.
- Especificação da ocupação consolidada existente na área.
- Identificação das áreas consideradas de risco de inundações e de movimentos de massa rochosa, tais como deslizamento, queda e rolamento de blocos, corrida de lama e outras definidas como de risco geotécnico.
- Indicação das faixas ou áreas em que devem ser resguardadas as características típicas da Área de Preservação Permanente com a devida proposta de recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização.
- Avaliação dos riscos ambientais.
- Comprovação da melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental e de habitabilidade dos moradores a partir da regularização, e
- Demonstração de garantia de acesso livre e gratuito pela população às praias e aos corpos d'água, quando couber.
- Manutenção de faixa não edificável com largura mínima de 15 (quinze) metros de cada lado dos rios ou de qualquer curso d'água existente.



- Em áreas urbanas tombadas como patrimônio histórico e cultural, a faixa não edificável de que trata o § 2º poderá ser redefinida de maneira a atender aos parâmetros do ato do tombamento.

A APAEDJ possui em seus limites áreas consideradas de risco de inundações, conforme pode ser visualizado no mapa 30, no item 7.3.3 do Encarte II.

Regularização Fundiária pelo Argumento “tempus regit actum”, ou seja, pela Aplicação da Norma Vigente a Cada Caso Concreto, Mediante Todos os Tipos de Provas em Direito Admitidas.

Para as ocupações que não se enquadrem, por qualquer motivo, em nenhuma das formas de regularização fundiária aqui nominadas, apresenta-se outra forma de avaliação visando sua regularização, baseada na temporalidade da norma e na validade de documentos autorizativos a seu tempo, o que no direito denomina-se *tempus regit actum*.

Nesse sentido, a seguinte análise deve ser feita:

- Construções e/ou quaisquer intervenções em área de preservação permanente anteriores a 1965 não caracterizam ilegalidade frente as normas previstas à época (Código Florestal Federal de 1934). Porém, o Poder Público poderá efetuar a realocação mediante indenização, ressalvada a comprovação de domínio inequívoco já que se trata de ilha.
- 1965: construções e/ou quaisquer intervenções em área de preservação permanente posteriores ao advento do Código Florestal Federal, Lei n.º 4.771/65, deviam obediência à limitação de 5 (cinco) metros ao longo dos cursos d’água, independente da sua largura.
- 1976: advento do Decreto Estadual que cria o Parque Estadual Delta do Jacuí.
- 1979: Instituição do Plano Básico do Parque – PLANDEL, que organizou o uso do solo da área, instituindo regramento específico. Ainda em 1979, construções e/ou quaisquer intervenções em área de preservação permanente posteriores ao advento da Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei n.º 6.766/79, passaram a dever obediência, também, à limitação de 15 (quinze) metros estabelecida como faixa não edificável ao longo dos cursos d’água.
- 1986: construções e/ou quaisquer intervenções em área de preservação permanente posteriores ao advento da Lei Federal n.º 7.511/86, que alterou o Código Florestal Federal, devem obediência à limitação de, no mínimo, 30 (trinta) e no máximo 500 (quinhentos) metros ao longo dos cursos d’água, variando conforme a largura do seu leito.



- 1989: construções e/ou quaisquer intervenções em área de preservação permanente posteriores ao advento da Lei n.º 7.803/89, que, embora tenha revogado a Lei n.º 7.511/86, continuam devendo obediência a limitação acima referida.
- 2000: Decreto n.º 40.166, vedou novas intervenções no Parque por período indeterminado. Advento da Lei Federal n.º 9.985, prevendo que as áreas de Parque devem ser de posse e domínio público, portanto, qualquer intervenção a partir desse marco, até superveniência de regramento em sentido contrário, deve ser considerada ilegal.
- 2001: Decreto Estadual n.º 40.908, mantém a proibição para novas edificações e intervenções em área do Parque, salvo para os casos em que fosse comprovado caráter público e/ou comunitário, permitindo, apenas reformas em Zonas de Uso Restrito e Ocupação Urbana, sendo, portanto, considerada ilegal, quaisquer intervenções em desacordo até superveniência de norma em sentido contrário.
- 2005: Lei Estadual n.º 12.371, Criou a APA Estadual do Delta do Jacuí e o Parque Estadual Delta do Jacuí, revogou os decretos anteriores passando a legislar o sobre o novo regime das Unidades de Conservação. Novas intervenção só são passíveis de autorização fora dos limites da área reservada ao Parque, dependendo de autorização do órgão municipal ambiental competente, bem como do órgão gestor da APA.
- E as APPs seguem gravadas pela intocabilidade, podendo sofrer intervenções, a título de exceção, quando configurado interesse social, utilidade pública e quando eventual e de baixo impacto ambiental, respeitados o novo Código Florestal Federal, a Lei Federal n.º 11.977/2009 e a Lei da Defesa Civil.

Por sua vez, a temporalidade dos atos normativos que cuidam da matéria, permite interpretar que qualquer documento legítimo, a seu tempo (*tempus regit actum*), incorre em direito adquirido, ou seja, o porte do habite-se ou do alvará para construir, por exemplo, com data entre 1965 até 1979, legitima a intervenção nas áreas que, embora hoje estejam gravadas como área de preservação permanente até o limite de 500 (quinhentos) metros, à época encontravam-se livres, desde que, é claro, respeitado o limite de 5 (cinco) metros exigido pela norma à época. Já, para os documentos posteriores à 1986, pelo efeito da Lei Federal n.º 7.511/86, esses devem respeito à limitação entre 30 (trinta) e 500 (quinhentos) metros, em plena vigência, sendo que os posteriores ao ano de 2000, não devem ser considerados legítimos por força dos Decretos n.ºs. 40.166/2000 e 40.908/2001, e da Lei Federal n.º 9.985/2000, até a publicação da Lei Estadual que Criou a nova Unidade de Conservação APA do Delta do Jacuí e redefiniu os limites do Parque Estadual Delta do Jacuí, ocasião em que, quaisquer intervenções, à exceção da área do Parque, deve vir acompanhada das devidas autorização dos órgão competentes, para serem consideradas legítimas, passíveis de regularização e/ou indenização.



- 3.5 Linha de ação n.º 5 – Procedimento Administrativo
 - Licenciamento Ambiental (antecedido do prévio Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA).

O licenciamento ambiental está previsto na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei Federal n.º 6.938 de 1981, em seu art. 10, o qual orienta que “a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental” (redação dada pela recente LC n.º 140 de 2011). A Resolução CONAMA n.º 237 de 1997, além de especificar e conceituar cada etapa do procedimento de licenciamento, fez a previsão, não exaustiva, das atividades potencialmente poluidoras passíveis de licenciamento ambiental, dentre as quais está o parcelamento do solo para fins urbanos. Tal atividade, se atingir mais de 100 hectares, estará, também, sujeita a elaboração do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório (EIA/RIMA), conforme estabelece a Resolução CONAMA n.º 01 de 1986, em seu art. 2º, XV.

Pode ser concedido pelo Município nos termos do parágrafo único do art. 53, da Lei n.º 11.977 de 2009, caso possuam habilitação para exercê-lo.

- 3.6 Linha de Ação n.º 6 – Realocação das ocupações irregulares não passíveis de regularização pelas formas e instrumentos acima previstos.
 - Identificação de áreas urbanizadas ou urbanizáveis aptas para assentamento humano.
 - Processo de realocação, a partir da área já apta e urbanizada.

4. Metodologia e Descrição

A metodologia de elaboração do Subprograma de Situação Fundiária será baseada, primeiramente na investigação dominial da área, para o que, sugeriu-se a Ação Discriminatória, cadastramento da população que reside e ocupa o local, através da chamada pública para preenchimento de cadastro e questionário acompanhados de coleta documental. Posteriormente, propõe-se a fase de análise do material produzido, bem como dos documentos coletados durante o cadastramento, podendo ser dilatado o prazo para a entrega retardatária de documentos, primando, sempre, para a recolha do maior número de informações possíveis.

De posse da informação e documentação recolhidas, tratados e analisados os dados e documentos inicia-se a fase do enquadramento legal das situações identificadas e analisadas, para, posteriormente, optar por um dos meios legais de proceder à regularização fundiária prevista em lei e permitida em APPs, é claro, mediante o devido licenciamento ambiental perante o órgão competente.



Como metodologia de apoio ou assessória, indicam-se as orientações publicadas pelo Ministério das Cidades – Regularização Fundiária passo a passo – encontradas no documento assim intitulado: “Regularização Fundiária Urbana: como aplicar a Lei Federal n.º 11.977/2009”.

As técnicas de coleta de dados utilizadas na presente pesquisa são as seguintes:

- Elaboração de ficha cadastral e questionário, devendo conter, no mínimo, os dados pessoais de cada morador, residente ou ocupante, tipo de moradia, endereço, quantas pessoas moram na mesma habitação, características da habitação, renda familiar, dentre outras.
- Recibo de entrega de documentos dominiais, nominando qual o tipo/espécie de documento entregue.
- Elaboração de esquema/organograma/roteiro para facilitar a análise e enquadramento legal das situações encontradas nas três formas de regularização fundiária disponíveis.
- Licenciamento Ambiental.
- Identificação e mapeamento de áreas passíveis de receber realocações provenientes dos casos não passíveis de regularização in loco.
- Levantamento das situações não passíveis de regularização fundiária in loco, para, posterior realocação ou indenização, conforme for o caso.
- Além destes instrumentos, o subprograma poderá se valer de consultas em documentos impressos tais como livros, jornais, revistas e publicações afins, além de fontes documentais, como relatórios, folders e internet, sendo efetuada revisão bibliográfica para o aprofundamento do assunto.
- O presente subprograma deve envolver diversos atores, sendo imprescindível a participação dos seguintes:
 - Estado do Rio Grande do Sul – por meio das suas Secretarias de Habitação, Saneamento, Planejamento, Obras e Meio Ambiente.
 - Governos Municipais – por meio das suas Secretarias de Habitação, Saneamento, Planejamento, Obras e Meio Ambiente.
 - Instituições de Ensino – principalmente as que já possuem linhas de pesquisa ou pesquisadores tratando dos seguintes assuntos: geotecnia, fundações, restauração de áreas degradadas, arquitetura sustentável, solos, hidrologia, etc..
 - ONG's que atuem na área ambiental e direitos humanos.



5. Normas Legais Aplicáveis

O panorama legal que envolve a situação e regularização fundiária da APAEDJ pode ser assim elencado:

- Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941 - Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.
- Lei de Terras n.º 601, de 18 de setembro de 1850.
- Lei Federal n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965 – Institui o Código Florestal Federal, alterada pelas Leis ns.º 12.651, de 25 de maio de 2012 e 12.727, de 17 de outubro de 2012.
- Lei Federal n.º 6.015 de 1973 – Lei de registros públicos que estabelece os procedimentos para registro dos títulos de regularização fundiária pelo cartório de registro de imóveis.
- Lei Federal n.º 6.766 de 19 e dezembro 1979 - Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.
- Lei Federal n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981- Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Lei Estadual n.º 9.519, de 21 de janeiro de 1992 – Institui o Código Florestal Estadual.
- Lei n.º 10.116, de 23 de março de 1994 – Institui a Lei do Desenvolvimento e Gestão do Urbano.
- Lei Federal n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
- Provimento n.º 28/2004-CGJ – Projeto “More Legal 3” – Regulariza e registra loteamento, desmembramento, fracionamento ou desdobro de imóveis urbanos ou urbanizados, ainda que localizados em zona rural.
- Lei Estadual n.º 11.520, de 03 de agosto de 2000 – Institui o código Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências.
- Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000 - Regulamenta o art. 225, § 1º incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.



- Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 – Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
- Lei Federal n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002 – Institui o Novo Código Civil.
- Decreto Federal n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002 - Regulamenta artigos da Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.
- Decreto Federal n.º 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- Lei Federal n.º 11.428, de 22 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.
- Instrução Normativa ICMBio n.º 02, de 03 de setembro de 2009 – Regula os procedimentos técnicos e administrativos para a indenização de benfeitorias e desapropriação de imóveis rurais localizados em unidades de conservação federais de domínio público.
- Lei Estadual n.º 13.789, de 19 de setembro de 2011 – Dispõe sobre a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para as famílias de baixa renda, dentre outras providências.
- Lei Federal n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2012, alterada pela Lei n.º 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e outras providências.
- Os Planos Diretores Municipais, o Código de Obras e Edificações, e demais legislação Municipal que diga com zoneamento, meio ambiente e edificação, afetos a cada Município que integra a APAEDJ.